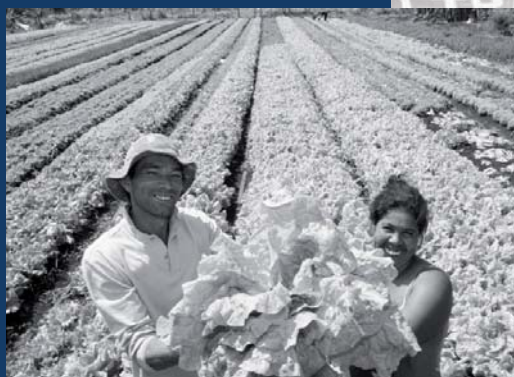
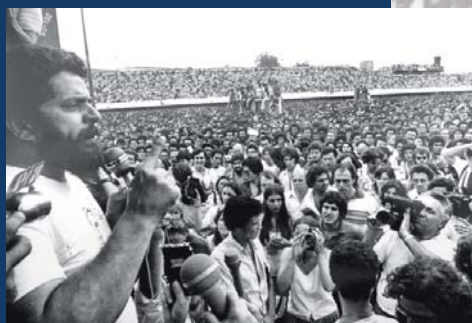




# Arquivos do Mundo dos Trabalhadores

Organizadores  
Antonio José Marques  
Inez Terezinha Stampa



ANTONIO JOSÉ MARQUES – INEZ TEREZINHA STAMPA  
Organizadores

# ARQUIVOS DO MUNDO DOS TRABALHADORES

Coletânea do 2º Seminário Internacional  
O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos:  
Memória e Resistência

Rio de Janeiro – São Paulo

2012

### **Arquivo Nacional**

Praça da República, 173 – 20211-350, Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Telefone: (21) 2179-1273; Fax: (21) 2179-1297

E-mail: pi@arquivonacional.gov.br

### **Central Única dos Trabalhadores**

Rua Caetano Pinto, 575 – 03041-000, São Paulo – SP – Brasil

Telefone: (11) 2108-9247; Fax: (11) 2108-9310

E-mail: cut@cut.org.br

---

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

A772 Arquivos do mundo dos trabalhadores: coletânea do 2º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos: memória e resistência/organizadores Antonio José Marques e Inez Terezinha Stampa. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2012.

172 pg.

XX p. il.

ISBN 978-85-89210-34-8 – ISBN 978-85-60207-20-6

1. Trabalhadores - Brasil - Memória. 2. Arquivos - Gestão. 3. Documentos - Preservação. 4. Movimentos sociais - História - Centros de documentação. 5. Trabalhadores urbanos. 6. Trabalhadores rurais. 7. Movimentos trabalhistas - Brasil. 8. Movimentos trabalhistas - Europa. 9. Sindicatos - Brasil. 10. Sindicatos - Europa. 11. Justiça do Trabalho - Documentação. I. Marques, José Antonio. II. Stampa, Inez Terezinha.

CDU 323.33(091)

CDD 331.09

---

**Presidente da República**

Dilma Vana Rousseff

**Ministro da Justiça**

José Eduardo Cardozo

**Diretor-Geral do Arquivo Nacional**

Jaime Antunes da Silva

**Assessoria de Coordenação do Centro de Referência Memórias Reveladas**

Inez Terezinha Stampa

Carla Krause

Cristiane Santos de Farias

Heliene Nagasava

Vicente Arruda Câmara Rodrigues

**Presidente da Central Única dos Trabalhadores**

Artur Henrique da Silva Santos

**Secretário-Geral**

Quintino Marques Severo

**Centro de Documentação e Memória Sindical**

Antonio José Marques (Coordenador)

Arlton de Carvalho Soares

Dinalva Alexandrina de Oliveira Botasoli

Tatiana Carmona Regos

**Organizadores**

Antonio José Marques e Inez Terezinha Stampa

**Supervisão Editorial**

Heliene Nagasava

**Revisão**

Mário Gurgel Filho

**Tradução**

Diego Azzi e Robert Bruce de F. Stuart

**Capa**

Tânia Bittencourt

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Judith Vieira

**Fotografias**

Acervo Arquivo Nacional / Arquivo Público Mineiro / Sind. Metal. ABC / Abr / IIEP  
CC - Creative Commons Atribuição – 2.5 – Brasil

## SUMÁRIO

### **Apresentação**

A luta pela preservação dos arquivos e da memória dos trabalhadores <b>Jaime Antunes da Silva</b>	5
Memória do protagonismo popular <b>Artur Henrique</b>	7
1  Sobre arquivos, memória e resistência no Mundo dos Trabalhadores <b>Antonio José Marques</b> <b>Inez Terezinha Stampa</b>	9
2  Identificação de tipologias documentais em acervos dos trabalhadores <b>André Porto Ancona Lopez</b>	15
3  Acervos do judiciário trabalhista: lutas pela preservação e possibilidades de pesquisa <b>Benito Bisso Schmidt</b> <b>Clarice Gontarski Speranza</b>	33
4  A evolução histórica dos arquivos do movimento operário <b>Antonio González Quintana</b>	49
5  Um olhar sobre os arquivos do movimento operário na Europa <b>Bruno Groppo</b>	65
6  Fontes para a história social: os arquivos da Confederação Francesa Democrática do Trabalho – CFDT <b>Annie Kuhn munch</b>	79
7  Valorização da história do movimento social. A Confederação Geral do Trabalho, seus arquivos e o Instituto CGT de História Social <b>Aurélie Mazet</b>	95
8  Os arquivos sindicais na Grã-Bretanha <b>Christine Coates</b>	115
9  Memórias caladas: os arquivos sindicais enquanto campo <b>Ricardo Medeiros Pimenta</b>	129
10  O Arquivo Geral Agrário e a história camponesa do México <b>Guillermo Palacios</b>	141
11  Entre a memória camponesa e a memória operária: experiências de trabalho com entrevistas e arquivos em territórios comuns aos trabalhadores rurais e aos operários <b>José Sergio Leite Lopes</b>	151
Relatório final e moções aprovadas do 2º Seminário Internacional O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos – Memória e Resistência	163
Programa do 2º Seminário Internacional O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos Memória e Resistência	167

## APRESENTAÇÃO

### A LUTA PELA PRESERVAÇÃO DOS ARQUIVOS E DA MEMÓRIA DOS TRABALHADORES

O Brasil passa por um momento especial no que se refere ao tratamento da informação pública e da informação privada de interesse público e social.

Desde novembro de 2011, temos uma nova e progressista Lei de Acesso a Informações (Lei nº 12.527/2011) – que passou a vigorar em maio de 2012. Da mesma forma, no segundo semestre deste ano devem ser iniciados os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, criada pela Lei 12.528/2011, que tem como foco averiguar as graves violações de direitos humanos ocorridas durante o período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o que inclui aquelas praticadas durante o regime civil-militar brasileiro (1964-1985).

Diante desse quadro efervescente, cabe perguntar: qual a importância dos arquivos do mundo dos trabalhadores nas discussões sobre o direito à memória e à verdade em nosso país, bem como nos debates sobre a preservação e o compartilhamento do patrimônio documental nacional? Que particularidades técnicas e políticas envolvem o tratamento e a difusão dessas informações? Exatamente para responder a essas perguntas, o Arquivo Nacional e a CUT promoveram, em 2011, o 2º Seminário Internacional “O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos – Memória e Resistência.”

Este livro, portanto, é resultado das palestras proferidas por especialistas nacionais e internacionais na segunda edição do Seminário Internacional “O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos”, promovido pelo Arquivo Nacional do Brasil e pela CUT nos dias 30, 31 de março e 1º de abril de 2011, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (NEAD/MDA).

A presente publicação, além de apresentar artigos de alta qualidade acadêmica, tem como mérito demonstrar que os arquivos do mundo dos trabalhadores apresentam um enorme potencial para a pesquisa, envolvendo tanto os arquivos dos trabalhadores da cidade como os arquivos dos trabalhadores do campo. Isso é particularmente importante, como já foi dito, em tempos de nova lei de acesso a informações e de Comissão Nacional da Verdade, uma

vez que os trabalhadores tiveram, reconhecidamente, papel de destaque nas grandes lutas sociais ocorridas no Brasil, contribuindo de forma decisiva, por exemplo, para o fim do regime civil-militar brasileiro.

Dessa forma, é muito importante provocar o debate sobre a importância desses arquivos, ainda mais num momento em que os arquivos judiciais do trabalho estão sofrendo o risco de desaparecerem devido à prática, por parte de alguns tribunais, de promover o descarte inconsequente de parte da história social de nosso País.

A atualidade desses temas, portanto, exige a atuação decidida por parte de todos aqueles que reconhecem a importância da memória para o autoconhecimento de um povo, de uma nação. Nós todos – servidores do Arquivo Nacional, sindicalistas da CUT, representantes e pesquisadores de entidades parceiras – trabalhadores que somos, devemos agir. Contudo, a ação deve ser, necessariamente, ação refletida.

Daí a importância de livros como este, que nos permitem conhecer realidades distintas, potenciais inexplorados e não menos importantes, as dificuldades enfrentadas. Tudo para que possamos travar o combate democrático pela preservação dos arquivos e da memória dos trabalhadores.

**Jaime Antunes da Silva**  
Diretor-Geral do Arquivo Nacional

## MEMÓRIA DO PROTAGONISMO POPULAR

Esta obra, que a CUT e o Arquivo Nacional trazem a público, é resultado do 2º Seminário Internacional “O Mundo dos Trabalhadores e Seus Arquivos”. Isso representa algo muito importante por, pelo menos, dois motivos. Primeiro, demonstra a continuidade de um projeto de integração e consolidação de arquivos operários, rurais, sindicais e populares, iniciativa relativamente nova e que agora demonstra claramente ter fôlego e determinação para continuar acontecendo.

Outro motivo é que nossa Central Única dos Trabalhadores se coloca mais uma vez entre as protagonistas de uma forma de luta contra todo tipo de opressão e manipulação do povo: o resgate documental de um longo período, que muitos pretendem manter na obscuridade, e trazê-lo à luz num momento histórico extremamente importante como o que vivemos, quando a maioria da sociedade começa a fazer valer a sua vontade de passar a limpo a ditadura como maneira de nunca mais permitir que aconteça novamente.

Antes de tudo, esse esforço do Brasil, consubstanciado agora na Comissão da Verdade, pode recolocar para as próximas gerações o papel de autodeterminação de nosso povo e do trabalho coletivo e solidário como agente da história.

Estamos sintonizados com o pulsar da história, bem ao estilo da CUT.

Neste ano de 2012, quando esta obra vem a público, estamos trabalhando também em parceria com o Arquivo Nacional do Brasil – Centro de Referências Memórias Reveladas – e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para fornecer subsídios, a partir do incentivo à organização dos arquivos sindicais, para a Comissão da Verdade. Esta luta, inclusive, será uma parte importante de nosso 11º Congresso Nacional.

O trabalho de recuperar nossos arquivos e a memória dos trabalhadores e trabalhadoras traz consigo, além da emoção, o prazer de fruir, ainda que com toda a dor vinda das informações que muitos documentos nos revelam, dos momentos de luta e da compreensão que, afinal de todas as contas, estivemos sempre do lado certo da luta, o da justiça social e da democracia.

Nossa iniciativa, conduzida pelo Centro de Documentação e Memória Sindical (CEDOC/CUT), tem também o mérito de expandir esse esforço para além de nossos limites, conhecendo experiências internacionais, conjugando o diálogo com outras entidades do Brasil e do exterior, mas também aproximando-nos mais de nossos próprios sindicatos, através do chamamento para compartilhar os acervos de cada um.



Tudo se insere também no nosso projeto CUT 30 Anos. Em agosto de 2013, queremos mostrar à sociedade diversos trabalhos, como este que chega até você, resgatando nossa história, com o desejo de que sirva de mais um elemento formativo para as novas gerações.

**Artur Henrique**  
Presidente nacional da CUT

A presente coletânea “Arquivos do Mundo dos Trabalhadores” reúne artigos de arquivistas, historiadores e cientistas sociais que participaram, como palestrantes, do 2º Seminário Internacional “O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos: Memória e Resistência”, evento promovido pelo Arquivo Nacional do Brasil e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT Brasil) nos dias 30, 31 de março e 1º de abril de 2011, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil.

A realização do 2º seminário foi uma demanda de trabalhadores, de sindicatos e da comunidade que atua no âmbito dos arquivos e centros de documentação sindicais e dos movimentos sociais. Também é a continuidade natural do primeiro evento, ocorrido em 2008, tendo em vista a repercussão nacional e internacional que alcançou e o êxito da coletânea “O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos”, resultado daquele seminário, lançada em 2009, e que está em sua segunda edição.

Para atender às expectativas, os promotores constituíram a Comissão Organizadora do evento com instituições que ampliavam a representatividade territorial, buscando atingir várias regiões do país, e também com uma maior diversidade no que diz respeito aos conjuntos documentais a cuja preservação se dedicam. Nela constaram entidades voltadas à recuperação, organização, divulgação e tratamento de acervos de trabalhadoras e trabalhadores urbanos, rurais, dos movimentos sociais, de agrupamentos políticos de resistência à ditadura civil-militar e da justiça trabalhista. Mais adiante será possível encontrar os nomes dessas instituições e dos seus representantes.

Isso proporcionou uma interdisciplinaridade na composição das mesas de trabalho com a presença de estudiosos e profissionais de diversas áreas, que demonstraram, mais uma vez, competência intelectual e compromisso político e social com as causas dos trabalhadores e trabalhadoras. A todos os nossos agradecimentos por concorrerem para o sucesso do evento e um agradecimento especial aos que contribuíram com os artigos desta publicação.

Foi esta mesma interdisciplinaridade que levou a que o seminário reunisse arquivistas, bibliotecários, documentalistas, cientistas políticos, historiadores, professores, estudantes de várias áreas, que estiveram lado a lado de dirigentes e militantes sindicais e dos movimentos sociais, de trabalhadores e trabalhadoras de diversas categorias profissionais, de militantes partidários, de profissionais das entidades sindicais e demais interessados. Essa vivência interdisciplinar e social permite ampliar a construção do conhecimento, e a sociedade é recompensada com o incremento da recuperação e organização dos documentos, com o rigor metodológico no seu tratamento, bem como com a preservação da memória operária, rural, sindical e popular.

Em sua segunda edição, o Seminário destacou a relevância dos arquivos do mundo dos trabalhadores por também preservarem documentos de grande importância para o conhecimento das formas de resistência ao regime militar brasileiro e para o processo de redemocratização e construção da história recente do país.

De fato, a ditadura civil-militar brasileira, que vigorou de 1964 a 1985, redefiniu e limitou as ações mais avançadas do movimento organizado dos trabalhadores brasileiros, tanto na cidade como no campo. Contudo, essa estratégia não imobilizou de todo a classe trabalhadora, sendo possível afirmar que os trabalhadores contribuíram de forma decisiva para o fim do regime civil-militar. Nesse sentido, a preservação e a difusão das informações contidas nesses registros é elemento integrante e fundamental da luta pela defesa e valorização do patrimônio histórico documental brasileiro – e, portanto, da nossa memória –, visando, nesse caso, ao conhecimento das formas de resistência e de conquista de direitos e garantias pelos trabalhadores brasileiros.

Tudo isso não seria possível, contudo, sem o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (NEAD/MDA), sendo que este último apoiou ainda a edição desta coletânea. A essas instituições externamos nossos mais sinceros agradecimentos.

Até o final do século XX, somente algumas poucas instituições vinculadas às universidades se interessavam pela recuperação e preservação de documentos dos chamados “movimentos sociais”, nestes incluídos os acervos dos trabalhadores e trabalhadoras. Nos últimos anos, esta situação se alterou bastante devido à valorização dos arquivos e documentos produzidos pelos trabalhadores e suas entidades. Atualmente, várias destas entidades se voltam à recuperação, organização e preservação dos seus documentos e da sua memória; por isso, o seminário foi um fórum privilegiado para transferências de informações, na medida em que, muitas vezes, existem particularidades que envolvem o tratamento desses acervos.

Durante os três dias do seminário, que incluiu conferências, palestras, minicursos e até uma mostra de filmes, foi possível aos participantes perceber quão diversificado é o mundo dos trabalhadores e como são instigantes os seus arquivos. Conhecer, portanto, as experiências internacionais, os tipos de documentos presentes nos acervos, a relação com outros conjuntos documentais, como os da Justiça Trabalhista, a importância da documentação com seu valor administrativo, que nasce naturalmente no exercício das funções e atividades dos sindicatos, com seu valor de prova, que garante direitos, e seu valor histórico para a pesquisa social, ampliam as potencialidades de usos dos arquivos.

A coletânea está constituída de dez artigos, sendo seis deles de autores da Espanha, da França, da Inglaterra e do México. Nesses seis artigos é possível conhecer o desenvolvimento dos arquivos operários na Europa, modelos de gestão de arquivos e ainda o arquivo agrário e a memória camponesa no México. Os outros quatro artigos de estudiosos brasileiros introduzem a discussão sobre tipos de documentos produzidos pelos trabalhadores, a importância da preservação da documentação judiciária trabalhista, fazem uma reflexão sobre memória e arquivos sindicais e relacionam a memória camponesa com a memória operária.

Iniciamos a organização da coletânea com o artigo sobre tipos de documentos produzidos pelos trabalhadores, porque também traz alguns conceitos arquivísticos relevantes para os iniciantes na matéria. Seguimos com o artigo que trata do acervo da Justiça Trabalhista, depois com o conjunto de artigos sobre arquivos operários e sindicais e concluimos com os artigos sobre arquivo rural e a memória camponesa.

“Identificação de Tipologias Documentais em Acervos dos Trabalhadores” é uma contribuição de André Porto Ancona Lopez, professor de Diplomática e Tipologia Documental da Universidade de Brasília. Nele são apresentados alguns conceitos arquivísticos, e o leitor é introduzido no universo dos acervos sociais. Também são feitos exercícios de análise diplomática que orientam na identificação dos tipos documentais produzidos pelos trabalhadores, tendo como exemplos alguns documentos da Central Única dos Trabalhadores (CUT). O trabalho ainda traz um quadro de classificação funcional e outro com definições de funções, exemplificado com o Partido Comunista Brasileiro – Diretório Zonal Pinheiros, bairro de São Paulo.

O artigo de Benito Schmidt e Clarice Gontarski Speranza “Acervos do Judiciário Trabalhista: Lutas pela Preservação e Possibilidades de Pesquisa” apresenta as ações que visam constituir a documentação da Justiça do Trabalho, em especial os processos trabalhistas, como patrimônio histórico. Benito e Clarice também analisam as potencialidades e os limites desses documentos enquanto fontes históricas.

O arquivista espanhol Antonio González Quintana em “A Evolução Histórica dos Arquivos do Movimento Operário” identifica operações desenvolvidas por algumas pessoas e instituições, a partir do início do século XX, para a recuperação dos arquivos operários, particularmente na Europa. Também narra atividades de recolhimento de documentos com fins instrumentais e apresenta modelos atuais de gestão de arquivos do movimento operário em várias partes do mundo, com detalhamento para o caso espanhol. Quintana explicita a necessidade da gestão documental, com um fluxo natural dos documentos desde o seu nascimento até a destinação

final. Ele ainda aponta que os arquivos também servem para garantir direitos aos associados das entidades sindicais e para a transparência na sua administração.

Bruno Groppo, historiador e cientista político francês, em “Um Olhar sobre os Arquivos do Movimento Operário na Europa”, nos oferece uma visão geral sobre o tema. Segundo ele, esses arquivos são essencialmente os dos sindicatos e dos partidos políticos que se consideram da classe operária e dos trabalhadores em geral. Todavia, reconhece que esses não são os únicos arquivos que lhe dizem respeito e que a situação varia de um país para outro, mas que também apresentam traços comuns. Por meio de um levantamento feito em vários países conheceremos iniciativas de preservação de documentos em diferentes instituições sindicais, partidárias, públicas e privadas.

Os dois próximos artigos apresentam as políticas de arquivo e documentação das centrais sindicais Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT) e Confederação Geral do Trabalho (CGT), da França.

Annie Kuhn-munch, responsável pelos arquivos da CFDT, em seu artigo, resume a história dos serviços de arquivo na entidade, descreve como administrativamente estão organizados, como é feito o tratamento e quais são os instrumentos de pesquisa e divulgação. Como anexo traz um extrato do catálogo dos arquivos do Secretariado Confederal, onde são descritas as relações entre a CFDT e o Brasil entre 1971 e 1988.

Aurélie Mazet é arquivista do Instituto de História Social, instituição criada pela Confederação Geral do Trabalho (CGT) para, entre outras atividades, gerir os seus arquivos. No seu artigo ela faz uma curta resenha sobre a história da CGT e do seu Instituto. Apresenta a política documental da entidade ao longo do tempo e como acontece atualmente a gestão dos arquivos, sua classificação, divulgação e valorização. Também descreve o caso do sequestro dos arquivos da CGT durante a II Guerra Mundial, relaciona alguns fundos custodiados e apresenta a Fototeca mantida pela entidade.

Tanto o artigo da Annie quanto o de Aurélie se referem à interessante experiência do Coletivo dos Centros de Documentação em História Operária e Social (CODHOS), iniciativa que reúne na atualidade aproximadamente 40 centros de documentação de universidades, instituições privadas, serviços de arquivos de sindicatos e organizações políticas com objetivo de desenvolver projetos para a preservação e divulgação de acervos dos trabalhadores e dos movimentos sociais.

“Os Arquivos Sindicais na Grã-Bretanha” é o título do artigo que nos traz Christine Coates, bibliotecária da Trade Union Congress (TUC),

central sindical inglesa.<sup>1</sup> De modo sucinto nos informa quais arquivos do movimento operário inglês, produzidos no século XIX, foram preservados. Segundo a autora, o reconhecimento do valor dos arquivos sindicais se deu com o desenvolvimento dos estudos sobre a história do trabalho nos anos 1960. Também indica quais documentos devem ser preservados e relaciona inúmeras instituições que preservam arquivos sindicais. Apresenta o acervo da TUC Library Collections mantida na Universidade Metropolitana de Londres, o seu programa de digitalização de documentos e o uso dessas fontes primárias principalmente por meio da internet. Por fim, aponta alguns desafios para o futuro, entre esses a necessidade de se lidar com a gestão dos arquivos digitais.

Ricardo Medeiros Pimenta, historiador e professor no Rio de Janeiro, discute os arquivos sindicais enquanto importante campo de pesquisa para construção das memórias. Também faz um trabalho comparativo sobre o desenvolvimento dos arquivos sindicais na França e no Brasil. Por fim, conclui apontando a questão das novas tecnologias e a informatização como desafios a serem enfrentados.

Os dois últimos artigos remetem ao arquivo rural e a memória camponesa. Guillermo Palacios, do El Colégio de México, em “O Arquivo Geral Agrário e a História Camponesa do México”, nos leva à guerra civil mexicana e ao longo processo de reforma agrária, que teve início no país devido a ela. Discorre sobre o desenvolvimento dos arquivos e a busca de documentos pelos camponeses para terem acesso à terra. Por fim, analisa o surgimento do Arquivo Geral Agrário, experiência única no mundo, que surge por iniciativa de acadêmicos na tentativa de reverter a decadência da participação do mundo rural na agenda da pesquisa social.

O trabalho apresentado por José Sérgio Leite Lopes, professor e pesquisador do Museu Nacional no Rio de Janeiro, analisa a memória camponesa e a memória operária e a experiência de trabalho com entrevistas e arquivos em território comum aos trabalhadores rurais e aos operários. Relata o desenvolvimento do projeto Memória Camponesa e Cultura Popular, interessante iniciativa interdisciplinar que envolveu o Museu Nacional e outras instituições. Também nos conta sobre a sua experiência como diretor do filme documentário “Tecido Memória”, produzido em Pernambuco com operárias e operários têxteis de origem camponesa.

Para encerrar a coletânea reproduzimos o “Relatório Final do 2º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos: Memória

---

1 Christine Coates constava na programação do seminário. Todavia, por problemas pessoais não pôde comparecer, tendo enviado o artigo para publicação.

e Resistência” com as recomendações, propostas e moções dirigidas a todos os envolvidos com a organização e a preservação dos arquivos e da memória dos trabalhadores e trabalhadoras.

Os artigos apresentam uma pluralidade de visões, interesses e objetos de estudo, o que demonstra a riqueza dos acervos do mundo dos trabalhadores.

Boa leitura!

**Antonio José Marques**

Central Única dos Trabalhadores  
Centro de Documentação e Memória Sindical

**Inez Terezinha Stampa**

Arquivo Nacional  
Centro de Referência Memórias Reveladas e PUC-Rio

*Nos livros estão os nomes dos reis.  
Foram os reis que arrastaram os blocos de pedra?*

**Bertold Brecht**

### I. CONCEITOS INTRODUTÓRIOS

Tradicionalmente o documento é definido como uma informação associada a um suporte material. Essa ampla concepção pode englobar até mesmo os objetos banais presentes no dia a dia. Isso significa que qualquer objeto material, com ou sem informação escrita, pode ser considerado um documento, desde que possa transmitir informações: uma pirâmide (que nos informa sobre a organização da sociedade egípcia), um relatório, um cartaz publicitário, um livro de atas etc. As informações disponibilizadas por um documento são múltiplas e podem se referirem tanto à materialidade do documento em si, à sua representação, ao uso social, ao uso como registro, às informações nele inscritas e a muitas outras.

Vejamos um exemplo:



Foto 1 – Segurança pública em Buenos Aires, 2010  
Autoria e ©: André Porto Ancona Lopez  
Fonte: Acervo pessoal André Porto Ancona Lopez

- 1 Texto resultante de mini-curso ministrado no 2º Seminário Internacional “O mundo dos trabalhadores e seus arquivos”, no Rio de Janeiro em março de 2011. Revisão técnica de Darcilene Sena Rezende, que não pode ser responsabilizada por eventuais imprecisões conceituais.
- 2 Professor da Universidade de Brasília, responsável pela disciplina “Diplomática e Tipologia Documental” para a graduação em Arquivologia e atual coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. E-mail apalopez@gmail.com



Há, aqui, ao menos, dois documentos: o objeto retratado e sua representação fotográfica. O objeto (veículo) nos dá valiosas informações sobre transporte, segurança, urbanização etc. A inscrição na porta nos dá outras informações. O registro do veículo, como documento fotográfico de viagem assume outra dimensão informativa, apenas inteligível para quem o produziu. Pode-se perguntar, então, até que ponto aqueles *documentos* (o carro e o respectivo registro fotográfico) poderiam ser considerados ainda como *documentos de arquivo*.

Se o documento, entendido genericamente, é qualquer informação fixada em um suporte, o documento de arquivo é mais específico, pois se trata, necessariamente, do produto de uma vontade administrativa. A contextualização remete à própria origem administrativa do documento e aos respectivos vínculos diretos com os processos e as funções responsáveis por sua existência. O conceito de arquivo demanda, ainda, a ação deliberada de preservar os documentos após o cumprimento das atividades para as quais foram criados, com finalidade de prova da execução de tais atividades. A organização desse material deve ser capaz de disponibilizar informações que permitam identificar essa vontade administrativa, ou seja, o contexto de produção; para tanto, os documentos devem trazer informações relativas a “quem?”, “quando?”, “como?” e, principalmente, “por quê?” foram produzidos e guardados como registros significativos e probatórios.

Nessas condições, para responder ao questionamento anterior, o objeto (veículo) e seu registro fotográfico assumiriam características diferentes quanto ao *quem* (Municipalidade de Buenos Aires num caso, o turista no outro) e às demais indagações. No entanto, o carro não poderia ser um documento de arquivo pelo fato de ele não ser preservado como um registro de atuação da municipalidade.<sup>3</sup> As provas das ações relativas à segurança pública estariam registradas pela municipalidade em documentos, tais como comprovantes da aquisição dos veículos, relatórios de utilização, entre outros, guardados pelo valor probatório. O arquivo é um conjunto sistematizado de provas de ações, que deve abranger toda a existência de seu titular. O interesse da contextualização arquivística recai sobre as atividades do produtor, expressas por meio de documentos, os quais mantêm uma relação de indicialidade com as atividades. Não basta, então, disponibilizar as informações do titular se estas carecerem dos atributos de prova.

---

3 Eventualmente, o objeto carro poderia ser transformado em documento museológico, porém tal discussão ultrapassa o escopo deste texto.

No arquivo institucional há outros documentos correlacionados ao mesmo registro. Do mesmo modo, no arquivo pessoal do viajante este registro fotográfico soma-se aos demais produzidos na mesma ocasião, formando um pequeno dossiê, ao qual são agregadas outras imagens, que podem ser, inclusive, de outros fotógrafos, como no exemplo adiante:



Foto 2 – “Passatempo 1”, 2010.

Autoria e ©: Iúri Rezende Ancona Lopez

Fonte: Acervo pessoal André Porto Ancona Lopez

É preciso também diferenciar os documentos de arquivo dos documentos de coleção, os quais são armazenados apenas em função de seu conteúdo, sem relação direta com as funções administrativas do titular arquivístico. Os documentos reunidos numa coleção não se relacionam diretamente com a comprovação de atividades do titular. Os documentos de arquivo, por outro lado, são dotados de organicidade, isto é, estão organicamente relacionados entre si em função das atividades do titular. Muitas vezes os documentos de arquivo são separados, sem que seja registrada ou respeitada a ordem original, ocasionando a perda dos vínculos administrativos, transformando-os em peças-coleção. Tal separação, sobretudo em situações nas quais não há sistemática gestão documental (como nos movimentos sociais, por exemplo), provoca a perda do contexto arquivístico e pode impossibilitar a compreensão plena do significado do documento para aqueles que não vivenciaram sua produção.

A compreensão das ações administrativas engloba o entendimento da publicização do funcionamento da esfera decisória e dos procedimentos e

documentos que embasam e consolidam tais ações. De acordo com Luciana Duranti (1996, p.61), nos documentos modernos, o fracionamento do trâmite e a subdivisão das informações surgem como características principais. O documento que outrora era completo, isto é, apresentava todos os dados referentes ao trâmite que o produziu, tem hoje essas informações subdivididas em múltiplos documentos, num grande processo. Deste modo, a compreensão do sentido institucional de um documento moderno passa, também, pelo conhecimento de seu trâmite administrativo e das relações que o mesmo documento guarda com seus sucessores e antecessores nesse trânsito.

A organização arquivística deve procurar, sempre, retratar as atividades reais das instituições e, na medida do possível, ser o espelho fiel destas, para que haja a correta contextualização da produção documental, conforme os moldes definidos pela própria dinâmica administrativa da organização. A principal dificuldade encontra-se no fato de que as funções realmente desenvolvidas por uma instituição – em especial nos movimentos sociais – são diferentes daquelas registradas ou explicitadas oficialmente. A tarefa do arquivista é procurar compreender, o melhor possível, a “missão” e a “visão” da organização e a “máquina” administrativa, tomando a devida precaução de utilizar as funções explicitadas formalmente apenas como referencial e nunca como reflexo absoluto da realidade; ou seja, tentar realizar a mediação entre o que se pretendia desempenhar (ou o que se afirmava como objetivo hipotético) e o que de fato foi feito (registrado pelos documentos de arquivo).

## **II. ACERVOS DE MOVIMENTOS SOCIAIS**

Brecht, ao se referir a Tebas e outros marcos indelévels da história humana, perguntava sobre as pessoas que, por detrás dos grandes nomes e grandes feitos, tinham, de fato, levado a cabo e executado tais façanhas, ou construído tais marcos mundiais. O registro da atuação dos trabalhadores, sistematicamente, tende a ser suplantado por análises mais macroscópicas, seja de natureza política, econômica, seja, até mesmo, social. É importante lembrar que a atuação dos trabalhadores e movimentos sociais, além de ser um dos motores de configuração e transformação das sociedades, gera inúmeros registros, frutos de suas ações. A guarda, organização e disponibilização de documentos que informam sobre as atividades dos trabalhadores e dos movimentos sociais costumam estar restritas às ações oficiais e formais do Estado. Como já disse François Furet (1979, p. 56), citando Charles Tilly, “toda revolta que escapa à repressão escapa à história”. Em texto anterior defendi que:

O caráter eminentemente político das atividades de seleção e organização insere a preservação de fontes documentais para a

memória e para a história no contexto das lutas sociais. Os critérios adotados como socialmente válidos privilegiam os testemunhos dos grupos dominantes dentro da construção ideológica que promovem da sociedade. Os vestígios da atuação de outros sujeitos históricos são apagados, sendo-lhes recusado o direito ao próprio passado e, consequentemente, à própria cidadania. (LOPEZ, 1999, p. 65)

Torna-se fundamental o desenvolvimento de metodologias próprias que atentem não só para a particularidade das entidades geradoras de arquivos, como também para as especificidades dos documentos dentro desse universo, que, cada vez mais, vem sendo ampliado. A transparência dos critérios de geração, organização, seleção e disponibilização de registros torna-se primordial para o estabelecimento dos limites de análise, interpretação e uso das informações e documentos pelo cidadão. É preciso repensar o papel que os arquivos exercem diante da sociedade, destacando que não devem se limitar a desempenhar uma função passiva de repositórios do passado; devem, sim, configurar-se como insumos para a constituição de múltiplas visões da história e para construção de inúmeras memórias.

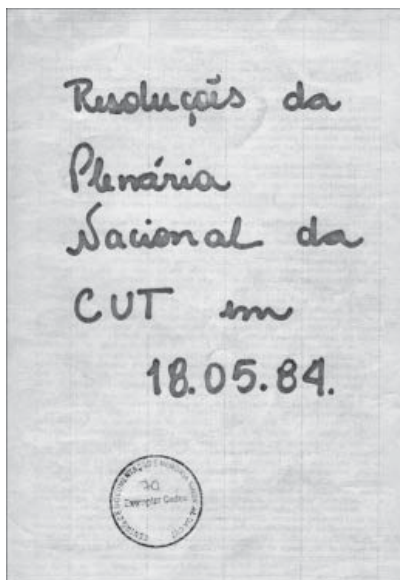
Os arquivos privados são de fundamental importância para a história e a memória, sobretudo aqueles mais diretamente relacionados com a sociedade, como arquivos de empresas prestadoras de serviços públicos, arquivos pessoais de personagens relevantes para a vida nacional, arquivos de associações (sociais, econômicas, culturais), sindicatos, agremiações políticas etc. A despeito do interesse público, é mister que a autonomia privada dos registros de tais entes seja preservada, cabendo ao Estado, quando for o caso, um papel de facilitador da preservação, organização e acesso a tais acervos. Como atores marcantes na vida nacional, o pleno exercício da cidadania passa, em alguma medida, pelo acesso aos registros dos arquivos privados, que compõem, na verdade, um universo documental muito heterogêneo.

Destaco, a título de exemplo, um universo onde essas características ganharam proporções extremas: os agrupamentos político-partidários clandestinos do período ditatorial brasileiro iniciado em 1964. As organizações político-partidárias clandestinas representam, pela própria condição de ilegalidade, indivíduos que tiveram a – já restrita – cidadania política cassada. Esses cidadãos, apesar da interdição formal, continuaram atuantes no quadro político, exercendo um papel de relevo na sociedade; sua influência se fez sentir tanto direta, como indiretamente. No primeiro caso, temos as consequências imediatas do papel que desempenham enquanto atores políticos (ainda que não autorizados legalmente); no segundo, sua ação pode ser notada nas respostas que provocaram na opinião pública – particularmente nos *mass media* – e nas alterações políticas do regime, como decretos, leis e

outras medidas, cujo objetivo principal era cercear (e impedir), se possível, a ação desses atores. Há que se ressaltar que os partidos clandestinos continuaram desempenhando um papel ativo no sistema partidário, quer englobados por outras legendas, quer agindo no movimento social e sindical. A organização e o estudo da produção documental desses agrupamentos, e dos movimentos sociais aos quais estiveram relacionados, revestem-se, portanto, de um caráter de revisão histórica, na medida em que possibilitam a construção de outra memória, capaz de recuperar o papel político desempenhado por diversos atores.

As organizações do movimento social apresentam características próprias que tendem a se perder se forem tratadas com base em esquemas universalizantes. Tais características também tendem a ser diluídas quando se prioriza o aspecto formal dos documentos. Devemos considerar e discutir os elementos informais presentes na produção documental de natureza social e política. Nesse tipo de entidade os documentos, muitas vezes, são produzidos, sem regulamentação, normatização oficial ou preocupação jurídico-legal e costumam ter caráter mais informal, sem muito controle dos padrões de produção, razão pela qual são de difícil identificação. As entidades geralmente não apresentam controle quanto à emissão de registros e raramente têm um programa de gestão para os documentos relacionados às atividades-fim. Há preponderância da guarda de documentos destinados ao público externo, enquanto os documentos internos preservados, frequentemente, limitam-se aos registros norteadores das organizações (diretrizes, programas, atas relevantes, além de resoluções programáticas).

A distinção entre atividades-meio e atividades-fim irá determinar, dentro das organizações, o alcance que os documentos terão. Tais diferenças também têm sido refletidas no tratamento documental e, principalmente, na avaliação dos registros com potencial para se tornarem permanentes. Em linhas gerais, a preservação dos documentos-meio restringe-se à vigência legal e ao seu uso administrativo, enquanto que os documentos-fim são, frequentemente, destinados à guarda permanente. Apesar de variar de acordo com os documentos, a organização e o interesse da sociedade, tal tendência se reflete nos acervos de movimentos sociais pela mínima preservação de documentos-meio – geralmente restrita àqueles requeridos pelo Estado para as atividades formais (tais como registros funcionais e patrimoniais, além de atas e documentos normativos) – e o amplo armazenamento assistemático de registros normativos relacionados às atividades-fim (ver documento 1, adiante) e, principalmente, de materiais de divulgação e de propaganda (ver documento 2, adiante), conforme ilustram os exemplos a seguir:



Documento 1 – Resoluções da Plenária Nacional, 1984.  
Fonte: CEDOC CUT



Documento 2 – Convite para evento  
Fonte: CEDOC CUT

Ambos os documentos são bastante autoexplicativos quanto às suas funções administrativas, não deixando margem à interpretação sobre o que são e que tipo de conteúdo possuem. Ambos podem ser entendidos como pertencentes ao fundo da Central Única dos Trabalhadores (CUT), como registro das atividades daquela organização; porém, tal entendimento já é fruto de um nível de abstração um pouco maior, posto que apenas se sabe que são arquivisticamente custodiados pela entidade no Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT (CEDOC-CUT). Os documentos vistos isoladamente não trazem nenhuma informação explícita a respeito de sua titularidade arquivística; poderiam ser de arquivos pessoais de militantes, de arquivos institucionais de entidades filiadas à CUT, ou de arquivos privados de organizações não-governamentais doados ao CEDOC-CUT. Poderiam, inclusive, pertencer a titularidades distintas. Outro ponto mais problemático de definir, após a questão da titularidade, é o motivo principal que foi determinante na guarda de tais documentos por seus titulares. Teria sido o convite preservado pela CUT como registro de evento realizado? Ou seria uma amostra incluída em um relatório de prestação de contas das despesas gastas com a gráfica para a confecção dos convites? Será que é mesmo um documento do fundo CUT e não de alguns dos patrocinadores do evento? Será que é um documento de arquivo ou foi simplesmente uma amostra de um lote não distribuído de material de divulgação? A resolução permite um nível de indagações menor, porém sempre restará uma margem de dúvida sobre a real função do documento para seu titular arquivístico.

Será que o caderno manuscrito de resoluções é um documento final, apto a ser divulgado a todos os membros da plenária, ou será apenas um documento intermediário, situado no meio do trâmite entre o rascunho e as resoluções finais? A divertida tirinha de Laerte<sup>4</sup> bem exemplifica um tipo de problema que pode advir da incorreta identificação da forma<sup>5</sup> do documento ao longo do trâmite:

Figura 1 – Era um bilhete, não o texto definitivo



© Laerte Coutinho  
Fonte: COUTINHO (1999)

### III. DIPLOMÁTICA E TIPOLOGIA DOCUMENTAL

A Diplomática, fundada como disciplina em 1681, por Jean Mabillon, tem suas origens relacionadas à identificação e à averiguação da autenticidade de documentos medievais relativos à comprovação de posses de terra e títulos de nobreza, por meio da análise exaustiva das características externas dos documentos (tipos de papel, tintas, sinais de validação e outros aspectos) e dos modos de escrita (conteúdo e disposição das informações, tipo de letras, linguagem, abreviaturas e outras características). Com o tempo, a disciplina ganhou importância no trabalho arquivístico, por permitir compreender, de modo sistemático, através de método específico, as características básicas e essenciais dos documentos. Pela análise diplomática podemos melhor identificar o que cada documento é, definindo-o mais precisamente; tal conhecimento torna possível delinear procedimentos técnicos adequados. A Diplomática não se restringe ao uso arquivístico, constituindo, desde suas origens, um campo muito mais vasto.

O estudo das séries documentais pela Arquivologia necessita — ao lado de outras tantas disciplinas — da contribuição das observações sobre

4 Reprodução autorizada pelo autor, a quem agradeço. Agradeço também a Paulo Roberto Gomes Pato pelo contato com o cartunista Laerte Coutinho.

5 Forma: “estágio de preparação e transmissão de documentos” (AAB/SP, 1996, p. 39); ex: rascunho, minuta, original, 2ª via etc.

a natureza dos documentos individualizados. A diferenciação entre as duas disciplinas se dá justamente nesse enfoque: de um lado, a Diplomática tende a individualizar cada documento, enquanto a Arquivologia busca a inserção de cada documento em conjuntos mais amplos, caracterizados pelas atividades que os produziram (as séries). Tais especificidades, que distinguem essas disciplinas, ao mesmo tempo, as tornam complementares. Hoje, com a profusão dos documentos contemporâneos, saber identificar corretamente o que cada documento é torna-se uma atividade fundamental.

Existem diferentes modelos e propostas de como proceder para fazer análise diplomática, com maior ou menor ênfase para os aspectos formais e o trâmite. O que apresento a seguir é um quadro elementar de características a serem buscadas para identificação e caracterização documental mais sistemáticas. Para definir o que o documento é torna-se necessário identificar, no mínimo, as seguintes informações:

- Denominação da espécie<sup>6</sup> (o “nome” daquele documento).
- As características internas principais (como a informação está disposta e como ela se comporta).
- As características externas principais, como, entre outras, forma, formato<sup>7</sup>, dimensões, suporte<sup>8</sup> gênero<sup>9</sup> e sinais de validação.<sup>10</sup>
- O trâmite (quais as etapas e documentos foram produzidos até chegar ao documento em pauta).

**Quadro 1 – Elementos mínimos para análise diplomática**

Fonte: o autor

Quando trabalhamos com documentos mais comuns, familiares, padronizados, a análise diplomática, eventualmente, pode aparentar ser um mero exercício de retórica. No entanto, há sempre que se tomar o devido cuidado de entender que, muitas vezes, os emissores nem sempre obedecem às características definidas em nível formal, dependendo do documento e da conjuntura de produção dele. A análise diplomática justifica-se sobremaneira no universo

---

6 Espécie: “configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas” (AAB/SP, 1996, p. 34); ex: ata, panfleto, resolução etc.

7 Formato: “configuração física de um suporte, de acordo com a sua natureza e o modo como foi confeccionado” (AAB/SP, 1996, p.39); ex: livro, folha avulsa, cartaz etc.

8 Suporte: “material sobre o qual as informações são registradas” (AAB/SP, 1996, p.72); ex: papel, acetato de celulose, poliéster, plástico etc.

9 Gênero: “configuração que assume um documento de acordo com o sistema de signos utilizado na comunicação de seu conteúdo” (AAB/SP, 1996, p.41); ex: textual, sonoro, imagético etc.

10 Os sinais de validação marcam a autenticidade de atos e documentos como, por exemplo, carimbos, assinaturas, marcas d’água, timbres, logomarcas etc. No universo dos documentos digitais existem ainda sinais ocultos, apostos como metadados.



dos documentos relacionados aos movimentos sociais e de trabalhadores em função do caráter informal, assistemático e efêmero da produção documental desse universo. No caso da análise de documentos de partidos clandestinos, por exemplo, verifiquei (Lopez, 1999, p.62) que, por vezes, documentos auto-denominados com o mesmo termo constituíam, na verdade, espécies documentais distintas, com grandes variações temporais e conjunturais nos objetivos imediatos e no alcance dos documentos, tanto interna, como externamente.

O caráter informal dos documentos partidários clandestinos não é, em essência, distinto da maioria dos acervos relacionados aos movimentos sociais e de trabalhadores, muitos deles oriundos dos movimentos políticos. Isso significa que uma mesma denominação poderá representar espécies diferentes, o que demandará um esforço de padronização terminológica na organização do acervo. A interface de tais movimentos com os órgãos do poder público, seja em situações ligadas ao atendimento de atividades reguladoras do Estado (comprovação de pagamento de encargos funcionais de empregados da organização social, por exemplo), seja em situações de enfrentamento político (como censura e repressão), leva também à produção arquivística (por acumulação) de documentos emitidos pelo poder público.

O exemplo a seguir indica uma possibilidade de análise diplomática mínima realizada em documento do Projeto “Memória da censura no cinema brasileiro 1964-1988” (MCCB), por um grupo de alunos da disciplina Diplomática e Tipologia Documental da UnB (DTD), em 2010, para discussão dos documentos relacionados ao cineasta Glauber Rocha:

**Denominação do documento:** memorando de apreensão

**Forma:** original

**Formato e dimensões:** folha avulsa tamanho ofício

**Suporte:** papel

**Gênero:** textual

**Validação:** assinatura, carimbo, papel timbrado

Ficha 1 – Exemplo de análise diplomática mínima

Fonte: Adaptado de CINEARQ (2010)

Esse mesmo documento, através de suas cópias eletrônicas, integra ao menos quatro fundos diferentes: o do Ministério da Justiça, o do Projeto MCCB, o do grupo CineArq, e o da UnB (integrado ao trabalho final de disciplina).<sup>11</sup> Em todos os casos a análise diplomática será a mesma, pois ela se refere ao documento isolado. Para a organização arquivística precisamos, além da iden-

11 Neste caso, não integrará o arquivo permanente da UnB.

tificação e denominação do documento, entender a trama de relações internas decorrentes das funções desempenhadas pelo produtor, as quais demandam o arquivamento de determinados documentos, com finalidade probatória. Para cada um dos quatro fundos mencionados teremos, respectivamente, quatro funções distintas: apreensão de filme, cerceamento da liberdade de expressão, elaboração de trabalho acadêmico, avaliação de discentes. É necessário, então, um segundo nível de definição, capaz de contextualizar os documentos dentro das atividades de seus titulares arquivísticos. A tipologia documental é responsável por permitir a compreensão do documento identificado pela Diplomática (espécie) dentro da organicidade do arquivo. A junção da espécie com a função de uso para o titular do arquivo é responsável por definir o tipo documental, o que significa, para o exemplo em questão, a existência de quatro tipos distintos, conforme é exemplificado no quadro adiante.<sup>12</sup>

Fundo/Titular	Espécie	Função arquivística	Tipo arquivístico
Ministério da Justiça – DFSG	memorando de apreensão	Registro de apreensão de filme	<i>Memorando de apreensão para registro de apreensão de filme (simplificável para Memorando de apreensão de filme)</i>
Projeto MCCB	memorando de apreensão	Registro de cerceamento da liberdade de expressão	<i>Memorando de apreensão para registro de cerceamento de liberdade de expressão (simplificável para Memorando para registro de cerceamento de liberdade de expressão)</i>
Grupo CineArq	memorando de apreensão (integra o documento “Trabalho final”)	Registro de elaboração de trabalho acadêmico	<i>Trabalho final para registro de elaboração de atividade acadêmica (simplificável para Registro de elaboração de trabalho final)</i>
UnB – professor de DTD	memorando de apreensão (integra o documento “Trabalho final” do Grupo CineArq em um dossiê : “Trabalhos de DTD”	Controle de avaliação de discentes	<i>Trabalhos de DTD para controle de avaliação de discentes (simplificável para Trabalhos de DTD avaliados)</i>

**Quadro 2 – Possibilidades de contextualização tipológica para o Memorando 145/67**

**Fonte: o autor**

12 É importante frisar que tal quadro é apenas um exercício de simulação, com finalidades pedagógicas e ilustrativas. Numa atividade arquivística real, os termos utilizados para as funções arquivísticas e para a simplificação dos tipos arquivísticos deverão passar por um controle vocabular e terminológico, que leve em consideração, em outros aspectos, o plano de classificação arquivístico do titular.

Outra possibilidade, bastante comum em organizações sem padronização normativa quanto à produção e trâmite documentais – como costuma acontecer nos movimentos sociais e de trabalhadores, – é a diversidade de funções documentais que ocorrem na mesma espécie documental. Assim, para um mesmo titular arquivístico, pode haver diferentes documentos, da mesma espécie, porém ligados a funções distintas. Por exemplo, é possível que uma central sindical guarde seus periódicos, relacionando-os com a função de registro de atividade de divulgação, mas também pode guardar determinados exemplares, dos mesmos periódicos, ou de outros, por conterem textos normativos, relacionando-os à função de controle da produção de material programático. Os dois documentos reproduzidos a seguir exemplificam tal situação.

O documento 3 é, arquivisticamente, entendido pela organização, de fato, como um periódico relacionado à divulgação de informação da entidade. Nesse caso, a análise diplomática, que identificaria a espécie como periódico, se aproxima da tipológica. Administrativamente, qualquer periódico relaciona-



Documento 3 – Boletim Pró-Cut, 1982.  
Fonte: CEDOC CUT

se a uma atividade de divulgação, conforme poderia ser diplomaticamente observado. No acervo da CUT, conforme o entendimento dado pelo CEDOC-CUT, tal periódico liga-se à função de registro de divulgação e, caso houvesse organização tipológica, ele constituiria o tipo arquivístico “*Periódico para registro de divulgação realizada*”, simplificável para “*Periódico*”.

Ambos os documentos, numa análise diplomática mínima, podem ser entendidos como periódicos, porém o significado arquivístico para seu titular, a CUT, é outro. O Documento 4, por sua vez, é, arquivisticamente, entendido pelo CEDOC-CUT como um registro da Plenária Nacional de 1985, que usou o veículo de comunicação – periódico – para registro e divulgação de seu relatório. Neste caso poderíamos ter como tipo “*Periódico para registro e divulgação de relatório da Plenária Nacional*”, simplificável para “*Relatório da Plenária Nacional*”, estando num *locus* classificatório arquivístico similar ao do documento 1 e distante do documento 3 (que é da mesma espécie). O sig-



Documento 4 – Relatório da Plenária Nacional, 1985.  
Fonte: CEDOC CUT

nificado arquivístico espelha o uso feito pelo titular do fundo, como prova da realização de determinadas atividades, a despeito da coincidência diplomática dos documentos. A plena compreensão desse significado e a correspondente representação dele num plano de classificação são possíveis a partir da análise tipológica. Para realizá-la é fundamental, então, entender como um conjunto documental específico ocorre em determinado arquivo, tendo especial cuidado em identificar os diferentes usos da mesma informação, que pode ocorrer, principalmente, em documentos múltiplos (como panfletos, entre outros) e em documentos que já nascem com características próprias para reprodução do conteúdo (registros fotográficos e documentos eletrônicos, por exemplo).

Também é necessário observar possíveis ressignificações, possíveis de acontecer quando um documento muda, fisicamente, de titular arquivístico, geralmente por acumulação, como ocorreu, por exemplo, com documentos apreendidos pela repressão, no último período militar, que tiveram sua função inicial radicalmente modificada. O projeto *Digifoto* (LOPEZ, 2009, p. 264), apresenta como exemplo uma ficha de controle de empréstimos de livros de uma biblioteca municipal, que foi incorporada pela Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS-PR) a um dossiê de investigação de cidadãos potencialmente “subversivos”. O ato transformou radicalmente o documento, que passou a pertencer a outro titular (a DOPS-PR), com funções administrativas e probatórias completamente distintas daquelas do titular original (a biblioteca). Uma vez que tais informações não se encontram registradas no documento, a contextualização das funções do documento para a DOPS-PR é o único modo de dotar o registro de significado arquivístico. Sem a correta contextualização, a sistemática violação da privacidade de cidadãos – suspeitos, no exemplo mencionado, por terem lido *A República*, de Platão – não seria evidenciada.

A tipologia documental é, então, responsável por estabelecer a ligação do documento diplomático (ficha de controle de empréstimos) com a função do titular arquivístico (investigação política). A sistematização de tal nexos num conjunto arquivístico se dará pela confecção de um plano de classificação capaz

- a) Identificar as espécies do acervo da organização (análise diplomática).
- b) Identificar quais as funções (quanto ao uso pelo titular do arquivo) se relacionam a quais documentos.
- c) Sistematizar um esquema hierárquico que consolide as informações relativas às ocorrências documentais daquele titular, que seja capaz de articular as espécies com as respectivas funções (plano de classificação).
- d) Não se esquecer de registrar todos os passos do processo e as definições que foram sendo elaboradas.

Quadro 2 – Passos para elaboração de tipologia mínima

Fonte: o autor

de articular, organicamente, as correspondências entre os diferentes documentos do arquivo de um dado titular com as respectivas funções. Os passos para a elaboração de uma tipologia mínima podem, grosso modo, ser assim resumidos:

Os dois quadros a seguir exemplificam os passos “c)” e “d)” indicados anteriormente.

<b>Fundo: PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO — PCB</b>			
<b>Nível: BASE</b>			
<b>Organismo: DIRETÓRIO ZONAL PINHEIROS – PERDIZES</b>			
<b>ATIVIDADES DE ALCANCE EXTERNO</b>			
<b>Função</b>	<b>Espécie</b>	<b>Nº de docs (#)</b>	<b>Datas-limite (##)</b>
<i>Agitação política</i>	Adesivo	4+1	[jan?/86-nov/89]
	Cartaz	4+1	[jun?/89-nov/89]
	Convite	3	jun/89-jan/90
	Panfleto	9+81	[jan/89?-nov/89]
	Sacola	1	[nov?/89-nov/89]
<i>Arrecadação financeira</i>	Bônus	1+169	[mar?/86-mar?/86]
	Ingresso	3+4	[mar/86]-jul/89
	Rifa	1+130	[out?/89-out?/89]
<i>Divulgação de informações do Organismo internacional</i>	Periódico	3	ago/86-set/88
	Programa turístico	1	mar/86-mar/86
	Texto de formação	2	[abr?]/86-[nov?]/86
<i>Divulgação do partido</i>	Periódico	9+2	jul/87-mai/90
	Programa	2	[jan?]/86-[out?]/89
<i>Propaganda política</i>	Periódico	1	jul/87-jul/87
	Programa de evento	1	mar/89-mar/89
	Texto de formação	1	[jan?]/85-[dez?]/85
<p>(#) Na quantidade de documentos consta o número de originais existentes, seguido, quando necessário, de um sinal de adição e do número de cópias; por exemplo: 4+2 significa quatro originais e duas cópias.</p> <p>(##) [ ] indica data suposta, não referenciada, porém correta; [?] indica data suposta, não referenciada e somente aproximada. O sinal de interrogação indica a dúvida apenas quanto aos dados que o precedem, desde que dentro dos colchetes. Assim, [jul?/89] significa que o ano, apesar de não ter sido indicado diretamente no documento, está correto, porém o mês é duvidoso; no entanto a notação [jul/89?] indica que toda a data é imprecisa. As datas-limite aparecem sempre aos pares: a mais antiga e a mais recente, mesmo para o caso de um documento apenas.</p>			

Quadro 3 – Exemplo de plano de classificação tipológica.

Fonte: adaptado de Lopez 1999, p. 117, 127-128.

## DEFINIÇÕES DAS FUNÇÕES

**Agitação Política:** divulgação do partido visando a difusão simplificada das diretrizes e dos principais pontos programáticos.

Obs.: a *agitação política*, segundo Lenin, teria o caráter de tumulto, barulho, marcação da presença do partido e não a conscientização ideológica. Nesse sentido, o público-alvo da atividade de agitação é a sociedade em geral.

**Arrecadação Financeira:** coleta de fundos fora do partido, sendo diferenciada das contribuições regulares dos militantes.

**Divulgação de informações do organismo internacional:** difusão de pontos programáticos e notícias do organismo internacional, ou referentes a ele.

Obs.: difere da *propaganda política* pelo caráter informativo e pela ausência de uma perspectiva doutrinária.

**Divulgação do Partido:** difusão de notícias de caráter programático e geral do partido como um todo.

Obs.: difere da *propaganda política* pelo caráter informativo e pela ausência de uma perspectiva doutrinária.

**Propaganda Política:** divulgação de ideias do partido para um público direcionado, visando o convencimento ideológico.

Obs.: difere da *agitação política* pelo caráter ideológico e técnico, que a torna, segundo Lenin, uma atividade extremamente importante e especializada. Nesse sentido, o público-alvo da atividade de propaganda são os adeptos e simpatizantes.

Quadro 4 – Exemplo de registro de definição adotada.

Fonte: adaptado de Lopez 1999, p. 121-125.

Sem a definição cuidadosa e profunda de uma tipologia documental para os acervos de documentos oriundos dos movimentos sociais, a elaboração de quadros classificatórios tenderá a ser um mero exercício de retórica. A ausência da análise tipológica põe em risco a compreensão do correto significado dos documentos, hoje inteligível para aqueles que foram contemporâneos à sua produção e aos fatos a ele relacionados, mas que se tornarão enigmas para os pesquisadores de um futuro não tão distante. Caso os movimentos não despendam esforços (contratando profissionais de arquivo e/ou capacitando os próprios colaboradores) para organizar corretamente – de modo contextualizado – seus próprios registros administrativos – que se converterão em registros da memória organizacional, podendo servir de base para a construção de uma história que considere os atores sociais –, tais documentos, quando muito, estarão fadados a se tornarem peças ilustrativas, desprovidas de nexos quanto às ações e interesses reais de seus criadores.

## REFERÊNCIAS

AAB/SP - ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. Núcleo Regional de São Paulo. *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Federal de Segurança Pública. Memorando 154/67. Brasília, 25/07/1967. Disponível em: <<http://www.memoriacinebr.com.br/pdfsNovos/0070046C01101.pdf>>. Acessado em 01/06/2011.

CINEARQ. Blog discente para disciplina de Diplomática e Tipologia Documental – UnB, 2010. Disponível em: <<http://cinemaearquivo.blogspot.com>>. Acessado em 01/06/2011.

COUTINHO, Laerte. Era um bilhete, não o texto definitivo. In: *Piratas do Tietê. Folha de S. Paulo*. São Paulo, cad.4, p.5, 15 jun. 1999.

DURANTI, Luciana. *Diplomática: usos nuevos para una antigua ciencia*. Carmona: S&C, 1996.

FURET, François. O quantitativo em história. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (orgs.). *História: novos problemas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. p.49-63.

LOPEZ, André Porto Ancona. Photographic document as image archival document. In: *TEHNIČNI in Vsebinski Problemi Klasičnega in Elektronskega Arhiviranja: referatov dopolnilnega izobraževanja s področij arhivistike, dokumentalistike in informatike v Radencih*, 8, Maribor, 2009. Tehnični in Vsebinski Problemi Maribor: Pokrajinski Arhiv Maribor, 2009. p. 362-272. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/12846/6/A%20LOPEZ%20Maribor%202009.pdf>>. Acessado em 01/06/2011.

LOPEZ, André Porto Ancona. *Tipologia documental de partidos e associações políticas*. São Paulo: Loyola, 1999.

MEMÓRIA da censura no cinema brasileiro 1964-1988. Sitio de projeto. <http://www.memoriacinebr.com.br>, acessado em 01/06/2011.



### 3 | ACERVOS DO JUDICIÁRIO TRABALHISTA: LUTAS PELA PRESERVAÇÃO E POSSIBILIDADES DE PESQUISA<sup>1</sup>

Benito Bisso Schmidt<sup>2</sup>  
Clarice Gontarski Speranza<sup>3</sup>

Em 1946, o mineiro Alberto Tavares compareceu à Junta de Conciliação e Julgamento de São Jerônimo (RS), sendo atendido pelo Diretor de Secretaria, que lavrou seu Termo de Reclamação. Disse ter sido despedido sem justa causa, pedindo então o pagamento de aviso-prévio e juntando documentos comprobatórios. Alberto, o “reclamante” no jargão jurídico, informou que o motivo de sua despedida, declarado pela empresa empregadora, chamada CADEM – Consórcio Administrador das Empresas de Mineração, – ou seja, a “reclamada”, foi o fato de ele se negar a desocupar a casa onde morava, que era de propriedade da empresa e locada por outro funcionário.

Como não saiu da casa, ele recebeu a carta de demissão e, no dia posterior, a empresa começou a desmanchar a edificação, destelhando-a, mesmo estando os móveis e pertences de Alberto em seu interior.

Em sua defesa, a empresa, por meio de seu representante, informou “(...) que o único recurso de que a Companhia se vale para controlar a habitação de seus operários é mandar destelhar a casa.”

Na audiência em que foi proferida a sentença, a Junta – composta por um juiz bacharel em Direito e outros dois leigos, um representante dos empregados e outro dos empregadores – entendeu que não houvera falta grave por parte do empregado, condenando o CADEM ao pagamento do aviso-prévio. Na fundamentação, o Juiz Carlos Alberto Barata Silva sustentou que:

(...) A maneira hábil de se conseguir a desocupação de uma casa – ação de despejo, de restituição de posse e outros – é bem outra que a usada pela reclamada.

(...) A justiça pelas próprias mãos não tem mais razão de ser hoje em dia.

(...) O reclamante, operário rude, desesperado pela perda de três filhinhos, em razão da completa falta de higiene na choupana de barro e capim em que habitava, de boa fé sublocou as peças oferecidas por outro funcionário.

---

1 Versão ligeiramente modificada deste texto será publicada em: PAULA, Zueleide C. de. *Polifonias do Patrimônio*. Londrina: Ed. da UEL (no prelo).

2 Diretor do Memorial da Justiça do Trabalho no RS. Professor do Departamento e do PPG em História da UFRGS.

3 Jornalista. Mestre e doutoranda em História na UFRGS. Bolsista CAPES. Professora da UNISC.

(...) Se mau procedimento houve, foi de parte da empregadora, que desumanamente deixou desabrigada a família de um operário rude e miserável.<sup>4</sup>

Histórias como essa, que falam de homens e mulheres quase ausentes em outros tipos de documentos oficiais, de sua relação com o Estado através do Judiciário Trabalhista, de seus embates com o patronato e de suas compreensões a respeito do que é justo e legal, bem como das práticas e visões de mundo de juízes, advogados e outros operadores do Direito, povoam as páginas dos processos oriundos da Justiça do Trabalho, desde a sua criação oficial em 1941 (e mesmo antes, já que as primeiras Juntas de Conciliação e Julgamento foram criadas no início da década de 1930) até os dias de hoje. Muitas delas não serão nunca conhecidas já que milhares destes documentos são, a cada ano, destruídos, em cumprimento à Lei n. 7.627, de 10 de novembro de 1987, que determina a eliminação de autos de processos trabalhistas com mais de cinco anos de arquivamento. Tal medida legal atendeu às demandas de muitos gestores deste ramo do Judiciário que, em nome de uma certa racionalidade administrativa, não sabiam o que fazer com aquelas montanhas de “papel velho” que se acumulavam em gabinetes, salas, porões, sótãos e até banheiros de varas e tribunais. De outro lado, alguns magistrados e servidores, aliados a pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, organizaram-se para fazer frente a esta destruição do patrimônio documental público, articulando medidas que possibilitem a sua conservação, organização e disponibilização ao público.

O presente texto aborda esta luta travada por aqueles que acreditam que os processos trabalhistas constituem um patrimônio a ser preservado, e não um amontoado de papéis velhos. Inicialmente, situa o contexto destas ações preservacionistas tanto no escopo mais geral de uma “cultura da memória”, como no âmbito específico do Judiciário Trabalhista. Num segundo momento, ressalta a riqueza destes documentos como fontes históricas, apontando alguns cuidados metodológicos que devem ser levados em conta na sua análise.

## **1 – A LUTA (INCONCLUSA) PELA PRESERVAÇÃO DOS ACERVOS DOCUMENTAIS DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

A fim de melhor compreendermos as ações de patrimonialização dos acervos documentais do Judiciário Trabalhista é preciso, inicialmente, inserilas num contexto mais amplo, no qual a memória assumiu centralidade

---

4 Processo 03/47, impetrado por Alberto Tavares em 13/01/47. Fundo São Jerônimo, Acervo do Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul.

como objeto de reflexão intelectual, balizador de políticas públicas, bandeira de movimentos sociais, enfim, como elemento gerador de disputas e conformador de identidades coletivas – inclusive institucionais – e individuais. Se os projetos modernistas apostavam no futuro como “o lugar aonde se quer chegar”, na contemporaneidade o olhar parece estar voltado mais para o passado, para aquilo que fomos e que já não somos mais, evidenciando uma espécie de *cultura da saudade*. Diversos diagnósticos foram propostos na tentativa de explicar esse fenômeno, que parece estar ligado, por um lado, à frustração com as grandes utopias futuristas e, por outro, com uma certa necessidade de ancoragem diante da aceleração do tempo e da compressão do espaço permitidas pelas novas tecnologias comunicacionais e informacionais. Assim, pessoas, coletividades e instituições parecem buscar, cada vez mais ansiosamente, entender *o que foram* para compreender *como são* (ou *como desejam ser*).

Um dos sintomas desta sedução pela memória é a criação, em diversas instituições públicas e privadas – como órgãos governamentais, empresas, sindicatos, clubes recreativos e desportivos, escolas, hospitais, ONGs etc. –, de espaços voltados à “preservação” e, normalmente, à celebração do passado, muitos deles sintomaticamente chamados de memoriais. Tais espaços podem ter conteúdos bastante variados: alguns são meramente apologéticos, com vistas à monumentalização de determinados acontecimentos e personagens e à construção de uma narrativa celebratória referente às instituições que os abrigam e patrocinam; outros pretendem conservar, organizar e disponibilizar ao público vestígios documentais produzidos pelas instituições mantenedoras e realizar pesquisas que possibilitem uma compreensão profunda do passado institucional de forma articulada com a história mais ampla. De qualquer forma, fica a pergunta: por que nas últimas décadas tantas instituições, de perfis tão diferentes, manifestaram interesse em exibir no presente versões consideradas legítimas de seu passado?

No âmbito específico do Judiciário, o interesse institucional pelo passado parece estar ligado às significativas transformações pelas quais passou esse Poder nas últimas décadas, sobretudo após o fim da ditadura civil-militar e a redemocratização da sociedade brasileira, consubstanciada na Constituição de 1988. Entre essas mudanças pode-se citar, por exemplo, o fortalecimento do papel do Ministério Público e, no caso da Justiça do Trabalho, a ampliação de sua competência para julgar não apenas os conflitos relativos às relações de emprego, mas também aqueles referentes às relações de trabalho em sentido amplo. Além disso, houve uma importante renovação geracional dos quadros – magistrados e servidores – de diversos ramos do Judiciário, tanto em nível federal como em nível estadual. Tudo isso fez com que as

instituições que constituem este Poder reavaliassem a sua identidade e o seu papel na sociedade e, em consequência, se voltassem para a compreensão de suas trajetórias pretéritas.

Ainda no caso da Justiça do Trabalho, não se pode esquecer que, ao longo da década de 1990, com o avanço das políticas neoliberais (as quais, entre outros pontos, propugnavam a desregulamentação das relações de trabalho em favor da “livre negociação”), ela foi extremamente atacada e teve, inclusive, sua existência ameaçada. Talvez a necessidade de reafirmar a importância da instituição perante a sociedade tenha contribuído para que essa buscasse no passado argumentos confirmadores de sua relevância, de seu papel fundamental na conformação do “mundo do trabalho” no Brasil.

De outro lado, cada vez mais os historiadores têm investigado as múltiplas dimensões do Direito e da Justiça e suas articulações com diversos âmbitos da vida social. Neste sentido, por exemplo, multiplicam-se trabalhos de historiadores que investigam a aplicação das leis em situações variadas, os mecanismos disciplinares e as representações associadas ao Judiciário, o perfil da magistratura e de outros operadores do Direito em diversas épocas e, sobretudo, o uso que os dominados, em especial os trabalhadores cativos e livres, fizeram das leis a seu favor, recorrendo aos tribunais – sobretudo os da Justiça do Trabalho após 1941 – como campos de luta, onde depositavam expectativas e valiam-se de artimanhas variadas para conquistar melhores condições de vida e trabalho.<sup>5</sup>

Para fazer frente à destruição dos processos trabalhistas sustentada na lei de 1987, alguns Tribunais Regionais do Trabalho criaram espaços destinados à preservação documental, como o Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul (do TRT4), onde atuo, e outros como os memoriais do TRT3 (Minas Gerais) e do TRT6 (Pernambuco).<sup>6</sup>

Além disso, ocorrem anualmente os Encontros da Memória da Justiça do Trabalho no Brasil, os quais já tiveram lugar em Porto Alegre (2006), Campinas (2007), Recife (2008), Belo Horizonte (2009) e Belém (2010). No II Encontro, foi aprovada por unanimidade a criação do “Fórum Amplo Nacional Permanente em defesa da preservação documental da Justiça do Trabalho, com participação das entidades e instituições ligadas ao Judiciário trabalhista que se dedicam ao tema, incluindo-se os Centros de Memória

---

5 Uma amostra destas pesquisas históricas recentes que enfocam o Direito e a Justiça está em LARA e MENDONÇA, 2006. Ver item 2 deste texto para outros exemplos.

6 Ver: <http://www.trt4.jus.br/portal/portal/memorial>; <http://www.trt3.jus.br/memoria/memoria.htm> e <http://www.trt6.gov.br/memorial/>

ou memoriais da Justiça do Trabalho e as entidades representativas de servidores, magistrados e de membros do Ministério Público do Trabalho etc.” (II ENCONTRO..., 2008, p. 180), fato que revela a difusão que a perspectiva preservacionista tem alcançado junto a este ramo do Poder Judiciário.

Os argumentos em prol da preservação dos documentos do Judiciário Trabalhista, em especial dos processos, vêm se ancorando em dois eixos: o seu valor como prova jurídica e o seu valor histórico. No que tange ao valor de prova desses processos, é preciso destacar que os autos findos e/ou os documentos a ele anexados podem servir às necessidades de prova do tempo de serviço para fins de aposentadoria, dos recolhimentos ao FGTS, do trabalho em condições insalubres, de danos morais e materiais decorrentes do acidente de trabalho, do tempo de serviço dos advogados e peritos que atuaram nos processos, do salário de contribuição para fins de cálculo da média do benefício a ser pago, entre outros direitos. Por isso, considera-se que preservar adequadamente tais documentos é garantir o *direito à prova* por parte dos cidadãos e, em consequência, efetivar o *direito constitucional de amplo acesso ao Judiciário* (art. 5º, XXXV da Constituição), garantindo o Estado democrático de direito nos seus fundamentos de cidadania, da dignidade da pessoa humana e dos valores sociais do trabalho, expressos no art. 1º da Constituição. Desta maneira, todos os Encontros Nacionais da Memória da Justiça do Trabalho ratificaram a seguinte resolução: “Os direitos constitucionais de acesso ao Poder Judiciário e à ampla defesa concretizam-se com a produção da prova. Nesse sentido, a preservação dos processos e dos documentos que os processos judiciais contemplam integra o dever de prestar jurisdição.”

No que tange ao valor histórico dos referidos documentos, já foi salientado o potencial destas fontes para a análise de diversas problemáticas históricas, tema que será retomado mais adiante. Por ora, basta dizer que neles é possível encontrar indícios, por exemplo, de como os magistrados aplicavam o Direito do Trabalho em situações concretas, como empregados e empregadores reagem a essas deliberações, como eram vivenciadas as relações de emprego em períodos e locais diversos. Neste ponto, é preciso também alertar para a incorreção das iniciativas de preservação documental por amostragem de classe, assunto ou movimentação, pois elas implicam a dilapidação do legado do Judiciário Trabalhista às gerações futuras. Procedimentos que envolvam a destruição de parte dos processos e o salvamento de “amostras”, sejam na proporção que forem, inviabilizam, além da prestação jurisdicional já ressaltada mais acima, pesquisas que tenham como escopo, por exemplo, a constituição de séries estatísticas dos direitos mais pleiteados, das sentenças mais prolatadas, das categorias de trabalhadores que mais recorreram à Justiça do Trabalho em determinados contextos etc.

Os resultados destas iniciativas foram desiguais: alguns tribunais regionais suspenderam as eliminações, caso do Rio Grande do Sul desde 2006; outros continuam a realizar essa prática. De qualquer forma, a destruição destes “papéis velhos”, para alguns, ou deste patrimônio, para outros, continua e, por vezes, parece querer ampliar-se como ficou claro na discussão atual sobre o novo Código do Processo Civil (Projeto de Lei 166/2010), cujo anteprojeto apresentado ao Senado, em seu artigo 967, propugnava, como no caso dos processos trabalhistas, a sua destruição após cinco anos de arquivamento. A reação foi grande da parte dos historiadores (a própria ANPUH – Associação Nacional de História capitaneou um abaixo-assinado contra a proposta), de magistrados e de setores da grande imprensa, o que permitiu uma amplificação do debate sobre o tema na sociedade civil. Nesse sentido, o jornalista Elio Gaspari, em sua coluna no jornal *Folha de São Paulo*, de 21/07/2010, afirmou:

Se a história do Brasil for tratada com o mesmo critério que a Polícia Federal dispensa à maconha, irão para o fogo dezenas de milhões de processos que retratam a vida dos brasileiros, sobretudo daqueles que vivem no andar de baixo, a gente miúda do cotidiano de uma sociedade. Graças à preservação dos processos cíveis dos negros do século 19 conseguiu-se reduzir o estrago do momento-Nero de Rui Barbosa, que determinou a queima dos registros de escravos guardados na Tesouraria da Fazenda.

Queimando-se os processos cíveis, virarão cinzas os documentos que contam partilhas de bens, disputas por terras, créditos e litígios familiares. É nessa papelada que estão as batalhas das mulheres pelos seus direitos, dos posseiros pelas suas roças, as queixas dos esbulhados. Ela vale mais que a lista de convidados da ilha de Caras ou dos churrascos da Granja do Torto.

Diante da reação, este artigo do anteprojeto foi alterado e incorporada a redação elaborada pelo Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho e pela ANPUH, de caráter preservacionista, que, nas palavras de Sílvia Lara (2010a), “invertia o sentido daquele famigerado artigo, defendendo a preservação dos processos judiciais (em seu suporte original ou por meio da microfilmagem ou digitalização)”. Prossegue a autora:

“Tudo parecia caminhar bem até que, no jogo de forças do Senado, os defensores da eliminação dos processos conseguiram reverter o quadro nos instantes finais da tramitação, introduzindo no texto que foi submetido à votação o artigo 1.005, cuja redação era ainda mais radical que a do 967.

Felizmente, o bom senso prevaleceu, não sem pressões, e o texto aprovado pelo Senado em 15 de dezembro do ano passado e enviado à Câmara dos Deputados excluiu aquela determinação. Mas também não incluiu qualquer artigo sobre a necessidade de se guardar e preservar e os processos judiciais.”

Trata-se, pois, de um debate inconcluso, “quente” e atual, que diz respeito à própria possibilidade de construção do conhecimento histórico sobre diversas facetas da sociedade brasileira.

Encerramos este item com uma citação da historiadora Sílvia Lara (2010b, p. 118), que muito bem expressa nosso pensamento sobre o tema da preservação dos processos judiciais, em especial os trabalhistas:

Essa documentação é realmente preciosa. Ela registra, sem dúvida, a própria história do Direito e da Justiça: o modo como as leis foram interpretadas e aplicadas em casos concretos, a atuação de magistrados, promotores e advogados, os conflitos e os modos como foram encaminhados e solucionados. Ela guarda também a história de muitas lutas individuais e coletivas por direitos, permitindo entrever o modo como pessoas e entidades pressionaram pela criação de normas jurídicas ou como certas normas legais foram interpretadas de modos diversos ao longo do tempo ou em contextos diferentes. Constituindo-se em repositório da história do Direito e das lutas por direitos, ela se torna fonte importante da própria história dos trabalhadores no Brasil. Por isso mesmo, todos os processos, da Justiça Civil, Criminal, do Trabalho – todos devem ser preservados. *Todos*. Os argumentos técnicos e financeiros da falta de espaço ou de recursos, que muitas vezes servem de justificativa para a destruição parcial ou total dessas fontes, precisam ser colocados em perspectiva: são infinitamente menores e facilmente equacionáveis diante da grandeza da tarefa da preservação da memória da Justiça e do Direito, da história dos trabalhadores e do trabalho no Brasil.

## **2 – OS PROCESSOS TRABALHISTAS COMO FONTES HISTÓRICAS: POSSIBILIDADES DE PESQUISA E QUESTÕES METODOLÓGICAS**

O uso de fontes judiciais para pesquisas históricas no Brasil não é nenhuma novidade. Como lembram Lara e Mendonça, nos anos 80 os pesquisadores começaram a buscar processos como vias de acesso ao cotidiano e à experiência humana que não era registrada nos documentos mais tradicionais (LARA e MENDONÇA, 2004, p. 10). Processos criminais e cíveis passaram a ser lidos de forma diversa por uma geração de acadêmicos cujo interesse

recaía menos nos mecanismos de controle social inerentes à Justiça (que havia sido o cerne da preocupação de sociólogos e historiadores das décadas anteriores) do que nos valores em confronto na arena jurídica e nas ações dos homens e mulheres registradas nas atas judiciais.

Se este movimento historiográfico gerou uma visão mais complexa do Direito – de instrumento monolítico da dominação social a um campo conflituoso e constitutivo das relações sociais –, a maneira de estudar as fontes jurídicas também se diversificou. Nunca é demais, porém, ressaltar as “armadilhas” já apontadas por Chalhoub (2001) no trato do pesquisador com os processos judiciais. A principal delas é priorizar a busca pelo “que realmente se passou” num tipo de fonte construída em meio a – e por causa de – versões contraditórias. Assim, mais importante do que arriscar uma empreitada de moldes “objetivistas” é “tentar compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões que os diversos agentes sociais envolvidos apresentam para cada caso”, sustenta o autor (2001, p. 40). Cada versão seria, então, um símbolo ou interpretação, cujo significado, repetido ao longo de diversas outras, daria acesso a “lutas e contradições sociais” (CHALHOUB, 2001, p. 40).

Se a advertência foi escrita tendo em mente processos criminais, ela é inteiramente válida para as reclamações trabalhistas, uma fonte de estudo que cada vez mais vem sendo utilizada pelos pesquisadores, como mostraremos nas próximas páginas. Afinal, talvez seja neste tipo de processo que as lutas e contradições sociais estejam mais flagrantes. No entanto, os processos trabalhistas têm características específicas importantes em relação às demais fontes judiciais, características estas que devem receber a atenção do investigador, sob pena de ele não compreender a lógica que rege a construção do documento.

Antes de qualquer coisa, por exemplo, é preciso entender que as reclamações trabalhistas são, em geral, *instauradas* por uma das partes (patrões ou empregados). Nisto diferem frontalmente dos processos criminais, onde certos crimes (como homicídio) são julgados por iniciativa do Ministério Público (órgão do Executivo), que age como representante da sociedade.

O Ministério Público do Trabalho só se tornou um órgão agente (que pode impetrar ações na Justiça do Trabalho) depois da Constituição de 1988 e, na prática, na década de 90. Portanto, antes disso, os processos judiciais trabalhistas são invariavelmente uma mediação judicial entre duas partes (patrões e empregados), na qual uma detém a iniciativa do processo e pode, inclusive, renunciar a ele (é a figura da desistência). Isto não acontece em outras áreas da Justiça, que considera certos direitos de natureza irrenunciável



(o direito à vida, por exemplo). Assim, para que uma reclamatória trabalhista comece a tramitar, é necessária uma ação concreta de patrões ou empregados, que buscam conscientemente a Justiça para assegurar o que consideram seus direitos.

Outra característica importante da Justiça do Trabalho e que afeta a construção da fonte judicial trabalhista é o fato de tratar-se de uma justiça classista. De 1941, quando surgiu oficialmente no Brasil, até 1999, quando a Emenda Constitucional 24 acabou com a representação classista, os tribunais em todos os níveis eram presididos por juízes togados (bacharéis em Direito) e integrados por juízes leigos (indicados por patrões e empregados).<sup>7</sup> Isto é particularmente importante no caso de a pesquisa se debruçar sobre o teor das sentenças, porque, apesar de não muito frequentes, há casos de discordância entre os juízes togados e os leigos. Neste caso, é comum ser registrado o voto discordante em separado, o que enriquece a percepção do pesquisador sobre as disputas simbólicas que integram aquele determinado conflito material.

Na verdade, a representação classista tem início bem antes do surgimento da Justiça do Trabalho, nos primórdios do que se poderia considerar o Direito do Trabalho no Brasil, com o advento do Conselho Nacional do Trabalho (CNT), em 1923, e das Juntas de Conciliação e Julgamento, em 1932. Ambos eram órgãos ligados ao Executivo (o CNT ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e as Juntas ao Ministério do Trabalho). As ações que tramitaram nestes órgãos são fontes importantes para estudar estes primeiros tempos da regulamentação das relações de trabalho no país.

Um exemplo de empreitada neste sentido é a tese de Samuel Fernando de Souza, que pesquisou ações que tramitaram no CNT antes e depois de 1930. Souza identificou uma tendência de favorecimento aos trabalhadores nas soluções propostas, bem como uma preocupação com a institucionalização do órgão. O historiador também adotou uma estratégia metodológica de examinar a forma como os direitos eram demandados pelos trabalhadores nas petições. Com isso, verificou uma “politização do discurso apresentado nos processos” (SOUZA, 2007, p. 150) depois de 1930. Enquanto que nas demandas anteriores a esta data os trabalhadores justificavam seus pedidos com base na miséria ou na família numerosa (com alusões à caridade), nos processos posteriores havia argumentos relacionados ao panorama político e ao sentido coletivo das reivindicações, o que mudava radicalmente o tom das demandas.

---

7 A Emenda 24 também alterou o nome das Juntas de Conciliação e Julgamento para Varas de Conciliação e Julgamento.

Em relação às Juntas de Conciliação e Julgamento do Ministério do Trabalho, é importante diferenciar estes órgãos das Juntas posteriores, que, apesar do mesmo nome, diferem das primeiras por estarem ligadas à Justiça do Trabalho. As Juntas do Ministério do Trabalho foram criadas para solucionar dissídios individuais (para examinar os dissídios coletivos, surgiram na mesma época as Comissões Mistas de Conciliação) e não tinham poder de execução (ao contrário das Juntas da Justiça do Trabalho). Isto significava que, “se o empregador fosse condenado e não cumprisse voluntariamente a decisão, a parte vencedora tinha de entrar com uma ação executiva na Justiça Comum, que, não raro, revia as decisões num processo demorado”, como explicou o jurista Arnaldo Sussekind (GOMES, PESSANHA, MOREL, 2004, p. 58).

Essa contingência acarreta uma consequência digna de nota, pois, eventualmente, as atas de reuniões relativas a estas primeiras juntas ou comissões podem ser encontradas anexadas a processos posteriores impetrados na Justiça Comum para forçar a execução. Apesar de terem uma eficácia muito menor do que as futuras Juntas da Justiça do Trabalho, os documentos relativos a estes órgãos são fontes férteis para o pesquisador que deseja entender as relações de trabalho e o cotidiano de operários e empresas no Brasil dos anos 30.

Quando a Justiça do Trabalho foi criada, no início dos anos 40, sua estrutura baseou-se numa série de princípios. Um deles foi o da informalidade, no sentido de que o trabalhador não precisava necessariamente de um advogado para ingressar com a reclamatória, e poderia fazê-lo, inclusive, oralmente. Nestes casos, em vez de uma petição inicial, o processo iniciava por um “termo de reclamação”, preenchido por funcionário público diante da reclamação oral do empregado (LAGE e CARDOSO, 2007, p. 102).

Um tema possível de pesquisa é o quanto este princípio foi realmente efetivo e com que consequências. Pode-se investigar, assim, até que ponto a Justiça do Trabalho foi realmente “informal” no sentido de prescindir de mediadores para que o trabalhador apresentasse suas reclamações. Em levantamento preliminar para pesquisa em relação aos mineiros do Rio Grande do Sul, por exemplo, Speranza observou que, das 283 reclamatórias apresentadas por trabalhadores entre 1946 e 1947, 252 (89%) são feitas através de petições iniciais e apenas 31 (11%) por termo de reclamação. Como a petição inicial é indício de pelo menos algum contato inicial com um advogado ou outro mediador do Direito (pois é um ofício redigido com um mínimo de termos técnicos jurídicos), o levantamento mostra que a informalidade pretendida pelos construtores da Justiça do Trabalho não ocorreu de forma generalizada e que, na prática, os advogados tiveram papel preponderante na afirmação desta nova área do Direito.

A importância da atuação dos advogados e suas estratégias foi ressaltada também por Larissa Rosa Correa, que estudou processos trabalhistas de São Paulo entre 1953 e 1964. Alguns dos profissionais que tiveram forte atuação na defesa dos direitos dos trabalhadores nos tribunais eram militantes sindicais e políticos, ligados ao PCB ou ao PTB (CORREA, 2007).

Além da petição inicial, as atas das posteriores audiências do processo são fontes muito úteis, pois não só apresentam dados sistematizados sobre o caso (demanda, nome das partes, argumentos etc), como geralmente incluem o depoimento tanto dos reclamantes (quem impetrou a reclamatória) quanto dos reclamados (contra quem ela é impetrada) e respectivas testemunhas, se houver. Parece óbvio, mas nunca é demais lembrar que estas falas não estão ali por causa do pesquisador; nas palavras do trabalhador e dos representantes das empresas é nítido o interesse em ter o pleito atendido ou negado. As testemunhas também estão lá, na maioria das vezes para defender um dos lados. Decifrar as táticas e estratagemas escondidos por trás do papel supostamente passivo dos depoentes pode levar a descobertas essenciais sobre os valores, o processo de trabalho e as relações sociais no interior de determinado grupo, em cada período.

Os depoimentos falam também sobre a “consciência legal” (FRENCH, 2002, p. 68) dos trabalhadores, ou seja, o quanto eles têm conhecimento e conseguem “manejar” os conceitos jurídicos em proveito próprio. Conceitos que nem sempre aparecem constituídos como jargão judicial, mas se fazem presente na estudada menção de situações ou circunstâncias que compõem, juridicamente, os pré-requisitos formais para determinado direito legal. Por exemplo: se um trabalhador reclama de atraso no pagamento de salário, é importante notar o quanto ele procura deixar claro para os juízes que compareceu ao serviço com assiduidade no período correspondente – o que lhe daria direito legal ao vencimento. O fato de se apresentar como um trabalhador disciplinado e ordeiro também é indício de um certo conhecimento (e utilização) da lógica dos tribunais. O Direito do Trabalho faculta às empresas, legitimamente, o poder disciplinar (poder de fazer cumprir suas ordens), poder ao qual o empregado deve obedecer (a não ser em caso de ordens ilegais ou imorais) sob pena de sofrer penalidades (MARTINS, 2006, p. 194). Portanto, mostrar-se disciplinado é uma estratégia imprescindível para um trabalhador que deseja ver garantidos seus direitos na esfera legal. Em suma, é importante ter em mente que os operários nunca são “sujeitos passivos da história” (THOMPSON, 1998, p. 346), como bem vem demonstrando a historiografia recente referente ao mundo do trabalho.

Por outro lado, o patronato, obviamente, também não chegava desarmado a um tribunal. Igualmente com assistência de advogados, os patrões em

geral tentavam desqualificar o discurso dos trabalhadores, contrapondo testemunhas, normalmente chefes ou até colegas do trabalhador. Porém, é na fala do preposto (o indivíduo que representa a empresa) que muitas vezes podem se adivinhar significados mais profundos atribuídos ao trabalho e às posições de classe no período. Num processo de 1947 da Junta de São Jerônimo, do Rio Grande do Sul, citado no início deste texto, um mineiro teve a casa onde morava destelhada pela empresa mineradora por recusar-se a deixar o local depois de sua demissão. O preposto da mineradora, depois de assegurar ao juiz que tudo havia sido feito para que o operário deixasse a casa de propriedade da empresa voluntariamente, deixou escapar um comentário infeliz (que foi para a ata da audiência). Minimizando a derrubada do domicílio com todos os pertences do morador dentro, comentou que o trabalhador, o nosso conhecido Alberto Tavares, não teve “prejuízos materiais com o destelhamento da casa, pois acredita que o mesmo tenha muito pouca roupa e poucos móveis”. Tal observação pode ser interpretada como evidência de uma postura autoritária e de um certo desprezo em relação à classe baixa, que permeava a visão de mundo das chefias imediatas naquele contexto.

Num processo trabalhista, os testemunhos fazem parte da etapa de produção de prova, ou instrução, assim como a anexação de documentos facultada às partes. Neste âmbito, as reclamações são de uma riqueza por vezes desnorteadora, com a anexação dos mais variados documentos, como bilhetes, fotos, jornais, jurisprudência e outros, tornando mais fértil o trabalho de pesquisa.

Se o pesquisador, porém, está utilizando processos em grau de recurso a instâncias superiores, ou seja, aos Tribunais Regionais do Trabalho ou ao Tribunal Superior do Trabalho, não encontrará, via de regra, testemunhos tomados nestas fases, pois a produção de prova geralmente só ocorre na primeira instância. Processos com recursos a instâncias superiores são especialmente úteis para compreender as diferenças de orientação dos diversos tribunais, ou seja, a construção da lei como fruto da conjunção e/ou do embate de variadas interpretações.

Em relação a este tipo de perspectiva, a das transformações da norma legal pelas diversas interpretações e suas repercussões materiais na sociedade, vale citar como exemplo a pesquisa de Beatriz Mamigonian, mesmo que esta autora tenha estudado a legislação referente à escravidão e não o Direito do Trabalho como comumente o definimos. Mamigonian examinou as diversas interpretações da lei de 1831 (a famosa lei “para inglês ver”, que proibiu o tráfico atlântico de escravos, mas não foi cumprida). A pesquisadora mostrou como o conceito de “africanos livres” foi apropriado por escravos e seus defensores, na luta pela liberdade, e como sofreu modificações a

partir destes embates e das diversas interpretações propostas pelos tribunais (MAMIGONIAN, 2006).

Em estudos voltados ao século XX, uma possibilidade neste sentido seria compreender como os trabalhadores e seus defensores se aproveitaram de leis aparentemente restritivas para garantir suas ações, buscando a proteção do campo jurídico. Alexandre Fortes relata, por exemplo, que os metalúrgicos de Porto Alegre optaram por realizar em 1952 uma greve “legal”, procurando cumprir toda a estrita regulamentação da lei de greve vigente na época (Decreto nº 9.070, de 1946), com o objetivo de mobilizar a categoria e reforçar a confiança no sindicato (FORTES, 2004, p. 409-410). Speranza encontrou estratégia semelhante, de forçar uma interpretação positiva de uma norma restritiva (no caso, a lei 4.330/64), entre grevistas de uma empresa jornalística do Rio Grande do Sul no início da década de 80 (SPERANZA, 2007).

Outro objeto fértil de pesquisa são as perícias, que podem ser requisitadas pelas partes ou pelos juízes, e que revelam não apenas características dos ofícios, mas também o entendimento dos atores sobre produtividade, funções e legitimidade das demandas. Examinando reclamações trabalhistas propostas em Jundiá (SP) nas décadas de 50 e 60, Rinaldo José Varussa examinou as disputas existentes em laudos de peritos diferentes a partir dos significados atribuídos às inovações técnicas na indústria têxtil e indicou que tais interpretações conformavam “entre trabalhadores e empresa, os campos que delineavam as disputas” (VARUSSA, 2002, p. 13).

O trabalho de Varussa também explorou o encadeamento lógico entre as diversas partes dos processos e seus resultados, evidenciando como se deu a intervenção da Justiça do Trabalho nos conflitos advindos com a implantação de novas tecnologias no setor e quais os valores que prevaleceram nas interpretações dos mediadores do Direito.

Quanto aos resultados, os direitos reivindicados inicialmente pelo impetrante de uma reclamação trabalhista podem ser reconhecidos total (procedente) ou parcialmente (procedente em parte) pela Justiça ou não contemplados (improcedente). Mas o pesquisador deve atentar aqui para mais uma característica da Justiça do Trabalho: o incentivo à conciliação (ou acordo). A via da conciliação é oferecida, formalmente, no início e ao fim da instrução e é “estruturante do processo trabalhista” (LAGE e CARDOSO, 2007, p. 102). Esta Justiça especializada visa em sua estrutura o entendimento das partes – mesmo que isto implique, por vezes, renúncia de direitos.

Esta é uma característica marcante, pois pode condicionar inclusive a relação dos trabalhadores e patrões com os tribunais e a própria legitimidade dos órgãos de regulação do trabalho no Brasil. Em seu estudo já citado sobre as ações impetradas no CNT, Samuel Souza considerou que “a

perspectiva da conciliação, tal como foi adotada, foi uma forma oficial de garantir constantes reinterpretações na forma de validar a lei”, alicerçando a sua legitimidade (SOUZA, 2007, p. 220). Ao examinar os resultados de processos muito posteriores, que tramitaram entre 1991 e 2000, Adalberto Cardoso e Telma Lage mostraram que as conciliações foram a solução encontrada em 45% das reclamações, em média (o que representou uma queda em relação à década anterior, quando o percentual das conciliações alcançou 57% dos processos) (LAGE e CARDOSO, 2007, p. 115). Refletir sobre o significado material e simbólico destas conciliações e dos outros resultados obtidos pelas partes nos tribunais representa outra abordagem possível da fonte judicial trabalhista.

O interesse da pesquisa também pode se voltar somente para as sentenças e a historicidade da doutrina jurídica lá exposta. É o caso do trabalho da Magda Biavaschi, ela mesmo juíza aposentada, que optou por examinar os conceitos jurídicos identificáveis em processos relativos a trabalhadores no período de 1930 a 1942 (anterior, portanto, à criação da Justiça do Trabalho). Em tese de doutorado defendida junto ao Instituto de Economia da Unicamp em 2005, Biavaschi examinou 10 processos do acervo do Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul, vinculado ao TRT4, oriundos de Rio Grande, Porto Alegre e São Jerônimo (BIAVASCHI, 2007). A autora deteve-se especialmente na análise das sentenças judiciais, identificando princípios que, segundo ela, norteariam posteriormente a construção da Justiça do Trabalho, como a não-discriminação, a intangibilidade salarial ou o ônus da prova. Esta classificação dos processos através dos princípios jurídicos por eles evocados se enquadra na proposta de Biavaschi, que é, em última análise, polemizar com a visão da Justiça do Trabalho como órgão de controle e tutela dos trabalhadores.

Por fim, vale lembrar a advertência feita por Antônio Luigi Negro sobre o que se pode esperar das fontes da Justiça do Trabalho. Em artigo recente, o autor considerou a riqueza de abordagens possíveis, a partir dos arquivos que começam a ser desbravados nos dias de hoje pelos pesquisadores, e citou explicitamente o uso da metodologia da micro-história como forma de reinterpretar a experiência humana e as redes sociais. Lembrou ainda que, das vozes que se levantam nos processos, poderemos ouvir “apelos ao favor e ao apadrinhamento”, mas que é importante não cair na armadilha fácil de relacionar estas falas a uma atitude de passividade e atraso, pois, “na cultura operária, não há contradição entre o direito e o favor, entre o protesto de rua e o apelo à defesa do advogado” (NEGRO, 2006, p. 202).

O que as fontes da Justiça do Trabalho podem nos mostrar é como os trabalhadores e o patronato construíram e transformaram as suas relações e

as suas identidades a partir da interação com um aparato legal também em construção, no qual atuaram juízes, advogados, patrões, militantes, sindicalistas. A forma histórica única e fascinante como esta experiência ocorreu deve ser alvo de nossas pesquisas, para que se possa alargar a compreensão sobre o trabalho no Brasil e seus atores, deixando de lado dogmas e falsas certezas a respeito de um suposto papel predestinado do operariado.

Este texto teve a finalidade de apresentar as ações que visam a constituir a documentação da Justiça do Trabalho, em especial os processos trabalhistas, como patrimônio histórico e, igualmente, os obstáculos que se interpõem a tal processo. Buscou também examinar as potencialidades e os limites destes materiais enquanto fontes históricas.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Eneida Melo Correia de; DABAT, Christine e LIMA, Maria do Socorro de Abreu e (orgs.). *III Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho*. Recife: Nossa Livraria, 2008.

BIAVASCHI, Magda Barros. *O direito do trabalho no Brasil – 1930-1942: a construção do sujeito de direitos trabalhistas*. São Paulo: Ltr/Associação Luso-brasileira de Juristas do Trabalho, 2007.

BIAVASCHI, Magda Barros; LÜBBE, Anita e MIRANDA, Maria Guilhermina (orgs.). *Memória e preservação de documentos: direitos do cidadão*. São Paulo: LTr, 2007.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas (SP): Unicamp, 2001.

CORREA, Larissa Rosa. *Trabalhadores têxteis e metalúrgicos a caminho da Justiça do Trabalho: leis e direitos na cidade de São Paulo – 1953 a 1964*. Dissertação (mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas, 2007. [publicado como CORRÊA, Larissa Rosa. *A tessitura dos direitos: patrões e empregados na Justiça do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2011.]

II ENCONTRO NACIONAL DA MEMÓRIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. São Paulo: LTr, 2008.

FRENCH, John D. *Afogados em leis – A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

GOMES, Angela de Castro; PESSANHA, Eliana G. da Fonte; MOREL, Regina

de Moraes (org). *Arnaldo Sussekind, um construtor do direito do trabalho*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p. 20.

LAGE, Telma e CARDOSO, Adalberto. *As normas e os fatos: desenho e efetividade das instituições de regulação do mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

LARA, Sílvia Hunold. Editorial: Uma lei para proteger os processos judiciais. *Informativo Eletrônico da ANPUH*, edição 13, ano 3, 2010a.

LARA, Sílvia Hunold. Trabalho, Direitos e Justiça no Brasil. In: SCHMIDT, Benito Bisso. *Trabalho, justiça e direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação das fontes*. São Leopoldo: Oikos, 2010b.

LARA, Sílvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Apresentação. In: \_\_\_\_\_ (org). *Direitos e Justiça no Brasil – Ensaios de História Social*. Campinas: Unicamp, 2006, p. 9-22.

MAMIGONIAN, Beatriz G. O direito de ser africano livre: os escravos e as interpretações da lei de 1831. In: Sílvia Hunold Lara; Joseli Mendonça. (Org.). *Direitos e Justiça no Brasil: Ensaios de História Social*. Campinas: Editora da Unicamp/CECULT, 2006, v., p. 129-160.

NEGRO, Antonio Luigi. O que a Justiça do Trabalho não queimou: novas fontes para o estudo do trabalho no século XX. *Politéia – História e Sociedade, Vitória da Conquista (BA)*, v. 6, n. 1, p. 193-209, 2006.

MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito do Trabalho*. São Paulo: Atlas, 2006.

SOUZA, Samuel Fernando de. *“Coagidos ou subornados”*: trabalhadores, sindicatos, Estado e as leis do trabalho nos anos 1930. Tese de doutorado – História. Unicamp, 2007.

SPERANZA, Clarice. *A greve da oficina de chumbo – o movimento de resistência dos trabalhadores da Empresa Jornalística Caldas Júnior (Porto Alegre, 1983 - 1984)*. Dissertação de mestrado – UFRGS/IFCH/PPG em História, Porto Alegre, 2007.

THOMPSON, E.P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VARUSSA, Rinaldo José. Processos trabalhistas e a construção de relações fabris. *História*. São Paulo, v. 1, n. 21, p. 195-221, 2002.



#### 4 | A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS ARQUIVOS DO MOVIMENTO OPERÁRIO

Antonio González Quintana<sup>1</sup>

Quando mesmo a sobrevivência das organizações operárias, surgidas como movimento de classe e emancipador no século XIX, tem sido tão difícil em 150 anos de convulsão social, a salvaguarda de suas marcas documentais, sobretudo a dos seus arquivos, só pode ser entendida desde duas explicações antagônicas: ora, desde a existência de atuações filantrópicas, de amor à História ou de militância próxima ao heroísmo; ora, desde a possibilidade de utilizar os documentos como fonte de informação para a repressão política ou como ferramenta para a manipulação da História e a configuração de uma memória mítica. Em ambos os casos, entenderemos umas e outras atuações como de recolhimento e acumulação, enquadradas em operações de resgate arquivístico de um ou outro signo. Porque as políticas arquivísticas dirigidas à configuração de sistemas que possibilitem um fluxo natural dos documentos, desde seu nascimento até a sua preservação definitiva, são exceções no momento de explicar como e porque se preservaram os arquivos do Movimento Operário.

No entanto, há que se assinalar que os mais antigos arquivos de partidos e sindicatos de classe preservados são resultado de tais políticas: é o caso dos arquivos operários da Suécia (Arbetarrörelsens Arkiv, de Estocolmo) e da Finlândia, onde perduram, nas organizações dos trabalhadores, sistemas arquivísticos elementares desde 1902 e 1909 respectivamente. Tal particularidade nos leva a pensar que essa evolução natural dos documentos teria acontecido, provavelmente, também em outras nações, se as circunstâncias históricas tivessem possibilitado a sua continuidade no tempo. Uma primeira conclusão nesta breve reflexão seria, portanto, que a ruptura da vida regular das organizações produziu, quase sempre, a ruptura também do ciclo de vida dos seus documentos.

##### **AS OPERAÇÕES DE RESGATE OU RECUPERAÇÃO DOS ARQUIVOS**

Com o rompimento da vida normal das organizações e interrompido o fluxo natural dos documentos aos arquivos criados pelas próprias organizações, para a adequada manutenção e preservação dos seus testemunhos documentais, as necessidades de buscar estratégias de transferência e lugares de ocultação ou acolhida, sempre considerados estes como provisórios (ainda que, em muitos casos acabaram se convertendo em solução definitiva), passavam a ser a primeira prioridade das organizações e de seus dirigentes. No futuro haveria tempo e

---

1 Arquivistas sem Fronteiras – Madri – Espanha

oportunidade para recompor os arquivos. Essa tem sido outra característica das instituições arquivísticas nas organizações operárias: a necessidade de recuperar o princípio de procedência, perdido em muitos casos e, ainda com mais frequência, a ordem original dos documentos. Lamentavelmente, proliferam, mais do que seria desejável, as coleções de documentos e é habitual a perda de perspectiva do papel diferenciado dos documentos de arquivo em relação a outras fontes documentais, de tal modo que, na preservação dos arquivos operários, as instituições culturais híbridas ou memorialísticas são majoritárias e, por certo, em todos os casos, o uso acadêmico dos documentos tem sido prioritário sobre qualquer outro, em detrimento, principalmente, dos direitos dos associados destas organizações.

No caso do resgate de documentos das organizações por motivos filantrópicos ou de militância citaremos, em primeiro lugar, as iniciativas surgidas no seio do Movimento Operário, ou do seu entorno, encaminhadas a salvaguardar um patrimônio sempre precário, seja pela escassez de meios seja pelas condições de perseguição ou clandestinidade em que viveram as organizações durante longos períodos. Para a finalidade desta exposição não têm o mesmo valor, obviamente, outras ações militantes comprometidas com os arquivos, como os atos de destruição consciente e voluntária de arquivos das organizações; é necessário, porém, a partir de uma visão ampla do tema, valorizá-las também como dignas de admiração, tanto pela transcendência que tiveram para a segurança de muitos trabalhadores quanto pelo que significaram de sacrifício e esforço em muitas ocasiões.

No caso que nos ocupa, porém, o que vamos analisar são as atuações que os colocaram a salvo em lugares seguros e fizeram viável seu uso e sua transmissão para outras gerações, além de impedir que os arquivos caíssem em mãos dos aparelhos repressivos ou de quem pudesse usá-los para identificar e localizar “inimigos potenciais”. Ainda que seja necessário mencionar inúmeras pessoas nesse trabalho de salvaguarda e proteção dos arquivos, duas figuras se distinguem de forma especial sobre outras e merecem um lugar destacado entre os pioneiros na preservação do patrimônio documental do Movimento Operário: David Riazanov e Nicolaas Wilhelmus Posthumus.

## **O RESGATE FILANTRÓPICO**

### **A obra de Riazanov: do Instituto Marx-Engels ao Instituto de Marxismo-Leninismo de Moscou**

A obra de David Riazanov<sup>2</sup> tinha por objetivo a preocupação em preservar os manuscritos de Marx e Engels, e propunha o seu uso distanciado

---

2 David Riazanov foi um ativo militante do Partido Operário Social Democrata Russo, crítico em relação aos bolcheviques e sempre respeitoso com a pluralidade de ideias, posições e partidos dentro do movimento operário.

da utilização política. Sua experiência como arquivista do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) nos seus anos de exílio lhe valeria para conhecer em detalhe tanto a obra dos dois pensadores socialistas citados, e preparar a edição de suas obras completas, “Marx-Engels Gesamtausgabe” (MEGA), como também para receber o encargo, em 1918, de dirigir os nascentes arquivos soviéticos. Desde o Instituto Marx e Engels, fundado e dirigido por ele em 1921, construiu uma formidável biblioteca especializada. Também ofereceu e deu amparo aos arquivos e documentos do movimento operário em perigo de destruição. Para ambos os objetivos contariam com uma extensa rede de colaboradores em diversos países e, ainda que com um minguado orçamento, conseguiria sucessos extraordinários nesta empreitada. Parecia que a existência de um estado operário, já consolidado nos anos vinte, seria garantia de refúgio e hospedagem não só para os militantes operários perseguidos em outros países como também para seus documentos.

A realidade com a qual se confrontou Riazanov seria muito diferente. Sua dissidência ativa em relação aos caminhos da União Soviética, bem como sua decidida e valente posição pelo respeito à oposição política, não podiam terminar de outro modo senão com a sua expulsão da organização e, posteriormente, assassinato, consumado em 1931, no período do stalinismo. A obra de Riazanov não só ficaria incompleta, como também as suas edições de Marx e Engels seriam retiradas de bibliotecas, livrarias e do próprio Instituto, que até esse momento era um refúgio para intelectuais livres. Além disso, a instituição mudou de nome, para se chamar Instituto de Marxismo-Leninismo, e se converteria em mais um elemento da densa fábrica de falsificação histórica construída por Stalin. Sua gestão e administração ficariam em mãos de funcionários burocráticos submetidos à ferrenha disciplina do Partido.

#### **POSTHUMUS E O INSTITUTO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA SOCIAL DE AMSTERDAM**

A experiência consolidada, não obstante, é a holandesa. Em Amsterdam, o Instituto Internacional de História Social (IISH) constitui uma instituição exemplar e pioneira na preservação do patrimônio histórico das organizações sociais. Surgiu em 1935, por iniciativa do professor Nicolaas Wilhelmus Posthumus, um dos pioneiros da história econômica moderna nos Países Baixos, que, anteriormente, já havia criado o Arquivo de História Econômica dos Países Baixos (NEHA), que foi a primeira de uma série de instituições acadêmicas que ele idealizou. O NEHA se dedicava a preservar arquivos de empresas e organizações afins, além de recopilar outros dados relevantes para a história econômica.

A ascensão do nacional socialismo na Alemanha e do fascismo na Itália, assim como o processo de mudanças na União Soviética, onde a experiência

de Riazanov vinha confirmar a insegurança na qual se movimentavam as diversas ideologias e movimentos operários distanciados da linha oficial, determinavam também, obviamente, a insegurança de seus documentos. É nesse contexto que explicaremos os esforços de Posthumus para salvar arquivos e bibliotecas e, por sua vez, evitar que caíssem nas mãos de seus depredadores ou de seus exploradores.

Posthumus queria criar um instituto acadêmico neutro e independente e teve a sorte de conhecer a Nehemia de Lieme, diretor de 'De Centrale', uma empresa de seguros que tinha estreitos vínculos com o movimento social-democrata. De Lieme apoiou o Instituto de maneira extraordinária nos anos anteriores a 1940.

Entre 1935 e 1940, o Instituto se concentrou em salvar documentos de toda a Europa. O conjunto documental mais importante que se adquiriu neste período foi o legado arquivístico de Marx e Engels. Contudo, nesta primeira etapa é excepcional, também, o papel desempenhado por Annie Adama van Scheltema-Kleefstra, sobretudo no resgate dos manuscritos de Bakunin, na Áustria. Também nesses anos chegariam a Amsterdam os arquivos de mencheviques e socialistas revolucionários que puderam sair da Rússia.

A relação das aquisições mais importantes é demasiada extensa para ser incluída aqui, mas não podemos deixar de mencionar os documentos da Confederação Nacional do Trabalho (CNT) e da Federação Anarquista Ibérica (FAI) espanholas, que foram levados a lugar seguro através dos Pirineus em 1939, poucas semanas antes que o general Francisco Franco tomasse as últimas regiões republicanas do norte da Espanha.

Em novembro de 1936 ficou evidente a gravidade do risco que corriam os arquivos que o Instituto procurava recolher, uma vez que documentos pertencentes a Trotsky foram roubados da sua filial em Paris, provavelmente por agentes do serviço secreto de Stalin.

As preocupações de Posthumus o levaram a abrir uma filial do IISH na Inglaterra, confiada ao seu antigo aluno Arthur Lehning, intelectual vinculado ao movimento anarquista, que desempenharia um papel de enorme relevância na preservação dos arquivos e, concretamente, dos arquivos do anarquismo espanhol, os da CNT e da FAI. Esses arquivos foram enviados ao Instituto por Diego Abad de Santillán em 1939, justamente pela intermediação de Lehning, o qual conhecia os líderes anarquistas espanhóis, por ter participado na Guerra Civil espanhola. Efetivamente, em 15 de julho de 1939, o IISH foi fechado por ordem do Serviço de Segurança nazista. Apesar de ter conseguido pôr a salvo muitos documentos, restavam ainda uns 300.000 títulos só na biblioteca. Uma parte foi sendo transferida aos poucos para Alemanha para diversos fins. Em setembro de 1944, o que restava do acervo foi também enviado.

A maior parte do acervo não seria recuperada até 1946 e o Instituto não voltaria à normalidade até os anos 1950. Nesse momento, “De Centrale” já não podia mais apoiar o trabalho do Instituto na mesma medida de antes da guerra. O Instituto viu-se obrigado a procurar novos meios de financiamento, encontrando primeiramente a ajuda da Universidade e da Cidade de Amsterdam e, ao final dos anos 1970, o apoio definitivo do estado holandês através da Academia Real das Artes.

### **OS HERÓIS ESPANHÓIS: DE CANIBELL A AMARO DEL ROSAL**

Também na Espanha contamos com heróis e filantropos que fizeram possível a preservação de uma parte do patrimônio das organizações operárias. Em primeiro lugar temos que citar, na nossa listagem particular, a Eudald Canibell, responsável pela Biblioteca Arus, na qual, em sua condição de anarquista, recolheu os mais importantes testemunhos que pertenceram a Seção Espanhola da Internacional. Juan José Morato, um dos pioneiros da historiografia do movimento operário espanhol e grande admirador de Canibell, apesar dos seus diferentes pontos de vista ideológicos, nos legou um testemunho de grande valor sobre o compromisso de Canibell com a história e a custódia dos documentos de nossas primeiras organizações operárias. Atualmente, a Biblioteca Arus de Barcelona é, graças a Canibell, a referência mais importante para estudar as raízes comuns de nossas organizações de classe.<sup>3</sup>

Sucederam-se a essa primeira iniciativa as que foram desenvolvidas ao final da guerra civil e, posteriormente, no exílio. Quase todas as organizações removeram os arquivos de seus órgãos centrais. A CNT-FAI ao Instituto Internacional de História Social de Amsterdam, graças ao trabalho de Diego Abad de Santillán. E também ao Instituto em Paris, ao Partido Socialista e à União Geral dos Trabalhadores (UGT), graças a Ramón Lamonedá, com a particularidade de terem sido interceptados naquela cidade, levados a Berlim e, dali, após uma segunda “interceptação”, para Moscou, de onde retornariam com destino à Fundação Pablo Iglesias, de Madri, em 1981. O Partido Comunista Espanhol (PCE), após esforços de Checa e Stepanov para salvar o arquivo, se deparariam na França com a apreensão dos seus caminhões pela polícia francesa.

Um militante deve ser considerado de forma especial pelo seu empenho em salvaguardar arquivos: Amaro Rosal Díaz, último secretário adjunto

---

3 Dolors Marín – “Eudald Canibell, un impressor il·lustrat” – Em: *Espai de Llibertat*, núm. 32 Quart Trimestre 2003.

da UGT na Guerra Civil, que retirou do país diversos deles e lutou para preservá-los durante todo o tempo de exílio.

## **O RECOLHIMENTO INSTRUMENTAL**

### **Interceptação e apreensão de documentos para a repressão política**

Na Espanha contamos com o mais claro exemplo de apreensão de documentos operários com finalidade repressiva: o Arquivo Geral da Guerra Civil, o famosíssimo “Arquivo de Salamanca”, atualmente integrado ao Centro Documental da Memória Histórica. A ânsia de perseguir e reprimir o movimento operário organizado encontraria na apreensão da documentação das próprias organizações uma arma de extraordinário valor. Com os documentos destas organizações se construiriam prontuários e fichas de antecedentes que os serviços de informação do franquismo utilizariam durante quatro décadas. A maior parte das organizações operárias pôde, com relativa sorte, enviar ao exílio os arquivos dos seus órgãos de direção central; no entanto, infelizmente, não puderam transferir os arquivos da maioria de suas organizações territoriais locais, assim como os de seus sindicatos e federações. Elas tampouco tiveram tempo de destruir os documentos. Deste modo a repressão alcançou quase todos os níveis dentro das organizações, desde os máximos dirigentes até os filiados de base, respaldada em critérios sistemáticos, nos quais os documentos apreendidos tiveram um papel protagonista indiscutível.

Os arquivos policiais produzidos pelos regimes totalitários têm um efeito bumerangue. Por isso, na transição política espanhola, o arquivo salmantino tem sido fundamental para as políticas de reparação e reconhecimento de direitos das vítimas da repressão. Ao mesmo tempo é, sem dúvida, a melhor e mais rica fonte arquivística, em qualidade e quantidade, para o estudo do movimento operário espanhol, desde o final do século XIX até o ano 1939. E, sem dúvida, é uma fonte insubstituível para estudar a repressão política, especificamente a praticada contra os militantes operários e suas organizações.

## **O LABORATÓRIO PARA A CRÍTICA: A FUNDAÇÃO HOOVER**

A Hoover Institution on War, Peace and Revolution nasce como um laboratório de pesquisa política e social do coletivo mais conservador dos republicanos norte-americanos, liderados por Hervert Hoover. Sua finalidade essencial era conhecer em detalhe o mundo comunista, para fortalecer e argumentar a crítica contra ele, num momento de forte bipolaridade, se bem que atualmente a sua finalidade declarada seja a de promover a paz.

Com grandes recursos econômicos, a Fundação Hoover, ancorada na Universidade de Stanford, acumulou ao longo da sua história uma das melhores bibliotecas do mundo sobre movimentos sociais. Ao mesmo tempo

também reuniu documentos de arquivo, ora adquiridos mediante compra, ora reproduzidos graças a acordos estabelecidos com diversas nações, principalmente com a Rússia, onde realizou um dos projetos mais ambiciosos que surgiu após a derrubada do bloco comunista: a microfilmagem dos arquivos do movimento russo, desde o Partido Operário Social Democrata Russo até o Partido Comunista da União Soviética (PCUS), preservados no Arquivo Estatal Russo de História Sociopolítica (RGASPI), de Moscou.

### **AS FERRAMENTAS PARA A OCULTAÇÃO DE DADOS E A CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA SOB MEDIDA**

A União Soviética foi, como todos os regimes totalitários, consciente do valor dos arquivos e também usou a ferramenta da apreensão para seus fins particulares de promoção de uma determinada forma de socialismo ou comunismo, incompatível com a crítica e a discordância. Desde a interceptação dos arquivos de Trotsky, na sede parisiense do IISG, até as apreensões dos arquivos operários espanhóis em Berlim, grande número de arquivos apreendidos em diversos países europeus foi parar nos chamados “Arquivos Especiais”, que a partir de 1992 adotou o nome de Centro de Conservação de Coleções Históricas e Documentais (RGVA). Como quase todos os arquivos públicos soviéticos, esses documentos estiveram, até os anos 1990, sob o controle direto dos serviços de segurança do estado (NKVD, KGB...). Os arquivos apreendidos se classificavam por nacionalidade dos atingidos, independentemente do lugar da apreensão. Depois da extinção da URSS, muitos têm sido devolvidos de forma paulatina e continuam sendo uma fonte de grande valor para o estudo do movimento operário mundial.

### **MODELOS ATUAIS DE GESTÃO DOS ARQUIVOS DO MOVIMENTO OPERÁRIO**

Em alguns países encontramos o apoio específico de centros universitários a arquivos das organizações sociais; em outros, importantes fundações, com elevados recursos financeiros, se preocupam com esse patrimônio; em outros, ainda, se oferece a rede de arquivos públicos para sua administração; por fim outras nações têm optado por integrá-los à sua administração. Essa multiplicidade de variantes nos oferece uma gama de soluções diferentes, mas ao mesmo tempo, como veremos, todas têm alguns denominadores comuns.

### **CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DOS MODELOS DE GESTÃO DOS ARQUIVOS OPERÁRIOS**

1 – A gestão dos arquivos pelas próprias organizações operárias é uma exceção. A intervenção profissional se produz, quase sempre a posteriori, quer dizer, a partir da perda de valor de uso dos documentos para

tarefas administrativas e quando os documentos já foram entregues a uma instituição “cultural”. Não há sistemas de gestão documental nessas entidades e os Sistemas Arquivísticos próprios são exceções.

2 – Para o tratamento dos documentos com valor “histórico” se procura a tutela de instituições públicas ou privadas. No caso de busca do apoio de instituições públicas, para com as quais em diversas ocasiões há um receio muito antigo, se costuma fazê-lo por via indireta, mediante a interposição de uma fundação e o pedido de financiamento das atividades desta.

3 – Os projetos de tratamento arquivístico estão, na maioria dos casos, vinculados à pesquisa histórica. O mais claro exemplo disto é a criação, em 1974, da Associação Internacional de Instituições de História do Trabalho (IALHI), à qual pertencem quase todas as entidades que gerem o patrimônio documental das organizações operárias.

4 – A pesquisa histórica sobre o movimento operário tem se enquadrado, também, na história econômica, e isto leva a um tratamento dos arquivos operários em igualdade de condições com os arquivos das empresas. Desta maneira se explica a criação da Seção de Arquivos de Economia e Trabalho do Conselho Internacional de Arquivos, no Congresso de Paris, em 1988, ou dos Arquivos do Mundo do Trabalho na França.

5 – Há um desprezo quase absoluto pelos documentos das organizações, partidos ou sindicatos, como elementos de garantia do controle democrático das organizações e da transparência da atuação de seus dirigentes. Igualmente, não se consideram os direitos dos associados em relação ao uso dos documentos que os atingem diretamente, seja de forma ativa (direito de acesso, retificação, habeas data...) seja de forma passiva: direito à privacidade dos dados pessoais. Um dos maiores problemas é o da limitação de acesso por vontade das entidades titulares. É necessário destacar o valor dos arquivos do movimento operário para impulsionar o direito de saber e o direito à verdade (princípios Joinet-Orentlicher, UN 1996-2005), ambos relacionados com a investigação das graves violações de Direitos Humanos nos regimes repressivos e totalitários, e com a luta contra a impunidade dos crimes de lesa-humanidade.

No estudo do Conselho Internacional de Arquivos *Políticas Arquivísticas para a Defesa dos Direitos Humanos*,<sup>4</sup> uma atualização do relatório realizado

---

4 GONZÁLEZ QUINTANA, Antonio. *Políticas Archivísticas para la Defensa de los Derechos Humanos*. Paris: Consejo Internacional de Archivos, 2009. Nota dos organizadores: O estudo foi publicado com o mesmo título pela Fundación 10 de Marzo e Red de Archivos Históricos de CC.OO. (Comisiones Obreras – Central Sindical Espanhola) – Santiago de Compostela, outubro de 2009.



para a UNESCO em 1996, se inclui, entre outras recomendações, a seguinte: devem-se arbitrar medidas de fomento para localizar, proteger e tratar arquivisticamente os fundos documentais produzidos pelas organizações de direitos humanos e pelos organismos de oposição aos regimes repressivos.

Os documentos gerados desde as organizações de resistência às ditaduras são o imprescindível contraponto aos testemunhos do poder. Qualquer tentativa de aproximação à verdade sobre o acontecido deve passar pela consulta destes testemunhos. Lamentavelmente, dadas as dificuldades existentes para organizar e preservar bons arquivos, estas organizações oferecem, em geral, um conjunto reduzido de fontes escritas, na medida em que, provavelmente, estas foram produzidas em condições de clandestinidade; daí a importância de preservá-las.

### **MODELO DE GESTÃO PRÓPRIA**

O modelo de gestão própria é talvez a exceção e poderíamos defini-lo como aquele em que a própria organização sindical assume a manutenção e tratamento profissional de seus arquivos e documentos. Em alguns casos, observamos a existência de uma complexa política arquivística da organização, que contempla o sistema de gestão de documentos desde que estes nascem e também a dotação de centros de arquivos destinados a administrar o acervo que os sindicatos vão construindo. Como se indicou anteriormente a experiência sueca seria a mais consolidada e a experiência espanhola, da central sindical *Comissões Operárias* (CC.OO.), uma das mais ambiciosas. Os arquivos da Central Única dos Trabalhadores (CUT), central sindical brasileira, se enquadrariam neste modelo, se bem que o centro dedicado ao tratamento tenha o caráter híbrido de um centro de documentação, o que não define com clareza o papel testemunhal e jurídico dos documentos de arquivo, um dos problemas tradicionais dos arquivos operários.

### **MODELOS DE TUTELA UNIVERSITÁRIA**

**Modelo britânico-australiano, Universidade de Warwick (Coventry – Inglaterra), privada, e Universidade Nacional da Austrália (Camberra), pública.**

### **O CENTRO DE ARQUIVOS MODERNOS DA UNIVERSIDADE DE WARWICK**

O Centro foi fundado em outubro de 1973 com o objetivo principal de localizar e preservar fontes primárias para a história social, política e econômica britânica, com especial atenção à história nacional das relações industriais e à história do movimento operário. Preserva fundamentalmente fundos documentais das organizações sindicais e patronais. A destacar o acordo de depósito no centro dos documentos do Trade Union Congress (TUC) central sindical inglesa, produzidos desde 1846. O primeiro depósito

da documentação, não obstante, é muito recente: 1987. A Universidade de Warwick é uma Universidade privada radicada em Coventry, Inglaterra.

### **O NOEL BUTLIN ARCHIVES CENTRE, UNIVERSIDADE NACIONAL DA AUSTRÁLIA (CAMBERRA)**

O acervo era denominado formalmente, em 1975, Arquivos de Economia e Trabalho e foi rebatizado em 1992 com o nome do professor de história econômica da Universidade Nacional da Austrália, que pôs em marcha, em 1953, o recolhimento de documentos para a história da economia australiana. Primeiramente recebeu arquivos de empresas e, a partir de 1957, após a contratação pela universidade do arquivista Bruce Shields, recolheu os primeiros arquivos de sindicatos, concretamente, da federação dos mineiros. Em 1959, a política de recolhimento dos arquivos se estendeu às centrais sindicais e ao movimento operário em geral, começando as negociações com o Conselho Australiano de Sindicatos (Australian Council of Trade Unions) para que depositasse seus arquivos na Universidade. Os primeiros depósitos da central sindical começariam em 1960.

### **A TUTELA DIRETA DOS PODERES PÚBLICOS**

#### **Tutela pelos Arquivos Nacionais. O caso francês: Archives Nationales du Monde du Travail (ANMT), em Roubaix**

Talvez por sua amplitude e sucesso devemos citar em primeiro lugar a experiência francesa. A Direção de Arquivos da França decidiu constituir, em 1985, o denominado “Centro de Arquivos do Mundo do Trabalho”, como uma instituição pública que oferecesse às empresas industriais, comerciais ou artesanais e às organizações operárias, patronais ou profissionais, a possibilidade de depositar seus arquivos neste centro. Concebido como um grande projeto de Estado, iniciado com o centro de Roubaix, localidade na qual se situaria este primeiro imenso centro de arquivos do Mundo do Trabalho, na antiga fábrica “Motte-Bossut”. Pretendia-se estender a experiência a outras regiões francesas dando passo a uma rede de centros de características similares espalhados por todo o país.

Em 2007, o Centro de Arquivos do Mundo do Trabalho passou a ser parte dos Arquivos Nacionais da França. Nele abundam os arquivos de empresas; todavia a incorporação de arquivos sindicais ficou muito limitada. Isto demonstraria o receio permanente das organizações de classe em relação à Administração Geral do Estado?

### **TUTELA PELA ADMINISTRAÇÃO TRABALHISTA: O EXEMPLO DA ÍNDIA**

Os arquivos do Movimento Operário indiano nasceram em julho de 1998 como Projeto de colaboração da Associação de Historiadores do Movimento Operário Indiano e do Instituto Nacional do Trabalho V.V: Giri, organismo

autônomo do Ministério de Trabalho, criado em 1974, como instituto de pesquisa e formação na área do mundo do trabalho. A finalidade fundamental desta instituição é a de preservar e fazer acessíveis os documentos produzidos pelas organizações da classe operária. Desta forma, o arquivo foi constituído com o objetivo de, a longo prazo, oferecer um local especializado para os documentos destas organizações.

Ao mesmo tempo em que conserva os arquivos doados pelas organizações, atua como laboratório de pesquisa e gera, no marco de projetos de pesquisa, coleções de testemunhos pessoais e todo tipo de material audiovisual.

### **O MODELO DA FUNDAÇÃO “POLÍTICA”: A FRIEDRICH EBERT STIFTUNG; O FINANCIAMENTO DIRETO DO ESTADO.**

A criação de uma fundação, promovida por uma organização sindical ou partido político, é a resposta habitual à necessidade de canalizar o recebimento de ajudas públicas ou privadas, com as vantagens que oferece o regime jurídico das entidades culturais sem fins de lucro.

Uma das fundações pioneiras é a Fundação Friedrich Ebert, com seus Arquivos da Social-Democracia Alemã, constituídos em seu seio em 1969 e encarregados inicialmente de preservar os documentos do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) a partir de 1945, uma vez que, no exílio, os antigos arquivos do partido foram vendidos ao IISG de Amsterdam.

A Fundação, com um grande poder econômico através do financiamento direto do Estado às fundações vinculadas aos partidos políticos com representação parlamentar e em proporção a esta, garantirá sua capacidade para tratar adequadamente o patrimônio documental do partido, inclusive lhe permite financiar projetos em outros países, bem como a custódia de documentos de outras organizações, sobretudo dos sindicatos social-democratas.

### **O CASO ESPANHOL**

As organizações políticas, sindicais e sociais surgidas a partir do século XIX na Espanha têm desempenhado um papel transcendental em nossa História contemporânea. Nelas se articularam os movimentos sociais reivindicativos dos trabalhadores, que as configuraram, seja como ferramentas de luta para a melhoria das condições de trabalho, seja como instrumentos de transformação social, através da participação eleitoral no sistema político ou no confronto aberto com ele. A ampla atividade que essas organizações têm desenvolvido ao longo dos anos permitiria, a priori, pensar na existência de uma multiplicidade de testemunhos documentais. No entanto, os empecilhos que tais organizações tiveram que superar em inúmeros momentos históricos

dificultaram, em grande medida, uma boa preservação dos arquivos por elas gerados no desenvolvimento de suas atividades. Proibições, apreensões, clandestinidade e exílio têm sido uma constante ao longo destes dois últimos séculos.

Os vinte anos transcorridos desde a normalidade da vida política e social espanhola permitiram o pleno desenvolvimento de organizações políticas e sindicais, período no qual têm recuperado suas atividades e voltaram a ter uma presença ativa. Muitas dessas organizações existiam antes da Ditadura do general Francisco Franco e acumulam uma longa tradição e uma extensa experiência histórica. Desta forma, a partir do ano de 1977, têm surgido diversos projetos de recomposição dos arquivos destas entidades, projetos que têm resultado, com variado sucesso, no nascimento de centros, na maioria dos casos sob a fórmula de Fundações, dedicados à memória histórica das organizações político-sociais espanholas, principalmente das vinculadas ao chamado Movimento Operário. São estas: a Fundação Pablo Iglesias, pioneira, vinculada ao Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) e surgida à imagem e semelhança da Fundação Friedrich Ebert; a Fundação Francisco Largo Caballero, patrocinada pela União Geral dos Trabalhadores (UGT); a Fundação de Estudos Marxistas, vinculada ao Partido Comunista Espanhol (PCE); a Fundação Anselmo Lorenzo, da Confederação Nacional do Trabalho (CNT); a Fundação Salvador Seguí, da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e a Fundação 1º de Maio, pertencente à Central Sindical Comissões Operárias (CC.OO.), todas elas no âmbito nacional. Em nível das Comunidades Autônomas da Espanha também surgiram diversas fundações.

O trabalho dos centros anteriormente citados tem sido meritório e, na maior parte dos casos, frutífero. À medida, porém, que se faz mais ambicioso, tem se revelado insuficiente. A maior parte das organizações políticas e sindicais operárias, com a notável exceção das Comissões Operárias, não é capaz de assumir investimentos em infraestrutura, nem de dotá-las de pessoal suficiente para o correto tratamento que este patrimônio requer.

## **A RESPONSABILIDADE DO ESTADO**

Se fizermos um rápido percurso pelas instituições dedicadas à preservação dos arquivos das organizações políticas e sociais espanholas atualmente existentes, podemos afirmar que em geral não contam com depósitos isolados e os documentos não estão acondicionados visando à preservação definitiva. As instalações não têm sistemas contra incêndio (detecção ou extinção automática) nem sistemas de detecção de estranhos. Nenhuma delas conta com laboratórios de reprodução de documentos,

tampouco com laboratório de restauração. A maioria continua trabalhando com instrumentos de descrição e controle manuais. Muito poucas contam com pessoal suficiente para garantir um correto atendimento ao público.

O desenvolvimento que têm vivenciado os arquivos das administrações públicas nas últimas décadas, efeito direto da demanda social existente, não tem seguido um caminho paralelo nos arquivos privados em geral e, menos, nos do tipo que vimos analisando. Os requisitos dos prédios destinados à preservação do patrimônio documental, tanto em suas dimensões e características arquitetônicas, como no mobiliário e instalações de que precisam, levam à configuração de orçamentos impossíveis de serem assumidos pela maioria das organizações.

A tudo isto haveria que acrescentar o fato de que, consolidada sua presença social na Espanha atual, cabe pensar que estas organizações, longe de acumularem um patrimônio documental fechado e sem perspectivas de crescimento, devem, ao contrário, prever um sistema arquivístico que garanta a perduração do patrimônio documental que estão gerando no momento presente. Lembremos que os documentos que hoje nos servem para estudar sua história não são outra coisa que os documentos que geravam as organizações de forma natural na sua atuação diária para conseguir os fins que perseguiram. Como se costuma dizer, os documentos do presente são as fontes para a história do futuro; e seria muito triste se, dentro de alguns anos, nos fosse mais complicado estudar a vida destas entidades nos anos noventa que nos anos trinta. Essa perspectiva de crescimento exige um planejamento de fluxos e uma previsão de espaços que recomendam ainda mais, como se sabe, uma solução satisfatória.

Na Espanha, as experiências de apoio aos arquivos das organizações sociais, por parte de entidades públicas ou privadas não vinculadas às próprias organizações produtoras dos documentos, são raras. No âmbito estatal não encontramos nenhuma iniciativa de grande porte, apesar de que, de acordo com a Lei 16/1985 do Patrimônio Histórico Espanhol, os documentos com mais de quarenta anos de antiguidade de partidos e sindicatos são parte integrante do patrimônio documental e, por consequência, do patrimônio histórico espanhol (art. 49.2). Esta integração outorga aos poderes públicos, pelo menos, a obrigação de conhecer e controlar esse patrimônio privado (censo de arquivos); mas deveria também garantir a sua sobrevivência e proibir sua saída do país.

Nesse trabalho de apoio e tutela se podem mencionar os trabalhos realizados na década de 1980 pelo Ministério da Cultura para recensear estes arquivos e apoiar com projetos e subvenções trabalhos de descrição e publicação de instrumentos de pesquisa, como guias, inventários e

catálogos. No entanto, os esforços para estabelecer um arquivo público, similar ao criado na França em 1985, não vingaram na Espanha, inclusive com a possibilidade de estabelecê-lo na já existente Seção Guerra Civil do Arquivo Histórico Nacional de Salamanca, logo Arquivo Geral da Guerra Civil. Entretanto, teve sucesso a iniciativa de criar um Arquivo da Nobreza, ligado ao Arquivo Histórico Nacional (Seção “Nobreza” do A.H.N.), que oferece abrigo aos arquivos nobiliários. Esta é uma experiência paralela de amparo aos arquivos privados que bem poderia ter servido de modelo para os arquivos das organizações político-sociais.

Parecia claro que a via de apoio ou amparo, como se define nas diretrizes da União Européia para os arquivos privados,<sup>5</sup> não iria chegar a partir da rede de arquivos estatais. Ficava aberta, na esfera das instituições públicas, a porta da Universidade. Este caminho é o que tem seguido a Fundação Pablo Iglesias (Universidade de Alcalá de Henares) e a Fundação de Estudos Marxistas (Universidade Complutense), que têm conseguido, com o apoio destas instituições, resolver uma das maiores carências: a infraestrutura para custodiar a documentação. No caso da Universidade de Alcalá, o projeto se apresentava muito mais ambicioso (Arquivos do Movimento Operário). Entretanto, ficou restrita à citada Fundação Pablo Iglesias, uma das entidades espanholas mais importantes entre as que tratam o patrimônio documental de organizações operárias. Ela superou o marco da sua atividade inicial, os documentos e livros do socialismo espanhol do PSOE e da UGT, para se converter num ambicioso centro que gerencia também uma multiplicidade de arquivos pessoais de dirigentes e de muitas organizações e importantes arquivos de outras entidades operárias desaparecidas, sobretudo da esquerda comunista, que confiaram nela, como a decana de nossas fundações, para custodiar seus arquivos.

#### **A APOSTA MAIS AMBICIOSA: CC.OO.**

Contudo, a mais importante aposta, do ponto de vista estritamente arquivístico, é a da central sindical Comissões Operárias (CC.OO.) que, além de tudo, marca um feito no panorama internacional deste tipo de entidades, como pudemos ver ao analisar os “modelos” existentes. A Comissões Operárias tem sido a única organização operária espanhola que optou pela construção de um sistema arquivístico, com uma rede própria de arquivos históricos, com profissionais nos diversos níveis e com uma

---

5 *Os arquivos na União Européia: relatório do grupo de peritos sobre os problemas de coordenação em matéria de arquivos.* Luxemburgo, 1994

normativa profissional comum na gestão de documentos e no tratamento dos arquivos históricos. Tal aposta tem singular importância porque reconhece a especialização do tratamento dos documentos de arquivo, diferenciado do tratamento concedido às publicações.<sup>6</sup>

Os Arquivos Históricos da Confederação Sindical das Comissões Operárias (CC.OO.) foram criados ao final dos anos 1980. Em 1997, a Comissão Executiva Confederada aprovava a criação da Rede de Arquivos Históricos das Comissões Operárias e a dotava de um regulamento para a Gestão do Patrimônio Histórico.

Os arquivos históricos que se integram atualmente nesta rede são: Arquivo de História do Trabalho (fundos de arquivos dos órgãos centrais da Confederação Sindical e das Federações Nacionais da Indústria), Arquivo Histórico de CC.OO. da Andaluzia, Arquivo Histórico da CCOO de Asturias, Arquivo Histórico do Sindicato Nacional da CCOO da Galícia (Fundação 10 de Março), Arquivo Histórico da CC.OO. da Catalunha (Fundação Cipriano García) e Arquivo Histórico Sindical “José Luis Borbolla” da CC.OO. do País Valenciano. A documentação conservada neste conjunto abrange arquivos desde 1963 até os anos noventa.

---

6 Jose Baviano. – “Fontes para o estudo da Repressão Franquista. O Arquivo de História do Trabalho da Fundação 1º de Maio”. Em: *Hispania Nova*, Nº 6 (2006)

Os arquivos do movimento operário aos quais farei referência são essencialmente os dos sindicatos e dos partidos que na Europa, desde o século XIX, se consideram da classe operária e dos trabalhadores em geral: dito de outra forma, os arquivos históricos produzidos pelo movimento operário organizado, que conservam a memória – escrita, sonora, audiovisual, e mais recentemente digital – deste movimento, do qual eles foram um dos fundamentos identitários. Eles não são os únicos arquivos que lhe dizem respeito, mas sem dúvida figuram entre os mais importantes. A sua situação atual, na Europa, varia consideravelmente de um país para outro, mas apresenta também alguns traços comuns. O objetivo deste trabalho é de oferecer uma visão geral, sem nenhuma pretensão de esgotar o tema.

Produto e testemunho de uma história, os arquivos têm também a sua própria história. A dos arquivos do movimento operário está intimamente ligada à história das organizações e dos militantes que as produziram. Esta história começa na segunda metade do século XIX, quando sindicatos e partidos operários foram criados na maior parte dos países europeus com o objetivo de defender os interesses e as reivindicações de um novo grupo social, o proletariado, produzido pelo desenvolvimento do capitalismo industrial. O movimento operário nascente se estruturará principalmente sobre a base de uma divisão do trabalho entre os partidos operários e os sindicatos, considerados como dois ramos complementares deste mesmo movimento: os primeiros sendo responsáveis pela luta política, os demais pela luta econômica pela melhoria das condições de vida e de trabalho dos operários. Na prática, havia ligações estreitas entre estes dois ramos. Outros setores do movimento operário, como os anarquistas e os sindicalistas revolucionários, recusaram esta divisão do trabalho porque eram hostis à forma partido enquanto tal. Os nomes dos partidos operários variaram de um país a outro – “social-democrata”, “socialista”, “trabalhista”, ou simplesmente “operário”, às vezes associados, como “socialista-operário” ou “social-democrata operário” –, mas todos evocando o grupo social ao qual eles se dirigiam (os operários) ou o objetivo político a ser atingido (a democracia social, o socialismo). Apesar de suas diferenças, os partidos operários tinham consciência de pertencer a um mesmo movimento e mantinham contatos

---

1 Historiador e cientista político do Centro de História Social do Século XX. Universidade Paris I / Centro Nacional de Pesquisa Científica



permanentes entre si para coordenar as suas ações em nível internacional. Os partidos socialistas ou social-democratas atuais, ainda que não sejam mais, já há muito tempo, partidos operários como no passado, são os seus distantes herdeiros. A maior parte dos sindicatos atuais também se enquadra numa longa tradição, que remonta às organizações operárias do século XIX. Quanto aos partidos comunistas, outra variante de partido operário, estes se formam mais tarde, separando-se dos partidos socialistas logo após a primeira guerra mundial, mas que também reivindicam para si a tradição socialista anterior. Os arquivos do movimento operário que existem atualmente na Europa são o produto desta longa história e são frequentemente geridos pelos herdeiros das primeiras organizações sindicais e políticas do mundo do trabalho.

Os sindicatos e partidos operários se preocuparam desde muito cedo em preservar um traço escrito da sua atividade, protegendo os documentos que se relacionavam a ela: correspondência, atas de reuniões e de congressos, documentos contábeis, publicações de natureza variada (jornais, revistas, brochuras, boletins, panfletos etc.). A preocupação de preservar estes documentos atesta por sua vez o funcionamento democrático interno destas organizações e a importância que elas atribuíam à memória das lutas, dos sacrifícios e das conquistas do passado. Ao sentir-se vinculado a estas lutas, o movimento operário inscrevia-se plenamente na história e se sentia incumbido de uma missão importante – substituir o sistema capitalista por um sistema mais justo e mais livre. A constituição de arquivos, acompanhada frequentemente da criação de bibliotecas, não era uma simples rotina burocrática, mas sim um elemento de construção identitária. Os documentos preservados nos arquivos testemunham as lutas do passado, as conquistas obtidas, o caminho percorrido e o que falta percorrer. Esta tarefa era geralmente dificultada pela repressão, que golpeava, de forma mais ou menos dura, o movimento operário. Nos países onde as organizações sindicais e políticas operárias não tinham existência legal, como no império czarista, constituir e manter arquivos era algo perigoso, pois eles podiam a qualquer momento cair nas mãos da polícia e ser utilizados por esta última para tornar a repressão mais eficaz. A situação era mais favorável nos países regidos por sistemas constitucionais, onde as organizações operárias podiam agir na legalidade, participar na vida política e ter representantes nos parlamentos. À medida que os partidos e sindicatos se desenvolviam, a manutenção de arquivos adquiria uma importância crescente. Ela era geralmente confiada a militantes, os quais não eram arquivistas profissionais, mas que se encarregavam desta tarefa com rigor e competência graças ao seu conhecimento da história da organização e do seu funcionamento interno. Os contatos que as organizações operárias mantinham de um país a outro

para trocar experiências e coordenar sua ação contribuíram também para enriquecer a documentação mantida nos arquivos. A correspondência, em particular, quando pôde ser preservada, representa uma fonte especialmente preciosa para os historiadores. As internacionais operárias, tanto políticas quanto sindicais, foram elas também produtoras de arquivos, os quais têm uma importância que dispensa comentários.

Os infortúnios políticos que afetaram o movimento operário tiveram repercussões diretas sobre o destino de seus arquivos. Raros são os países onde os arquivos não sofreram destruições ou danos, mais ou menos graves, devido a eventos políticos como ditaduras, guerras, perseguições. A história movimentada dos arquivos do Partido Social-Democrata Alemão (PSD) ilustra bem o impacto das conjunturas políticas. Instalados inicialmente na Suíça devido à legislação anti-socialista do chanceler Bismarck, eles foram em seguida transportados a Londres quando os exilados social-democratas alemães tiveram que deixar a Confederação Helvética, e de Londres para a Alemanha após a revogação das leis anti-socialistas. Após a chegada de Hitler ao poder em 1933 eles deixam a Alemanha clandestinamente e, após alguns anos de peregrinação entre Praga e Paris, chegam a Amsterdam, ao Instituto Internacional de História Social, criado a duras penas, ao qual a direção do Partido Social-Democrata, no exílio e com dificuldades financeiras, decidiu vendê-los. As suas peregrinações não estariam, todavia, terminadas, já que a direção do Instituto de Amsterdam, prevendo que a guerra era iminente e que ela não pouparia os Países-Baixos, decide colocar em segurança ao menos a parte mais preciosa dos arquivos, transferindo-os para Oxford, de onde eles retornam a Amsterdam após o fim da guerra.<sup>2</sup> Muito movimentada e aventureira foi a história de certos arquivistas, como Boris Nicolaevsky, que participou diretamente do salvamento dos arquivos do PSD.<sup>3</sup>

O exemplo alemão ilustra os perigos que as ditaduras fascistas e a ocupação nazista de grande parte da Europa, durante a segunda guerra mundial, fizeram recair sobre os arquivos do movimento operário, com consequências muitas vezes catastróficas (apreensão, destruição, desaparecimento de diversos arquivos e bibliotecas). Muitos arquivos foram destruídos pelos próprios partidos e sindicatos, a fim de evitar que caíssem nas mãos dos seus

---

2 Sobre a história dos arquivos do PSD, ver, Mario Bungert, "Zu retten was sonst unwiederbringlich verloren geht", [http://www.fes.de/archiv/adsd\\_neu/inhalt/geschichte-lang.htm](http://www.fes.de/archiv/adsd_neu/inhalt/geschichte-lang.htm); sobre a história do Instituto de Amsterdam, ver Maria Hunink, *Le carte della rivoluzione. L'Instituto Internazionale di Storia Sociale di Amsterdam: nascita e sviluppo dal 1935 al 1947* (Milano: Pantarei, 1998).

3 Sobre Boris Nikolaevsky cf. Alexander e Janet Rabinowitch, eds., *Revolution and Politics in Russia: Essays in Memory of B. I. Nicolaevsky*, Bloomington, Indiana University Press, 1972.

inimigos políticos. A segunda guerra mundial e a ocupação nazista foram uma verdadeira catástrofe para os arquivos operários. Somente alguns países escaparam a estas destruições de arquivos, porque não estavam envolvidos na guerra (como a Suécia e a Suíça) ou porque, ainda que beligerantes, não foram ocupados pelo exército alemão, como a Grã-Bretanha, ou em razão do caráter particular da ocupação alemã, como na Dinamarca. Em outros locais, foi necessário, após o fim da guerra, tentar recuperar e reconstruir os arquivos desaparecidos ou parcialmente destruídos e, às vezes, foi necessário começar praticamente do zero. De maneira geral, a documentação anterior a 1945 foi, portanto, submetida a graves perdas na maioria dos países europeus. Nunca enfatizaremos suficientemente, deste ponto de vista, a importância do papel do Instituto de Amsterdam na segunda metade dos anos 30 na preservação de inúmeros arquivos socialistas e anarquistas, que corriam risco de ser apreendidos pelos nazistas. Após 1945, no entanto, a Europa se beneficiou de um longo período de paz (interrompido somente pelas guerras na ex-Iugoslávia), o que criou uma situação mais favorável para a preservação dos arquivos. A documentação sobre este período é, portanto, abundante e foi em grande parte preservada.

Desde as últimas décadas do século XIX, o movimento operário está estruturado, na Europa, em sindicatos, de um lado, e partidos operários (primeiro socialistas, e socialistas e comunistas após a primeira guerra mundial), de outro. Os arquivos do movimento provêm portanto, essencialmente, destes três agrupamentos, que continuam a existir (salvo no caso de vários partidos comunistas que desapareceram ao longo dos anos 90). É preciso recordar que a continuidade histórica é um fator importante para a preservação dos arquivos: estes últimos, de fato, são cuidados, geralmente, pelos herdeiros das organizações originais que os produziram. Os partidos socialistas atuais, por exemplo, conservam geralmente ligações com a sua tradição mais que centenária e dão provas de certa atenção pelos documentos do seu passado.

Os arquivos sindicais também foram submetidos a destruições consideráveis durante a guerra ou devido a ditaduras, e são, portanto, muito mais ricos no período posterior a 1945 que no período anterior. Atualmente, os únicos arquivos que merecem plenamente a denominação de arquivos do movimento operário são os dos sindicatos. Quanto aos arquivos dos partidos comunistas, estes apresentam, como veremos mais adiante, características particulares e são muito marcados pelas práticas stalinistas transpostas da União Soviética ao conjunto do movimento comunista. Durante muito tempo eles foram rigorosamente fechados aos historiadores, mas as mudanças políticas de 1989-1991, que marcaram o fim dos sistemas comunistas na Europa oriental e na ex-União Soviética, os tornaram acessíveis na maioria dos casos.

Convém sublinhar que fazem igualmente parte dos arquivos do movimento operário os produzidos por outras correntes do movimento (anarquistas, sindicalistas revolucionários, trotskistas, católicos etc.), assim como por inúmeras associações (culturais, cooperativas, esportivas etc.) ligadas ao mundo operário. As instituições que gerem atualmente os arquivos históricos do movimento operário são na maioria dos casos oriundas do próprio movimento, mas existem também instituições de outro tipo, nascidas fora do movimento, que são guardiãs de importantes arquivos: o mais conhecido é o Instituto Internacional de Historia Social de Amsterdam, mas podemos citar também os Arquivos Sociais Suíços (*Schweizerisches Sozialarchiv*) de Zurique, associação independente fundada em 1906, a Fundação Giangiacomo Feltrinelli de Milão, a Fundação Lelio e Lisli Basso de Roma, entre outras.

Muitas distinções podem ser feitas sobre aquilo que concerne aos arquivos dos partidos que se consideram do movimento operário. Uma primeira distinção é evidentemente aquela entre os arquivos de partidos socialistas e de partidos comunistas. Uma segunda distinção, válida para os dois tipos de arquivos, é de ordem cronológica: convém distinguir entre o período anterior e o posterior à segunda guerra mundial. Uma terceira distinção, por fim, é aquela entre as duas partes, ocidental e oriental, da Europa, politicamente divididas durante a guerra fria.

Vejamus primeiramente o caso dos partidos socialistas. Nascidos entre o fim do século XIX e o início do século XX em toda a Europa, estes partidos deixaram de existir após 1945 na Europa oriental ou porque foram pressionados a se fundir com os partidos comunistas no poder ou porque foram pura e simplesmente excluídos do espaço público: segundo o dogma oficial em vigor nos regimes comunistas, só poderia haver, de fato, um partido da classe operária, e este partido era por definição o partido comunista. Depois do fim destes regimes, os antigos partidos socialistas não reapareceram, ou, se o fizeram, não recuperaram a influência que tinham antes da guerra. Na Europa oriental atual os partidos que se definem como socialistas ou social-democratas são, na maioria dos casos, versões revistas e adaptadas dos partidos comunistas outrora no poder. A tradição política do socialismo democrático foi interrompida nestes países. O que resta dos seus arquivos concerne ao período anterior a 1947-1948 e tinha sido integrado autoritariamente aos arquivos históricos dos partidos comunistas, confiados aos Institutos de marxismo-leninismo criados pelos regimes comunistas segundo o modelo soviético. Após 1989, eles compartilharam o destino dos arquivos comunistas mantidos nestes institutos, agora extintos, que geralmente foram integrados aos arquivos públicos dos respectivos países. É preciso recordar que os partidos comunistas

no poder na Europa oriental desejaram se apropriar de toda a tradição do movimento operário, dos seus símbolos e da sua linguagem. Essa identificação imposta autoritariamente entre o passado do movimento operário e o regime comunista, que se auto-proclamava o único herdeiro e representante legítimo deste movimento, teve consequências profundamente negativas, dentre as quais o descrédito que atualmente cerca, nestes países, tudo o que está relacionado à história operária, ao socialismo e às lutas de classe.

Na Europa ocidental, os arquivos dos partidos socialistas apresentam diversas situações. A que melhor satisfaz, do ponto de vista da proteção do patrimônio arquivístico, é a dos raros países que, tendo escapado às guerras mundiais e/ou à ocupação alemã, ou não tendo sofrido com guerras civis, possuem diversos documentos desde o nascimento dos partidos socialistas e dos sindicatos, como na Suécia, na Suíça e na Grã-Bretanha. Na maior parte dos países, no entanto, a existência legal do partido foi interrompida pela ocupação estrangeira ou uma ditadura por períodos mais ou menos longos, com consequências muito negativas para os arquivos. Na Alemanha, o Partido Social-Democrata (PSD), ilegal durante a ditadura nazista, teve que reconstruir do zero seus arquivos após a segunda guerra mundial, mas pôde recuperar, para o período anterior a 1933, os microfilmes dos arquivos originais, mantidos em Amsterdam no Instituto Internacional de História Social. Uma parte da documentação relativa ao período anterior a 1945 se encontrava igualmente nos arquivos da ex-RDA [República Democrática da Alemanha], principalmente no Instituto de Marxismo-Leninismo de Berlim oriental, e foi transferida aos Arquivos Federais (*Bundesarchiv*) após a reunificação alemã. O centro de arquivos criado pelo PSD dentro da estrutura da Fundação Friedrich Ebert, chamado “Arquivos da democracia social” (que é mais amplo do que “arquivos da social-democracia”), acolhe também os arquivos da Confederação Sindical Alemã (DGB) e de certos sindicatos de ramos da indústria, como o dos metalúrgicos (IG Metall).

Outras ditaduras fascistas ou próximas ao fascismo (a de Mussolini na Itália, a de Franco na Espanha e a de Salazar em Portugal) também impuseram um fim à existência legal dos partidos socialistas por longos períodos (e do conjunto do movimento operário) e destruíram ou apreenderam seus arquivos. Após o fim das ditaduras, estes partidos tiveram também que, como o PSD, reconstituir os seus arquivos, esforçando-se para recuperar os documentos do período anterior que haviam podido ser protegidos. Em todos os outros países que foram submetidos à ocupação alemã durante a segunda guerra mundial, as perdas foram consideráveis. Atualmente, a maior parte dos partidos socialistas se encarrega dos seus arquivos históricos através de fundações por eles criadas e que geralmente se beneficiam de importantes

financiamentos públicos. O acesso a estes arquivos obedece aos mesmos critérios dos arquivos públicos dos respectivos países.

Na Grã-Bretanha o partido trabalhista confiou seus arquivos históricos ao Labour History Archive and Study Centre (LHASC) do Museu de História dos Povos de Manchester,<sup>4</sup> uma organização independente, sem filiação política, egressa da Sociedade de História Sindical, do Trabalho e de Cooperativas. Esta instituição acolhe também os arquivos de outras organizações políticas operárias, indo dos Cartistas ao *New Labor*, passando pelos arquivos do Partido Comunista britânico.

A Confederação Sindical Britânica TUC (*Trade Union Congress*), por sua vez, confiou seus arquivos históricos – que cobrem, essencialmente, o período de 1920-1991 – ao Modern Records Center da Universidade de Warwick, em Coventry. A biblioteca da Universidade Metropolitana de Londres herdou da biblioteca do TUC, que tinha sido fundada em 1922 e gerida conjuntamente com o Partido Trabalhista até 1956, quando o TUC se muda para a *Congress House* [nova sede da Confederação Sindical Britânica, em Londres].

Na Noruega, na Suécia e na Dinamarca há uma mesma estrutura, chamada Arquivos e Biblioteca do Movimento Operário, que acolhe atualmente tanto os arquivos dos partidos socialistas quanto o das confederações sindicais.

Em matéria de arquivos, os partidos comunistas se distinguem muito cedo por práticas específicas, baseadas no modelo soviético, dentre as quais a mais importante era a obsessão pelo segredo. Os arquivos eram destinados a um uso exclusivamente interno e, com raras exceções, permaneceram inacessíveis aos historiadores. Uma especificidade do mundo comunista, no entanto, acabou por desempenhar um papel em favor dos historiadores e de outros pesquisadores. Com efeito, enquanto a Internacional Comunista (IC) existiu, até 1943, os partidos comunistas, que se consideravam então como simples seções nacionais deste partido mundial da revolução, enviavam cópias de seus documentos mais importantes a Moscou, onde eram catalogados e preservados nos arquivos da IC. Estes últimos foram transferidos de Moscou a Ufa, uma cidade siberiana, durante a guerra, quando os exércitos alemães pareciam prestes a tomar a capital soviética, mas reencontraram seu lugar em seguida no Instituto de Marxismo-Leninismo, onde permaneceram até o fim da União Soviética. Atualmente, eles são de responsabilidade dos RGASPI (Arquivos de História Sócio-Política do Estado Russo), que sucederam o Instituto de

---

4 <http://www.phm.org.uk/archive-study-centre/>

Marxismo-Leninismo.<sup>5</sup> Estes arquivos, que contêm uma documentação muito rica sobre os partidos comunistas do mundo todo, tornaram-se acessíveis aos pesquisadores após o fim da União Soviética. Notemos, no entanto, que certos partidos comunistas europeus já puderam recuperar antes disso uma cópia dos documentos que lhes faziam referência.

Consequentemente, os documentos relativos à história do comunismo internacional até 1943 encontram-se em Moscou e em cópia nos arquivos de diversos partidos comunistas. A prática centralista dos partidos comunistas contribuiu, neste caso, para a preservação dos documentos. Após 1945, a prática que consistia em enviar a Moscou uma cópia dos documentos produzidos por cada partido foi abandonada, à exceção de alguns partidos ilegais. Os partidos comunistas que podiam agir na legalidade constituíram então seus próprios arquivos em seus países, sempre mantendo a prática do sigilo, que os tornava inacessíveis aos pesquisadores e ao público.

Uma distinção fundamental em matéria de arquivos comunistas deve ser feita, para o pós-1945, entre os partidos comunistas no poder na Europa oriental e aqueles da Europa ocidental. Na Europa oriental os partidos comunistas chegaram ao governo graças ao apoio do exército soviético e monopolizaram rapidamente todo o poder, transformando-se assim em partidos-Estado. Ao mesmo tempo o movimento operário, do qual eles se proclamavam os únicos representantes autênticos, perdia toda autonomia com relação ao partido-Estado que pretendia ser a sua emancipação. Enquanto os partidos socialistas desapareciam, os sindicatos se tornavam organismos estatais, desprovidos de qualquer independência ou autonomia. Esta situação levanta diversas questões sobre o estatuto dos arquivos dos sindicatos e dos partidos comunistas da Europa oriental: deve-se considerá-los como arquivos de organizações e, portanto, como arquivos privados ou, antes, como arquivos de Estado? A resposta não é óbvia. No caso da Polônia do período de Solidarnosc, por exemplo, é claro que o movimento operário real era representado pelo sindicato independente e não pelos sindicatos oficiais ou pelo partido comunista no poder. Nos países comunistas, os arquivos do movimento operário foram confiados, via de regra, aos Institutos de Marxismo-Leninismo. A extinção dos regimes comunistas a partir de 1989 provocou também a dos seus Institutos, dos quais os arquivos foram, geralmente, transferidos aos arquivos públicos onde podem agora ser consultados.

---

5 Ver Serge Wolikow, Alexandre Courban, David François, *Guide des archives de l'Internationale Communiste 1919-1943*, Dijon, Archives Nationales – MSH Dijon, 2009; Serge Wolikow (dir.), *Une histoire en révolution? Du bon usage des archives, de Moscou et d'ailleurs*, Dijon, Editions Universitaires de Dijon, 1996.

Transformações importantes afetaram também os arquivos dos partidos comunistas da Europa ocidental. Em primeiro lugar há o caso de alguns partidos comunistas, como o italiano ou o britânico, que durante os anos 90 decidiram se dissolver. Na Itália, os arquivos do PCI foram confiados à Fundação Instituto Gramsci,<sup>6</sup> onde eles podem ser consultados segundo as mesmas condições que os arquivos públicos italianos. Os arquivos do partido britânico (CPGB) foram encaminhados ao Museu de História dos Povos de Manchester, anteriormente citado. Outros partidos comunistas continuam a existir, como também confiaram seus arquivos históricos a instituições especializadas, públicas (como na França, onde os arquivos do Partido Comunista Francês se encontram atualmente nos Arquivos Públicos de Seine-Saint Denis), ou privadas (como na Suécia, onde eles foram confiados aos Arquivos e Biblioteca do Movimento Operário – Arbetarrörelsens Arkiv och Bibliotek,<sup>7</sup> – uma instituição da social-democracia sueca que também preserva os arquivos do Partido Social-Democrata e da confederação sindical sueca). Na Espanha, os arquivos históricos do Partido Comunista Espanhol foram confiados à Fundação de Pesquisas Marxistas,<sup>8</sup> que os depositou na biblioteca da Universidade Complutense de Madri. Nela encontra-se tudo o que pôde ser salvo ou recuperado sobre a história do partido até a sua legalização em 1977, assim como cópias de documentos que estavam nos arquivos de Moscou, e os documentos relativos à transição democrática na Espanha. Neste país, os sindicatos *Unión General de Trabajadores (UGT)*<sup>9</sup> e *Comisiones Obreras (CC.OO.)*<sup>10</sup> também construíram arquivos importantes após o retorno da democracia. Deve-se notar também o caso de partidos comunistas ainda existentes, que continuam a proteger seus arquivos com desconfiança, sem abri-los aos pesquisadores, como o Partido Comunista Português.

Como evidencia este breve apanhado, a situação dos arquivos históricos do movimento operário na Europa apresenta diferenças consideráveis de um país a outro. Em comparação à situação dos anos 80, a principal diferença foi a abertura de diversos arquivos comunistas, anteriormente inacessíveis.

---

6 <http://www.fondazionegramsci.org/archivio.htm>

7 <http://www.arbark.se/en/>. Cf. A descrição dos materiais relativos ao movimento operário internacional em Martin Grass (ed.), *The world in the basement: international material in archives and collections*, Stockholm, Arbetarrörelsens arkiv och bibliotek, 2002. Também disponível para download no site da instituição (<http://www.arbark.se/wib/world-in-the-basement.pdf>).

8 <http://www.fim.org.es/>

9 <http://archivos.ugt.es/>; <http://www.ugt.es/fflc/biblioteca/archivo.htm> (Fondation Largo Caballero).

10 <http://www.archivoshistoricos.ccoo.es/>



As práticas stalinistas em matéria de arquivos, que haviam caracterizado o movimento comunista durante décadas, em grande parte desapareceram. O próprio fato de que os arquivos de certos partidos comunistas figurem atualmente lado a lado com os de partidos socialistas numa mesma instituição, como na Grã-Bretanha ou na Suécia, é um indicador significativo das mudanças que aconteceram. Um período histórico do movimento operário foi encerrado e os arquivos não são mais um trunfo político e um instrumento de legitimação como o foram no passado. Os arquivistas atuais, especialmente os dos sindicatos, são por outro lado confrontados com problemas em parte novos, como aqueles ligados à internet e à digitalização. Mas, sobretudo, para o momento atual, fala-se mais de arquivos dos movimentos sociais do que de arquivos do movimento operário *stricto sensu*. Os atores destes movimentos são na realidade muito variados: os operários da fábrica, protagonistas do movimento operário clássico, são apenas mais um destes atores.

Um problema específico dos arquivos sindicais é expresso pela fragmentação das organizações sindicais e a sua frequente recomposição após fusões, cisões, desaparecimento de sindicatos etc. Isto resulta numa dispersão dos arquivos e na frequente perda de diversos materiais. Mesmo no caso dos arquivos sindicais convém diferenciar o período anterior e o período posterior à segunda guerra mundial. Ainda mais importante é a distinção entre os países onde os sindicatos puderam se desenvolver livremente num quadro democrático e aqueles onde os sindicatos independentes não podiam existir. Na Espanha franquista, por exemplo, os únicos sindicatos legalizados eram aqueles diretamente controlados pelo poder: sindicatos independentes não puderam se desenvolver, a não ser na clandestinidade. Isso ocorria de forma semelhante na Europa comunista, onde os únicos sindicatos legalizados eram aqueles controlados pelos partidos comunistas no poder. Estes sindicatos eram, na realidade, organismos de Estado, encarregados de diferentes funções sociais, mas não podiam em nenhum caso ser considerados uma expressão autônoma dos trabalhadores. Seus arquivos apresentam apesar de tudo algum interesse, mas não são, propriamente falando, arquivos operários.

A situação atual dos arquivos sindicais apresenta também diversas situações. Nos países onde o sindicalismo se desenvolveu em estreita ligação com o partido social-democrata, uma mesma instituição às vezes acolhe os arquivos sindicais e os do partido, como na Suécia, na Dinamarca<sup>11</sup> e na Noruega.<sup>12</sup> O

---

11 Arbejdermuseet & Arbejderbevaegelsens Bibliotek og Arkiv (<http://www.arbejdermuseet.dk/index>)

12 The Labour Movement Archive and Library (<http://www.arbark.no/InEnglish.htm>)

Arbark (Arquivos e Biblioteca do Movimento Operário) de Estocolmo é um dos mais antigos deste tipo, com suas origens remetendo a 1902.

A Alemanha Federal apresenta uma situação intermediária bastante complexa. Até a instauração da ditadura nazista o sindicalismo alemão era dividido em correntes, das quais a mais importante era a de orientação social-democrata (ADBG). Os arquivos e as bibliotecas destas organizações foram em grande parte destruídos pela ditadura nazista. Após 1945, o sindicalismo se reconstruiu na República Federal Alemã, sobre uma base unitária, no interior de uma mesma confederação (DGB). Durante muito tempo ela mesma gerenciou seus arquivos, que se encontravam então em Düsseldorf. Nos anos 90, porém, ela decide, por razões essencialmente financeiras, transferi-los aos Arquivos da Democracia Social, a estrutura criada em 1969 pelo Partido Social-Democrata alemão no interior da Fundação Friedrich Ebert; a transferência foi efetuada em 1996, e algumas federações, como a dos metalúrgicos (IG Metall), seguiram o exemplo da confederação. Assim, no momento atual a maior parte dos arquivos sindicais da Alemanha ocidental do pós-1945 encontram-se reunidos em Bonn-Bad Godesberg. Algumas federações preferiram confiar seus arquivos a outras instituições. Assim, por exemplo, os arquivos da Federação dos Mineiros, os da Federação dos Químicos e os da Federação dos Trabalhadores do Couro foram depositados no Instituto para Movimentos Sociais (*Institut für Soziale Bewegungen*) da Universidade de Bochum.<sup>13</sup>

Na Suíça, um papel importante na proteção dos arquivos sindicais e na sua abertura ao público foi desempenhado, e continua a ser, pelos Arquivos Sociais Suíços (*Schweizerisches Sozialarchiv*) de Zurique, uma instituição privada criada em 1906 para reunir e preservar a documentação relativa ao que na época se chamava a questão social e a questão operária<sup>14</sup>. Esta instituição possui uma vasta documentação sobre os movimentos sociais em geral e sobre o movimento sindical em particular. Diversas federações sindicais nela depositaram os seus arquivos, e uma parceria para a proteção dos materiais dos arquivos foi fechada em 1999 entre Arquivos Sociais Suíços e a União Sindical Suíça (USS).

Na Itália o panorama dos arquivos do movimento operário, e em particular dos arquivos sindicais, é muito fragmentado em razão das divisões

---

13 <http://www.isb.ruhr-uni-bochum.de/afsb/index.html.en>

14 Cf. Anita Ulrich, "Le Schweizerisches Sozialarchiv. Stratégies de conservation et de valorisation des archives du mouvement ouvrier", in Alda De Giorgi, Charles Heimberg, Charles Magnin (éd.), *Archives, histoire et identité du mouvement ouvrier*, Genève, Collège du Travail, 2006, pp. 93-101. O museu social de Paris, fundado em 1896 com os mesmos objetivos, serviu de modelo para a criação do Schweizerisches Sozialarchiv.

e cisões que caracterizaram a história do movimento.<sup>15</sup> O arquivista Marco Scavino resume assim a situação: “uma documentação muito rica para todo o período que vai de 1943 (ano das grandes greves nas usinas do Norte, que contribuíram para colocar o fascismo em crise) a nossos dias. (...) No entanto, a documentação relativa aos períodos anteriores (das origens do movimento operário até o fascismo) revela-se muito mais fragmentada e cheia de lacunas. Evidência disso é o simples fato de que não existem mais arquivos – nem em nível central, nem em nível periférico – nem da Confederação Geral do Trabalho (*Confederazione Generale del Lavoro*), fundada em 1906, nem dos diversos outros sindicatos de ramo, nem do Partido Socialista, fundado em Gênova em 1892. Dito de outra maneira, os arquivos oficiais dos sindicatos e dos partidos na Itália não contêm em geral quase nada que remeta à época da sua fundação e, mais amplamente, ao período que vai do fim do século XIX às primeiras décadas do século XX.”<sup>16</sup>

O fascismo provocou a destruição de uma parte muito grande dos arquivos e das bibliotecas do movimento operário, marcando assim “uma solução de continuidade drástica na experiência do movimento.”<sup>17</sup> Dispersão da documentação e atraso na criação de institutos de preservação especializados (à exceção do Instituto Feltrinelli, criado em 1949 e transformado em Fundação em 1974) caracterizaram durante um longo tempo a situação arquivística italiana. Uma mudança importante se esboça nos anos 1970. As lutas operárias e as outras mobilizações sociais dos anos 60, em particular de 1969, suscitaram um retorno do interesse pelo movimento operário e pela sua história, que se manifestou entre outras coisas pela criação de novas fundações e de novos centros de documentação e pesquisa, como a rede dos Institutos Gramsci ou a dos Institutos Históricos da Resistência. Contudo, estes elementos positivos devem ser relativizados pela constatação de que “o movimento operário institucional, os grandes partidos e sindicatos manifestam em geral um interesse muito limitado quanto aos arquivos nos quais estão conservados os traços da sua história. Além disso, seus problemas são fortemente agravados pela significativa queda do interesse público, histórico-político e cultural, que é dedicado aos temas do mundo do trabalho e do movimento dos trabalhadores.”<sup>18</sup>

---

15 Marco Scavino, «Les archives du mouvement ouvrier en Italie», in Alda De Giorgi, Charles Heimberg, Charles Magnin (éd.), *Archives, histoire et identité du mouvement ouvrier*, Genève, Collège du Travail, 2006, pp. 47-57.

16 M. Scavino, *art. cit.*, p. 47.

17 *Ibid.*, p. 51.

18 *Ibid.*, pp. 56 sg.

A França, cuja história sindical foi caracterizada quase sempre pela existência de diversas correntes em mútua concorrência, reproduziu esta mesma divisão no interior dos arquivos, cada corrente possuindo seus próprios arquivos. Um elemento positivo foi o desenvolvimento, desde os anos 70-80, de uma maior atenção ao problema dos arquivos por parte das centrais sindicais. A Federação Nacional da Educação (FEN) criou em 1978 um centro de documentação. A Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT) estabeleceu em 1985 um centro de arquivos bem estruturado. A Confederação Geral do Trabalho (CGT) criou em 1982 o seu Instituto de História Social. Deve-se apontar, também, por parte das organizações políticas, a criação pelo Partido Comunista Francês da Biblioteca Marxista em 1958, do OURS (Departamento Universitário de Pesquisa Socialista) pelos socialistas da corrente Guy Mollet, do CERMTRI (Centro de Estudos e de Pesquisa sobre os Movimentos Trotskistas e Revolucionários Internacionais) pelos trotskistas em 1977.<sup>19</sup>

A chegada da esquerda ao poder, com a eleição de François Mitterrand à presidência da República em 1981, abriu caminho a algumas iniciativas relativas aos arquivos do movimento operário. O resultado mais interessante, neste campo, foi a criação do Centro de Arquivos do Mundo do Trabalho (CAMT) em Roubaix, no Norte da França, destinado por sua vez a recompilar arquivos de empresas e arquivos sindicais. Outros centros similares deveriam ter existido em outros locais, mas a iniciativa de Roubaix permaneceu, no fim das contas, isolada.

A França constitui um exemplo não apenas de uma grande dispersão dos arquivos relativos ao movimento operário, mas também de uma interessante experiência que se esforça por remediá-la. Há cerca de uma década nasceu, por iniciativa de arquivistas e bibliotecários, dentre os quais Françoise Blum e Rossana Vaccaro, o Coletivo dos Centros de Documentação de História Operária e Social (CODHOS), uma organização que agrupa atualmente 38 centros de documentação, arquivos e bibliotecas. Dela fazem parte, entre outros, os centros de arquivos das confederações sindicais, alguns partidos políticos, e algumas instituições públicas. Tal iniciativa, impensável há algumas décadas, tornou-se possível graças a um clima político menos tenso e a certa reaproximação entre as diferentes instituições a partir dos anos 90. Esta cooperação já produziu

---

19 Françoise Blum, «Le CODHOS [Collectif des centres de documentation en histoire ouvrière et sociale]. Un réseau en histoire ouvrière et sociale», in Alda De Giorgi, Charles Heimberg, Charles Magnin (éd.), *Archives, histoire et identité du mouvement ouvrier*, Genève, Collège du Travail, 2006, p. 40. Ver também, Michel Dreyfus, *Les sources de l'histoire ouvrière et sociale industrielle en France. XIX-XX<sup>e</sup> siècle*. Paris, Les Editions Ouvrières, 1987.

diversos resultados concretos. Podemos citar, por exemplo, um recenseamento dos congressos operários e políticos franceses, que resultou na publicação de um guia,<sup>20</sup> ou ainda um “Anuário informativo dos materiais de militantes”, o qual “permite encontrar os materiais de arquivos, dos e sobre os militantes, preservados em diferentes centros participantes.”<sup>21</sup>

Levando-se em conta que a dispersão dos arquivos operários é uma realidade não somente francesa, mas também de vários outros países, a iniciativa do CODHOS indica um caminho possível para tentar remediá-la, ao menos em parte.

---

20 CODHOS, *Congrès du monde ouvrier en France (1870-1940). Guide des sources*, Paris CODHOS Editions, 2002.

21 Ver o site do CODHOS: <http://www.codhos.asso.fr/welcome/index.php>

A priori, preservar os arquivos de um sindicato pode parecer contraditório com o papel do sindicalismo. De fato, o sindicalista está antes de mais nada na ação, portanto no presente, e busca conseguir avanços nas suas reivindicações para o futuro. Porém, as condições de vida e de trabalho atuais são herdeiras do passado, daí a obrigação de recolocá-las no seu contexto histórico e de fazer com que os documentos que servem para escrever a história não se percam.

Convém primeiro recordar brevemente a história da Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT). Na França, é a legislação de 1884 a que autoriza os sindicatos a se constituírem livremente. Eles então se agrupam na Confederação Geral do Trabalho (CGT), mas, paralelamente, serão criados sindicatos cristãos em torno de ideias preconizadas pelo catolicismo e em oposição ao anticlericalismo. Compostos essencialmente por empregados, mas também por organizações de mulheres, estes sindicatos decidem, em novembro de 1919, se reunir em uma nova confederação: a Confederação Francesa dos Trabalhadores Cristãos (CFTC). Após a Segunda Guerra Mundial, vislumbra-se uma evolução em direção a um sindicalismo laico. É no Congresso extraordinário de 1964 que se decidirá pela transformação da CFTC em CFDT. Apenas 10% dos afiliados escolheriam manter a CFTC. A CFDT do século XXI, com seus seis secretários-gerais que a conduziram sucessivamente (Eugène Descamps e Edmond Maire de 1970 a 1988, Jean Kaspar de 1988 a 1992, Nicole Notat de 1992 a 2002, François Chérèque desde 2002) é, portanto, a herdeira da CFTC de antes de 1964. Isto também explica que os arquivos conservados sejam tanto os da CFTC anteriores a 1964 quanto os da CFDT.

### **DOS SERVIÇOS DE ARQUIVOS: SUA HISTÓRIA**

Desde sua fundação, a CFTC sempre se preocupou com seus arquivos: todos os documentos eram copiados em três exemplares, um para o presidente, um para o secretário-geral e um terceiro para o arquivista. Mais tarde, esta prática desapareceu; porém, a preservação foi mantida, como evidencia um documento intitulado “A administração do sindicato”, escrito em 1947 por Jean

---

1 Responsável pelos Arquivos Confederais da Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT) – Paris – França.

Alidières, secretário-geral adjunto da Confederação, onde uma parte é dedicada aos Arquivos e à Documentação. Esta fornece conselhos de classificação e define os documentos que o sindicato deve preservar: exemplares assinados dos estatutos, listas de membros do Conselho e das Assembleias Gerais, fichas de filiação classificadas por matrícula ou por ordem alfabética, registros de chegada e saída de correspondência classificados por tema.

Ao longo dos anos 70, o tratamento dos arquivos se coloca como problema devido ao aumento das “produções” de cada setor e da falta de espaço, mas também devido à mudança da sede parisiense da Praça Montholon para a Rua Cadet.

Em 1976, são dadas recomendações de triagem. Uma seção “arquivos” é criada dentro do Serviço de Documentação da Confederação e, em 1978, é lançado um questionário inicialmente elaborado pelo Centre de Recherches d’Histoire des Mouvements Sociaux et du Syndicalisme (CRHMSS) – divulgado ao secretariado da confederação, às diferentes federações e aos sindicatos regionais e departamentais, sendo posteriormente aprimorado com o auxílio do CRHMSS – que permite fazer um primeiro levantamento dos documentos preservados em cada estrutura e reforça o papel da seção “arquivos,” respaldada a partir de 1980 por um comitê de apoio dos arquivos da confederação.

Esta política de proteção poderia ter resultado num procedimento de depósito nos serviços de arquivos públicos (Arquivos Nacionais ou Departamentais). No entanto, a Confederação privilegia a integração e cria em 1985 um verdadeiro serviço de arquivos. Esta estratégia será seguida alguns anos mais tarde: as federações profissionais criam, em 1994, um serviço de arquivos interfederais que consiste na reunião dos seus arquivos em um mesmo local, sempre respeitando a autonomia das federações, pois cada uma dispõe de uma parte do espaço e continua sendo proprietária dos seus arquivos. O conjunto destes arquivos representa hoje cinco quilômetros lineares, que são administrados por três arquivistas profissionais. O recolhimento e o tratamento dos arquivos da confederação.

No que diz respeito aos arquivos da Confederação, cada serviço confederal efetua regularmente os depósitos dos seus arquivos com o auxílio de um justificante de depósito e segundo um procedimento regular (ver encarte abaixo). Quanto aos documentos produzidos e divulgados em forma eletrônica, estes são arquivados na fonte e preservados em forma eletrônica.

### **Trecho dos conselhos dados aos serviços confederais**

- Em cada dossiê, eliminar as duplicatas, os rascunhos quando eles forem datilografados, os documentos recebidos como informação (exemplo: não arquivar as circulares enviadas por outro serviço).

- Juntar os dossiês de mesmo tema, depois classificá-los em ordem cronológica.
- Inserir-los nas caixas de arquivos.
- Preencher no justificante de depósito:
  - Na coluna “Nº do artigo”, o número de cada caixa.
  - Na coluna “Análise”, o título dos dossiês.
  - Na coluna “Datas extremas”, colocar os anos do material mais antigo e do mais recente.
- Em cada dossiê, eliminar as duplicatas, os rascunhos quando eles forem datilografados, os documentos recebidos como informação (exemplo: não arquivar as circulares enviadas por outro serviço).
- Juntar os dossiês de mesmo tema, depois classificá-los em ordem cronológica.
- Inserir-los nas caixas de arquivos.
- Preencher no justificante de depósito.

Após esse pré-arquivo dos documentos produzidos pelos serviços confederais, os acervos são divididos em séries:

A **imprensa** (Série F) tem um lugar importante. Trata-se tanto de publicações sindicais que datam do final do século XIX, tais como *L'Employé*, publicação do Sindicato dos Empregados no Comércio e na Indústria, quanto do conjunto dos órgãos de imprensa da CFTC e da CFDT. Além disso, é preservada uma coleção incompleta de publicações das estruturas locais e as pastas temáticas constituídas pelo serviço de documentação a partir de recortes da imprensa nacional.

Os documentos relativos às **reuniões estatutárias** (Série G) são uma fonte de primeira grandeza para quem deseja acompanhar as orientações da organização. Este conjunto compreende essencialmente os relatórios apresentados e debatidos nas diferentes instâncias: congresso, conselho nacional, direção nacional, bem como os documentos preparatórios e as atas.

Os arquivos do **secretariado confederal** (Série H) são classificados levando em conta os sucessivos organogramas e os períodos que marcaram a história da confederação. Graças a estes documentos, é possível acompanhar a evolução das estruturas da organização, o papel de cada um dos serviços confederais, os temas que eles abordaram e também os eventos principais do período abarcado e as posições da CFTC ou da CFDT a respeito a eventos tais como, por exemplo, a guerra da Argélia ou o Maio de 68.

Os **cartazes** (Série A) produzidos por ocasião de manifestações ou campanhas realizadas em torno de um tema.

Os **arquivos audiovisuais** (Série C) são depositados pelo serviço audiovisual confederal. Trata-se de filmes ou de vídeos feitos por este serviço, gravações de congressos, programas de televisão nos quais participaram dirigentes da organização.



Os **arquivos sonoros** (Série D) reúnem os registros sonoros de congressos, as intervenções dos secretários-gerais difundidas no rádio e principalmente entrevistas com antigos dirigentes da organização. A coleta de testemunhos orais, mesmo que eles apresentem limitações – memória seletiva, tendência a idealizar o passado – é realmente indispensável, já que alguns fatos não deixam muitos traços escritos.

As **fotografias** (Série E) provêm essencialmente do banco de imagens de uma das publicações da confederação, o *Syndicalisme Hebdo* e ilustram a atividade sindical, mas também o trabalho e a vida cotidiana.

Os **acervos pessoais** (Série P) reúnem os documentos depositados por secretários-gerais e dirigentes nacionais. Este acervo constitui um complemento essencial, pois ele esclarece de forma especial a posição pessoal dos sindicalistas frente a questões que eles acompanharam muito de perto: política salarial, relações intersindicais ou internacionais, por exemplo. Eles permitem também visualizar sua trajetória militante. Assim, o acervo depositado por Edmond Maire, secretário-geral de 1971 a 1988, contém muitos documentos produzidos por ele durante o período em que era dirigente da Federação dos Químicos da CFDT e também outros relativos a suas responsabilidades na Confederação.

Os **objetos** (Série B) significativos das práticas sindicais. Emblemas, broches, crachás, adesivos...

Adicionalmente, alguns acervos entram na coleção de forma excepcional:

O **acervo Renault**, vindo do Sindicato CFDT dos Trabalhadores da Renault. Na realidade, o serviço dos Arquivos Confederais acolheu os arquivos do Sindicato da Renault a pedido deste último. Durante o fechamento das fábricas da Renault de Billancourt, os sindicatos se viram obrigados a devolver os espaços sindicais do local. Os arquivos estavam dispersos em diversos locais e representavam uma quantidade considerável. Durante quase três anos, Jacques Brohand, em contato com o serviço dos Arquivos Confederais, reuniu os documentos na sede dos sindicatos de Boulogne. Uma arquivista separou e realizou um pré-inventário no local e a secretária do sindicato registrou todas as suas fichas. Os arquivos foram então enviados aos Arquivos Confederais, que retomaram a classificação. Através de um depósito de resgate urgente e de um trabalho de equipe, o acervo da CFDT Renault-Billancourt foi salvo.

Os arquivos de organizações estudantis próximas à CFDT, como o Mouvement d'Action et de Recherche Critique (MARC), Mouvement d'Action Syndicaliste (MAS), Pour un Syndicalisme Autogestionnaire (PSA) também entraram de forma excepcional. Estes arquivos cobrem o período de 1970-1990.

## OS ARQUIVOS DAS FEDERAÇÕES PROFISSIONAIS

Por iniciativa do serviço de arquivos, cada uma das federações profissionais contratou um auxiliar. Com uma formação inicial em organização de arquivos, esta pessoa é habilitada a realizar depósitos e serve de conexão, de intermediário entre o arquivista e a federação.

O serviço dos arquivos interfederais preserva os acervos do conjunto das federações profissionais nacionais, de duas uniões confederais e de uma união federal. Provenientes de agrupamentos de sindicatos no entreguerras, todas estas federações tiveram uma história muito rica; se antes elas foram muito numerosas, atualmente são cerca de quinze, como resultado de fusões de federações, em linha com a evolução do mundo do trabalho.

Apesar de possuírem acervos bastante heterogêneos (quantidade, datas, classificação), é possível deduzir tipologias documentais análogas para cada estrutura:

### **Documentos de base dos arquivos sindicais**

As pastas relativas aos **estatutos**

As **reuniões estatutárias**: Congressos, Conselho, Direção, Secretariado. Aí se encontram os documentos relativos às questões de atualidade, da vida da organização, análises sobre a sociedade etc.

A **informação sindical** é em geral uma boa fonte para o conhecimento das prioridades e das concepções das organizações, por meio dos jornais e boletins ou das circulares que prestam conta das negociações em curso, fornecendo uma documentação social ao sindicato (comentários sobre leis, decretos, acordos, jurisprudência...).

### **Os setores ou pastas temáticas.**

As pastas relativas à **organização e ao desenvolvimento**: tratam das filiações dos sindicatos, dos planos de desenvolvimento e auxílio à sua criação nas regiões. Eles fornecem normalmente um bom estado da arte sobre a situação sindical, o acompanhamento das unidades regionais, dos sindicatos e dos comitês sindicais de empresas.

A **formação sindical**.

As pastas de **ações reivindicativas**: estas permitem uma análise das negociações paritárias e das relações intersindicais, dos conflitos e da participação nas manifestações, das campanhas realizadas durante os períodos de negociações, incluindo a criação de panfletos e de cartazes.

As pastas relativas à **representação**: os resultados obtidos nas eleições profissionais (comitês de empresa, delegados de empresa, delegados dos empregados...) permitem medir a popularidade do sindicato.

As fontes particulares: arquivos orais, audiovisuais, fotografias e cartazes.

## OS INSTRUMENTOS DE PESQUISA E DIVULGAÇÃO

Reunir, organizar e classificar estes arquivos seria de pouca utilidade se não existisse a valorização, tanto na forma de trabalhos de pesquisa, como de publicações e exposições. Para facilitar essa valorização, bases de dados (anexo 1) foram criadas e os catálogos foram publicados (anexo 2). Até o momento são oito para os arquivos confederais:

Cartazes, projetos, desenhos

Objetos

Imprensa

Reuniões estatutárias

Secretariado confederal (1919-1970)

Secretariado confederal (1971-1988)

Acervos pessoais

Arquivos Renault: arquivos do sindicato CFDT Renault

A estes catálogos é preciso acrescentar dois outros instrumentos de pesquisa:

O *Guia de fontes da CFDT*: este guia, resultado de uma pesquisa realizada em 1999 junto aos sindicatos, faz o levantamento, por cada região administrativa, dos locais de preservação (sede do sindicato ou da Unidade Departamental, Bolsa do Trabalho, serviços públicos de arquivos) dos arquivos das estruturas locais da CFDT.

O *Guia bibliográfico* reúne, por período cronológico e por temas, as obras e os estudos que permitem esclarecer a história da CFDT.

O Serviço dos Arquivos Interfederais também publicou catálogos e estudos relativos aos arquivos que conserva (Anexo 2).

Munidos destes instrumentos, tanto os militantes da CFDT como os pesquisadores universitários podem, baseados naqueles dois arquivos nacionais, realizar trabalhos de pesquisa, o que permite uma abordagem aprofundada da organização. Podemos citar, por exemplo:

- A redação de notas biográficas do *Dicionário Biográfico do Movimento Operário Francês* transformado em *Dicionário Biográfico do Movimento Operário e Social*, e chamado mais recentemente de *Dicionário Maïtron*, devido ao nome do seu fundador. Dedicada ao período 1940-1968, a série em produção apresentará doze volumes, cada um deles acompanhado de um CD-ROM. Serão publicadas 6000 biografias na versão em papel e cerca de 30000 biografias em CD-ROM. Os sindicalistas são muito numerosos nesta seleção.
- A redação interna de notas de caráter histórico: um ponto colocado na ordem do dia de uma reunião da Direção ou do Conselho Nacional

pode necessitar de uma abordagem histórica sobre qual foi a posição da Confederação sobre tal questão no curto, médio e longo prazo.

- Trabalhos universitários como:

A CFDT e a questão das mulheres de 1961 a 1982.

A política internacional da CFDT (1964-1988).

#### **ARQUIVOS NACIONAIS CENTRALIZADOS. ARQUIVOS DESCENTRALIZADOS DE ESTRUTURAS LOCAIS.**

#### **Por que integrar os serviços de arquivos na organização?**

Os responsáveis pelos arquivos dos serviços confederais recorrem aos arquivos com bastante frequência para fundamentar uma análise que precisa ser elaborada num prazo muito curto. Assim como cada militante deseja aperfeiçoar sua formação sindical, deve-se informar e enriquecer suas reflexões e seu conhecimento a partir das reflexões daqueles que os precederam. Isto implica, portanto, reunir num mesmo local, de fácil acesso, documentos como as publicações da CFDT, os relatórios, as notas apresentadas à Direção Nacional.

Esta centralização também tem facilitado a entrada de acervos pessoais. Acervos constituídos e preservados por antigos dirigentes da organização, que preferem, mediante a assinatura de um contrato que lhes garanta o direito de acesso, a conservação e a classificação, depositar os seus arquivos a deixá-los dispersos.

#### **OS ARQUIVOS DAS ESTRUTURAS TERRITORIAIS LOCAIS**

O que propõe a CFDT às suas organizações? Atenta e vigilante sobre este tema, a Confederação realizou durante muitos anos campanhas de sensibilização sobre os arquivos sindicais. Assim, uma campanha associada a uma pesquisa intitulada *Não trate os seus arquivos como papéis velhos*, foi realizada de agosto a novembro de 1985, junto às Unidades Departamentais, às Unidades Regionais e às Federações. Naquela época, de 33 Unidades Departamentais, 10 haviam realizado um depósito nos arquivos departamentais. As Uniões Regionais Interprofissionais, ainda que de criação mais recente, tinham também feito seus depósitos, e podemos citar as regiões de Rhône-Alpes, Franche-Comté, Nord-Pas-de-Calais e Aquitaine. Um contrato firmado entre a estrutura local e o serviço de arquivos define os direitos e deveres de cada um: depósito de documentos determinados, regras de comunicação definidas, acesso do sindicato aos seus materiais e, em contrapartida, a possibilidade para o departamento de valorizar a sua história industrial e social. Exemplos de contratos já firmados são fornecidos às organizações que assim desejem. O primeiro contrato de depósito parece ter sido o da Unidade De-

partamental Drôme-Ardèche, assinado em 7 de novembro de 1975. O “Guia de Fontes” retrata estes diversos depósitos.

A escolha dos Arquivos Departamentais não é feita ao acaso, mas sim a partir do desejo de preservar as fontes da história dos sindicatos próximas aos militantes e trabalhadores vinculados à história local ou regional. Ainda que pertençam a uma mesma organização e tenham objetivos comuns, sabemos que a história dos sindicatos é forjada em ligação com a história econômica e política de uma determinada zona geográfica. Estes particularismos locais e profissionais fazem a riqueza da CFDT. Em 1988, a CFDT definia assim a sua política de arquivo:

Reencontrar as suas raízes, preservar a memória das lutas e dos debates, não é para a CFDT ser vítima da nostalgia. É dar a si mesmo os meios para compreender a realidade contemporânea para transformá-la melhor. A história operária não pode permanecer fechada dentro das bibliotecas: ela deve estar à disposição dos militantes, dos trabalhadores, deve guiar a sua reflexão e facilitar a sua participação consciente e voluntária nas transformações sociais em curso.

Esta política de depósitos foi mantida. Assim, a Unidade Regional do Nord-Pas de Calais depositou seus arquivos no Centro de Arquivos do Mundo do Trabalho de Roubaix. Este Centro, que promove, desde sua criação, o objetivo de preservação dos arquivos das empresas, das organizações, das seguradoras, e dos sindicatos da região, deveria ter sido seguido por outros quatro centros regionais, particularmente nas regiões de forte reconversão industrial. Infelizmente estes outros projetos não vieram a ser concretizados. De toda forma, a Unidade Regional CFDT do Pays da Loire, por ocasião da sua recente mudança de sede, preferiu confiar os seus arquivos ao Centro de História do Trabalho de Nantes.

O que acontece na região parisiense? Nessa região de concentração industrial nos séculos XIX e XX, capital econômica que reúne as maiores sedes empresariais francesas, os Arquivos Departamentais geralmente carecem dos meios para receber os arquivos sociais. Porém, o sindicato CFDT da Air France depositou, quando da mudança da sede da empresa de Paris para Roissy, seus arquivos nos Arquivos Departamentais de Val de Marne.

O problema dos arquivos sindicais e de comitês de empresa da região parisiense está longe de ser resolvido. No melhor dos casos, pelo que se sabe, os arquivos são depositados de forma desordenada. Arquivos de militantes são enviados a uma universidade ou centro de pesquisa. Mas, na maioria dos casos, os arquivos são destruídos. No entanto, a Confederação não tem a intenção nem os meios para centralizar os arquivos CFDT da região

parisiense. Um centro de arquivos do mundo do trabalho da região parisiense faz muita falta.

### **UMA EXPERIÊNCIA BEM-SUCEDIDA DE RELAÇÕES INTERSINDICAIS: O CODHOS – COLETIVO DOS CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO EM HISTÓRIA OPERÁRIA E SOCIAL**

Diante da dispersão dos acervos relativos à história operária, uma iniciativa foi lançada em 2001: a da criação do CODHOS. Este coletivo reúne especificamente centros de documentação ou serviços de arquivos de sindicatos e organizações políticas. É assim que, dentre as 40 instituições integrantes, constam o Instituto de História Social da CGT, o Centro Gabriel Ventejol da Força Operária (FO), o Centro de Documentação da Confederação Francesa dos Trabalhadores Cristãos (CFTC), o Instituto de Pesquisas da Federação Sindical Unitária (IRHESC), o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IRES), o Instituto de Pesquisas do Sindicato Nacional do Ensino Secundário (IRHSES), o Centro Henri Aigueperse da União Nacional dos Sindicatos Autônomos (UNSA Educação), e evidentemente o Centro de Arquivos da CFDT.

Para além das diferenças, o objetivo é o de realizar projetos juntos. Alguns destes projetos foram finalizados: a publicação de guias de fontes para combater a dispersão material dos documentos e auxiliar os pesquisadores a localizá-los – tais como o catálogo dos congressos do mundo operário ou o anuário analítico dos acervos militantes, que faz uma curta descrição dos fundos de arquivos de e sobre militantes, indicando o local onde eles estão preservados.

Outras realizações do Codhos: uma exposição realizada a partir dos acervos de cartazes “O mundo operário em cartaz”; jornadas de estudos, como a que se organizou em 2010 sobre os arquivos “africanos” preservados em nossos centros. Outras estão em andamento: é o caso especialmente da participação no projeto Patrimônio da Europa dos Povos (HOPE – *Heritage of Peoples’ Europe*) apoiado pela Comissão Europeia. Este projeto tem por objetivo facilitar a divulgação, o compartilhamento e a valorização da história social europeia através da digitalização. De fato, diversos centros carecem de meios financeiros, de competências técnicas, de recursos humanos ou de infraestruturas adequadas para criar bibliotecas digitais e assim ampliar o acesso aos seus acervos. O projeto começou em 2010 e reúne hoje treze instituições europeias (este número ainda pode se ampliar) especializadas na história operária e social, dentre as quais podemos citar o Instituto de História Social de Amsterdam, a Fundação Friedrich Ebert na Alemanha e o Centro de História Social do Século XX em Paris. Com duração de três anos, ele tem diversos objetivos:

- Construir uma reserva digital partilhada no campo da história social
- Desenvolver boas práticas em matéria de descrição e indexação de documentos
- Enriquecer o portal História do Trabalho (*Labour History* – <http://labourhistory.net>)

O Codhos, com quatro instituições fazendo parte do projeto, deseja também aproveitar esta dinâmica para criar um portal sobre a história do movimento operário na França.

**ANEXO 1: EXTRATO DO CATÁLOGO DOS ARQUIVOS DO SECRETARIADO  
CONFEDERAL (1971-1988): RELAÇÕES ENTRE A CFDT E O BRASIL**

8 H 1879 – Ação da CFDT pela defesa da paz e das liberdades na Espanha, em Portugal, na Grécia, no Brasil, no Chile e no Vietnã: declarações da CFDT, notas confederais, artigos de imprensa (1973-1974).

1973-1974

8 H 1996 – Relações entre a CFDT e os sindicatos brasileiros sobre a situação econômica, social e sindical do Brasil: correspondência, comunicados de imprensa, notas de informação e de trabalhos confederais sobre a situação econômica, social e sindical no Brasil, atas de encontros com sindicatos brasileiros e visitas da CFDT ao Brasil (1973-1979), notas e relatórios do colóquio europeu sobre o Brasil realizado em Paris, nos dias 12 e 13 de janeiro de 1974, brochura CFDT-Informação “O Brasil dos Trabalhadores” (1976).

1973-1979

8 H 1997 – Relações entre a CFDT e sindicatos brasileiros sobre a situação econômica, social e sindical no Brasil: correspondência, comunicados de imprensa, notas de informação e de trabalho confederais sobre a situação social, econômica e sindical do Brasil, atas de encontros com sindicatos brasileiros e de visitas da CFDT ao Brasil, notas e atas do seminário de formação sindical da CFDT no Brasil (1980).

1980

8 H 1998 – Relações entre a CFDT e sindicatos brasileiros sobre a situação econômica, social e sindical no Brasil: correspondência, comunicados de imprensa, notas de informação e de trabalhos confederais sobre a situação social, econômica e sindical do Brasil, atas de encontros com sindicatos brasileiros (1981-1982), atas da visita de uma delegação sindical brasileira à Europa de 14 de janeiro a 1º de fevereiro de 1981, relatório sobre o seminário de formação sindical em Arrozal, de 26 a 31 de outubro de 1981 (em português).

1981-1982

8 H 1999 – Conferência Nacional dos Trabalhadores (CONCLAT) em São Paulo nos dias 21-23 de agosto de 1981: programa, lista de participantes, notas, intervenções, relatórios, brochuras de informação sobre a conferência, artigos de imprensa (em português).

1981



8 H 2000 – Pasta sobre os direitos humanos e a repressão sindical no Brasil: brochuras sobre direitos humanos e prisioneiros políticos no Brasil (1977-1979), processo de Lula, dirigente do sindicato dos metalúrgicos do ABC, e de 12 outros sindicalistas em Brasília, em setembro-novembro de 1981 devido à greve de 1980, boletins brasileiros “*Boletim Informativo*” do secretariado nacional de justiça e de não-violência de novembro de 1979 a agosto de 1980.

1977-1981

8 H 2001 – Clipping de imprensa sobre a greve dos metalúrgicos brasileiros do sindicato de São Bernardo, no ABC, por um aumento de salário e direitos sindicais em abril-maio de 1980: relatório sobre a greve (maio de 1980), brochuras, jornais sindicais, artigos de imprensa sobre a greve (em português), boletim do Cecult (centro cultural dos trabalhadores) sobre a greve dos metalúrgicos do Rio de Janeiro em setembro de 1979.

1979-1980

8 H 2002 – Clipping de imprensa sobre os sindicatos de trabalhadores no Brasil: brochuras sindicais de 1977-1983 (em português), jornais sindicais de 1977-1980 (em português), estatutos e boletins do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980 (em português), relato sobre os trabalhadores brasileiros de 1978 (em francês).

1977-1983

8 H 2003 – Clipping de imprensa sobre o sindicalismo no Brasil e sobre o comitê França-Brasil: boletins “*Brésil Information*” de março a junho de 1977 (n° 35-38) e boletim especial de 1981, boletins “*Unidade sindical brasileira*” de março de 1978 a novembro de 1982 (n° 24-44 faltando os n° 25, 33 e 37), boletins do comitê sobre as greves operárias de 1978 e sobre os acordos nucleares do Brasil em 1978.

1977-1982

8 H 2118 – Perspectivas de cooperação entre a CFDT e o sindicalismo brasileiro após a decisão de criação da Conferência das Classes Trabalhadoras (CONCLAT) de criar em agosto de 1983 a Central Única dos Trabalhadores (CUT): correspondência, documentos sobre a vontade da oposição sindical brasileira de criação da CUT (1982-1983), notas sobre a criação da CUT durante o CONCLAT de agosto de 1983, relato do CAPPs (centro de publicação sindical) sobre o movimento sindical brasileiro e o CAPPs em 1983, colóquio latino-americano no Brasil em fevereiro de 1983, visita da CFDT ao Brasil (maio de 1983), seminário sindical na-

cional no Rio de Janeiro dias 6-8 de maio de 1983, apoio às greves de julho de 1983.

1982-1983

8 H 2219 – Relações entre a CFDT e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Brasil sobre uma cooperação sindical bilateral: correspondência, comunicados de imprensa, panfletos, notas de informação sobre a situação social, econômica e sindical do Brasil, brochuras informativas, atas de encontros CFDT-CUT (1984), relato do CAPP (centro de publicação sindical) sobre o movimento sindical brasileiro e o CAPP em 1984.

1984

8 H 2120 – Relações entre a CFDT e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Brasil sobre uma cooperação sindical bilateral: correspondência, comunicados de imprensa, panfletos, notas de informação sobre a situação social, econômica e sindical do Brasil, brochuras informativas, atas de encontros CFDT-CUT (1985), atas da CFDT sobre o seminário sobre a legislação do trabalho realizado pela CUT de 1 a 3 de outubro de 1985, projeto de consolidação da CUT para 1985 (em português), relações e ações sindicais no Brasil entre o UCC-CFDT e a CUT durante os seminários sobre novas tecnologias em 28-30 de janeiro de 1985 e em julho de 1986.

1985-1986

8 H 2121 – Relações entre a CFDT e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Brasil sobre uma cooperação sindical bilateral: correspondência, comunicados de imprensa, panfletos, notas de informação sobre a situação social, econômica e sindical do Brasil, brochura informativa sobre "O novo sindicalismo brasileiro" (março de 1986), atas de encontros CFDT-CUT (1986), 2º Congresso da CUT no Rio de Janeiro de 31 de julho a 3 de agosto de 1986, reflexões sobre o socialismo no Brasil em 1986, propostas da CFDT para um programa de formação profissional/sindical para o Ministério do Trabalho de Brasil (1986).

1986

8 H 2122 – Relações entre a CFDT e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Brasil sobre uma cooperação sindical bilateral: correspondência, comunicados de imprensa, panfletos, notas de informação sobre a situação social, econômica e sindical do Brasil, atas de encontros CFDT-CUT (1987), contribuições da CFDT durante o seminário CFDT-CISL-CUT em Roma de 30 de março a 1º de abril

de 1987, participação da CFDT no seminário internacional pela liberdade e autonomia sindicais em São Paulo, de 1 a 3 de outubro de 1987, atas da missão da CFDT ao colóquio “Direitos constitucionais dos Trabalhadores” em São Paulo, de 29 de setembro a 4 de outubro de 1987.

1987

8 H 2123 – Relações entre a CFDT e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Brasil sobre uma cooperação sindical bilateral: correspondência, comunicados de imprensa, panfletos, notas de informação sobre a situação social, econômica e sindical do Brasil, atas de encontros CFDT-CUT (1988), notas confederais, relatos e brochuras sobre o 3º Congresso da CUT em Belo Horizonte de 7-11 de setembro de 1988, seminário jurídico CFDT-CUT dias 24-28 de outubro de 1988, relatório seguido de preservação da memória sindical, em Recife, de 12 de abril a 2 de maio de 1989.

1988-1989

8 H 2124 – Clipping de imprensa da Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Brasil: brochuras e jornais da CUT sobre situação econômica, política e sindical no Brasil (1986-1988), brochuras documentais sobre a economia e a reforma agrária no Brasil (1986-1987).

1986-1988

8 H 2125 – Boletim bimestral brasileiro “Brasil dos Trabalhadores” (tradução em francês): boletins de janeiro de 1982 a novembro de 1986 (nº 2-82).

1982-1986

## ANEXO 2: INSTRUMENTOS DE PESQUISA RELATIVOS AOS ARQUIVOS DAS FEDERAÇÕES

Para a **Federação das Finanças e Negócios Econômicos**, *Dos arquivos históricos aos arquivos atuais: Classificação do acervo e auxílio à mudança da Federação das Finanças e Negócio Econômicos*, dissertação de mestrado de Aurélie ZBOS, sob orientação de Florence OTT e Françoise PINEAU, 2003.

*Compêndio histórico da federação das finanças (1951-2005)*, Clémentine MARKIDES, 2009.

Para a **Federação Unificada dos Químicos**, *Arquivos históricos da Federação Unificada dos Químicos CFDT (1938-1989)*, compêndio de 1995.

Para a **Federação CFDT dos Estabelecimentos e Oficinas do Estado (FEAE)**, *Descoberta dos arquivos sindicais: classificação do acervo da Federação CFDT dos Estabelecimentos e Oficinas do Estado*, dissertação de mestrado de Claudie RAVENEAU, sob orientação de Florence OTT, 1997.

*A Federação dos Estabelecimentos e Oficinas do Estado (1924-1995)*, compêndio, 1997.

Para a **Federação Geral dos Transportes e Máquinas (FGTE)**, *Os arquivos da Federação Geral dos Transportes e Máquinas da CFDT: classificação, localização e recolhimento de acervos sindicais*, dissertação de mestrado de Denise DESPLAN, sob orientação de Florence OTT e Françoise de BRICOURT, 1999.

Para a **Federação Nacional da Construção e da Madeira (FNCB)**, *Acervo de arquivos da FNCB (1924-1996)*, compêndio provisório, s.d.

*Compêndio do acervo de Cartazes (1949-2001)*, 2009.

Para a **Federação Geral dos Metalúrgicos e a Federação Nacional dos Mineiros (FGMM)**, *Federação Geral dos Metalúrgicos e Federação Nacional (1917-1988)*, compêndio, 1997.

Para a **Federação dos Sindicatos dos Empregados no Ministério do Interior e das Coletividades Territoriais (INTERCO)**, *Compêndio histórico (1937-1998)*, Claude COLAS, 2009.

Para a **Federação Proteção Social, Trabalho e Emprego (PSTE)**, *Federação Proteção Social, Trabalho e Emprego (1949-1994)*, compêndio digital, 2000.

*Descoberta e tratamento dos arquivos da CFDT: do acervo da Federação Proteção Social, Trabalho e Emprego ao da Federação Unificada dos Correios e Telefônicas*, dissertação de mestrado de Christelle VARIN sob orientação de Florence OTT e Françoise de BRICOURT, 2000.

Para a **Federação dos Serviços**, *Federação dos Serviços (1931-1997)*, compêndio, s.d.

Para a **Federação dos Sindicatos Gerais da Educação Nacional (SGEN)**, *Estado da arte da memória do sindicalismo docente da CFDT: a verificação dos arquivos do Sindicato Geral da Educação Nacional*, dissertação de mestrado de Caroline LELOUARD sob orientação de Florence OTT, Françoise de BRICOURT-PINOT e Annie KUHNMUNCH, 2001.

*Verificação dos arquivos da Federação Geral do Ensino Nacional (1943-1995)*, Caroline LELOUARD, 2001.

*Política educativa: as posições do sindicato frente às reformas do ensino do primeiro e segundo graus (1944-2004)*, compêndio digital detalhado, Eliza BOTSOGLOU, 2007.

*Organização Sindical do SGEN-CFDT: as instâncias estatutárias (1937-2004)*, compêndio digital detalhado, Aurélie BOYER, 2008.

Compêndio metódico e detalhado de *uma parte do passado (1958-2007)*, Mélanie LADIESSE, 2009.

Para a **União Confederal de Diretores de Empresa (UCC)**, *Dos arquivos históricos aos arquivos atuais: reorganização do sistema de arquivamento da União Confederal de Diretores de Empresa*, relatório de estágio de Stéphanie GANDILLE sob a orientação de Françoise PINEAU, 2002.

*Federação Francesa de Sindicatos dos Engenheiros e Diretores de Empresa e da União Confederal de Diretores de Empresa (1944-2000)*, compêndio, Stéphanie GANDILLE, 2002.

### **ANEXO 3: INFORMAÇÕES PRÁTICAS**

Os arquivos são acessíveis, com horário marcado, segundo regras de divulgação baseadas nas dos Arquivos Nacionais da França.

Com um pedido justificado, a consulta a documentos que normalmente são excluídos da divulgação pode ser conseguida por autorização do secretário-geral da federação – para os arquivos das federações – e do responsável pelos arquivos confederais – para os arquivos da confederação.

#### **CONTATOS:**

**Annie Kuhn**munch, responsável pelos **arquivos confederais**

CFDT 4, Boulevard de la Villette 75955 PARIS CEDEX 19

Tel: 01 42 03 80 25 – Fax: 01 40 18 79 12 – e-mail: archives@cfdt.fr

ou akuhn@cfdt.fr

**Elise Mavraganis**, responsável pelos **arquivos federais**

CFDT 47-49, avenue Simon Bolivar 75950 PARIS CEDEX 19

Tel: 01 56 41 50 12 – Fax: 01 42 03 90 70 – e-mail: archives@cfdt.fr

<http://www.cfdt.fr/rewrite/article/18377/qui-sommes-nous/le-reseau-cfdt/nos-archives>

O sindicalismo, tal como o conhecemos em sua forma moderna, não existiu verdadeiramente na França antes do último terço do século XIX. A brutal aceleração da revolução industrial sob o segundo Império modificou a composição social do mundo do trabalho, até então bastante tradicional, com o surgimento progressivo de uma classe operária menos atomizada.

A concentração operária se manifesta principalmente na metalurgia, nas minas e nas novas indústrias. Ela facilita a tomada de consciência de classe, mas nem sempre em favor das ideologias revolucionárias. O sindicalismo, tal como emerge nesta época, emancipa-se das antigas formas dos agrupamentos corporativos, que, como as corporações de ofício, garantiam formas de solidariedade elementares, geralmente restritas às profissões que conseguiam escapar às tentativas de integração do segundo Império.

A repressão que se seguiu à derrota da Comuna de Paris (1871) decapita o movimento operário. A partir de 1872, este se reconstrói, mas sobre uma base estritamente corporativa e se mantém sobre o campo das reivindicações materiais. O renascimento do direito sindical em 1884 abre uma nova fase para o movimento operário. Ele está conquistando a sua autonomia. Esta se afirmará por dois caminhos especificamente operários: o de um sindicalismo vertical baseado nos ofícios e o dos agrupamentos de interesses operários sobre a base de unidades territoriais de sindicatos de ofícios. Estas duas formas de sindicalismo irão se unificar em 1895 e darão lugar à criação da Confederação Geral do Trabalho (CGT).

Em 1906, a CGT publica uma orientação sindical revolucionária segundo a qual a greve geral expropriadora se tornava a matriz de uma ampla transformação social. O Congresso de Amiens reafirma também o princípio de autonomia operária com relação aos partidos, à Igreja e ao Estado.

Pouco antes da guerra de 1914-1918, a CGT adquire o essencial das características organizacionais que conhecemos hoje. O federalismo, ou seja, o direito de cada organização confederada se administrar e tomar decisões livremente constitui o princípio de organização da central. Coexistem em seu interior tendências variadas, reformistas e revolucionárias.

---

1 Arquivista chefe do Instituto de História Social da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) – Paris, França.

Em 1º de agosto de 1914, o início da guerra, com a adesão dos principais líderes sindicais à l'Union sacrée,<sup>2</sup> provoca uma guinada de orientação espetacular. Esta ruptura com a tradição sindical anterior trará pesadas consequências. A CGT única havia terminado. A partir de 1922 coexistirão duas centrais: a CGT de Léon Jouhaux e a CGTU (unitária) da qual os principais dirigentes serão Gaston Monmousseau e depois Benoît Frachon, a partir de 1933.

Esta divisão durará treze anos, ao longo dos quais dois tipos de sindicalismo se desenvolvem, um de essência reformista, aberto à negociação, não avesso à ação institucional, e outro revolucionário, no qual a ação grevista encontra a orientação da luta sindical fortemente articulada com as orientações do Partido Comunista.

A identificação antifascista ocorrida após fevereiro de 1934 permite superar essa divisão. Em maio-junho de 1936, com a vitória da Frente Popular, começam as ondas de greve que vão conduzir a grandes avanços sociais. Pela primeira vez na história social nacional, a sindicalização torna-se um fenômeno de massa.

Enquanto a Frente Popular se movimenta, a assinatura do Pacto de não-agressão entre a URSS e a Alemanha em 1939 fornecerá o pretexto para a expulsão da CGT dos militantes comunistas e dos sindicatos dirigidos por eles.

Durante a 2ª guerra, o sindicalismo sobrevive apenas de maneira oficialista ou clandestina. O engajamento de muitos militantes sindicais (particularmente ex-unitários) na Resistência criará condições políticas para a reconstrução da unidade em 1943. Por ocasião da Liberação, a CGT é então reunificada. Ela representa cinco milhões de afiliados. Léon Jouhaux e Benoît Frachon são co-secretários-gerais.

Este período, caracterizado pela existência de uma correlação de forças favorável aos progressistas, permite avanços sociais e econômicos notáveis (nacionalizações, seguridade social, comitês de empresa, estatutos dos empregados...).

O início da guerra fria a partir de 1947 pesará muito sobre a CGT. Uma minoria, organizada em tendência em torno do jornal Força Operária, não aceita a nova correlação de forças e provoca uma cisão. Novamente a unidade da CGT é rompida, como é rompida também a unidade sindical internacional então alcançada na Federação Sindical Mundial.

---

2 Nota dos organizadores: Governo de união nacional que reuniu as principais lideranças políticas e sindicais francesas por ocasião do início da Primeira Guerra Mundial.

Os anos de 1947 e 1948 se caracterizam pela brutalidade dos enfrentamentos sociais no contexto de uma dura repressão.

A partir dos anos cinquenta, abre-se uma longa sequência histórica dominada pelo encadeamento das guerras coloniais na Indochina e na Argélia, às quais a CGT se opõe. No plano das reivindicações, a CGT luta pelos salários e contra o aumento do ritmo e do tempo de trabalho. Apesar de enfraquecida pela cisão, ela avança na sindicalização. No plano político, ela denuncia a chegada ao poder do General de Gaulle em 1958.

Em janeiro de 1966, a CGT fecha um acordo de unidade de ação com a CFDT. Pela primeira vez desde 1948, a CGT consegue romper o seu isolamento, enquanto se constata um importante crescimento das greves.

Os “acontecimentos” de maio-junho de 1968, caracterizados particularmente por uma poderosa greve geral, colocam a CGT no centro da vida social. Apesar de consideráveis resultados reivindicativos, as esperanças de uma transformação política não se concretizam.

Na virada para a década de 1970 manifestam-se os primeiros sinais de uma crise estrutural do capitalismo. Inicia-se uma profunda recomposição da paisagem industrial. Os fechamentos de fábricas se multiplicam. O desemprego aumenta. Regiões inteiras, como a Lorraine e o Nord-Pas-de-Calais, são devastadas. As bases históricas de implantação da CGT são atacadas e mesmo destruídas. Os contingentes sindicais se reduzem e a capacidade de luta dos trabalhadores é enfraquecida.

A vitória de François Mitterrand nas eleições presidenciais de 1981 ocorre nesse contexto. Passado um breve período, marcado por notáveis transformações como as nacionalizações, as lógicas de austeridade, alimentadas pelo “realismo econômico”, triunfam. A partir de então, a CGT lutará em todas as frentes de exploração, contra a classe industrial e o desemprego, por melhores salários e pela defesa da proteção social. Ela desenvolve uma importante atividade em relação às mulheres trabalhadoras e à imigração.

## **O INSTITUTO CGT DE HISTÓRIA SOCIAL**

Há quase trinta anos, em 1982, por iniciativa de Georges Séguy,<sup>3</sup> que acabava de deixar a Secretaria-Geral da CGT, o Instituto CGT de História

---

3 Georges Séguy, Secretário-Geral da Confederação Geral do Trabalho de 1967 a 1982, atualmente presidente de honra do Instituto CGT de História Social.



Social<sup>4</sup> é inaugurado. É Henri Krasucki,<sup>5</sup> novo secretário-geral, quem, numa cerimônia oficial, apresenta as ambições da central sindical nos seguintes termos:

*uma iniciativa como esta responde ao interesse que a CGT expressa pelo conhecimento histórico: interesse pela história da nossa organização e do movimento operário, bem entendido, e também pela história dos acontecimentos e dos movimentos sociais, pela história social na qual a CGT teve e tem uma parte importante.”<sup>6</sup>*

O início desta associação, com base na Lei 1901,<sup>7</sup> beneficiando-se de uma real autonomia, recebe o apoio da CGT, que não se reduzirá ao longo das décadas.

As primeiras motivações de Georges Séguy e seus companheiros eram as de salvar e preservar os documentos e traços da experiência da CGT, escritos desde sua criação em 1895. Em segundo lugar, as carências da educação nacional, em matéria de ensino da história operária, são imensas. Estes sindicalistas pioneiros decidem, mantendo a exigência em relação ao Estado, buscar os meios para trabalhar a história da CGT e, mais amplamente, a do movimento operário.

Recusando-se a cair na hagiografia e nos trabalhos de encomenda, a opção adotada foi a de ampliar as pesquisas a todos os que as desejassem, muito além das frentes da CGT. Esta concepção permite ao Instituto evidenciar que a história pertence, também, àqueles que a fazem, mesmo que eles não tenham uma forte consciência disso, e trabalhar para que os sindicalizados e os militantes se apropriem da sua história.

Sendo responsável pelo Centro Confederado de Arquivos, o Instituto CGT de História Social garante o tratamento e a difusão dos arquivos da Confederação, criando posteriormente, em 1999, a sua Fototeca.

Situado no local da sede da Confederação, em Montreuil, às portas de Paris, organiza seu próprio trabalho de valorização dos arquivos, promovendo conferências, seminários e colóquios, sozinho ou em cooperação com universidades e pesquisadores. Dirige-se aos trabalhadores através da organização de exposições e de debates vinculando história e atualidade. Por exemplo, em maio de 2008, o IHS CGT organizou um colóquio intitulado

---

4 Originalmente Instituto de História Social, renomeado Instituto CGT de História Social para evitar confusões com outro já existente.

5 Henri Krasucki, Secretário-Geral da CGT de 1982 a 1992.

6 *Les Cahiers de l'Institut CGT d'Histoire Sociale*, n° 1, maio de 1982, p. 4

7 Na França, uma associação, segundo a Lei 1901, é uma organização sem fins lucrativos.

“A CGT de 1966 a 1984. Marcas de 1968” ou, ainda, em 2009, “Propaganda, informação e comunicação. Cem anos de experiência da CGT, de 1895 aos nossos dias.” O colóquio de 2011, em parceria com a Universidade Sorbonne Paris I, debateu sobre “As práticas sindicais do Direito. França, sécs. XX e XXI.”

Além disso, o Instituto CGT de História Social possui um polo editorial, que produz brochuras, atas de colóquios, livros e uma revista trimestral, *Os Cadernos do Instituto CGT de História Social*.

Enfim, com a preocupação de oferecer um acesso ao conhecimento da história social ao maior número de trabalhadores, aumenta seu campo de ação, trabalhando com mais de cinquenta institutos profissionais e territoriais. Esta rede oferece uma história diversificada pelos seus aspectos regionais, departamentais, de categorias de emprego e profissões.

Os sindicalistas podem assim ter acesso ao conhecimento do passado para melhor compreender o presente e antecipar o futuro, pois, como escreveu Jules Michelet: “Aquele que desejar se prender ao presente, ao atual, não compreenderá este atual.”

## **O PAPEL DO ARQUIVISTA: DE GUARDIÃO DOS DOCUMENTOS À GESTÃO E DIVULGAÇÃO DOS ARQUIVOS**

### **A criação de um serviço de arquivos confederado**

Desde sua criação em 1895, a Confederação Geral do Trabalho previa em seus estatutos um arquivista, função que permaneceu simbólica e desocupada por um longo tempo. René Mouriaux,<sup>8</sup> cientista político, professor emérito do Cevipof,<sup>9</sup> cita uma passagem do texto do historiador e jurista Maxime Leroy, *O costume operário*:<sup>10</sup> “Maxime Leroy mostrava a importância que os primeiros sindicatos atribuíam à preservação dos traços da atividade sindical. O arquivista estava previsto nos estatutos de diversas organizações.”

Os estatutos adotados no congresso fundador da CGT em 1895 estabelecem justamente um setor de “arquivos”. Os adotados no congresso de 1902 prevêm que a Federação das Bolsas do Trabalho “(...) nomeie sua direção, composta de: um secretário, um secretário adjunto, um tesoureiro, um tesoureiro adjunto, um arquivista (...)”<sup>11</sup>

---

8 MOURIAUX René, *L'Histoire: un combat syndical*, Montreuil, IHS CGT, 2005, p. 53

9 Cevipof: *Centre d'Etude de la Vie Politique Française*

10 LEROY Maxime, *La Coutume ouvrière: syndicats, bourses du travail, fédérations professionnelles, coopératives: doctrines et institutions*, Paris, M. Giard, E. Brière, 1913, 934 p.

11 “Estatutos da Confederação Geral do Trabalho, votados no congresso de Montpellier por ocasião da discussão sobre a unidade operária.”

Naquela época, a função de arquivista era certamente assumida por um militante sindical de qualquer outra corporação que não a dos arquivistas. Tratava-se então muito mais de um mandato político do que administrativo ou técnico. Num sindicalismo há pouco legalizado e ainda reprimido, o arquivista era “o guardião” dos documentos que provavam a existência jurídica, a composição, o funcionamento e a orientação reivindicativa e política da organização sindical.

Pouco antes da Segunda Guerra Mundial, em 1938, a CGT se esforça para constituir o seu primeiro verdadeiro serviço de arquivos confederais. O posto de arquivista é confiado a um militante não-profissional, Henri Vieilledent, antigo secretário administrativo do Centro Confederal de Educação Operária.

Em sua autobiografia, intitulada “*Recordações de um trabalhador manual sindicalista*”,<sup>12</sup> Henri Vieilledent evoca sua função de arquivista da CGT. Num artigo publicado em janeiro de 1938 no *La Voix du Peuple*,<sup>13</sup> “*Um serviço de arquivos confederais*,” o companheiro Vieilledent menciona preocupações arquivísticas ainda hoje atuais. Ele expõe os grandes princípios de funcionamento deste novo serviço de arquivos: constituir um local para reunir a documentação, que sirva de informação contínua para os militantes construírem suas ações. Para tanto é necessário “equipar uma sala especialmente destinada ao serviço dos arquivos confederais”. Henri Vieilledent explica que, com o auxílio das federações, este serviço deverá não somente reunir todas as fontes atuais, mas também reconstituir pelos textos toda a atividade passada da CGT. O maior problema, segundo ele, é a dispersão dos arquivos entre os próprios militantes. “*Espalhados, escondidos, esquecidos, estes documentos não prestam nenhum serviço, mesmo a quem os detêm. Reunidos e classificados, eles poderiam ser da maior utilidade documental*”. Ele termina seu artigo explicando que a sua classificação e utilização “*contribuiriam para o desenvolvimento da influência moral da CGT*”.

Infelizmente, este serviço não teve tempo de ser realmente colocado em prática. A guerra interrompe os trabalhos iniciados e isto dura mais de quarenta anos.

Uma parte da CGT se envolve então na resistência, em face à ocupação nazista e ao Estado francês colaboracionista e, dissolvida, entra então na clandestinidade. Isto não ocorre sem consequências para os arquivos

---

12 Henri Vieilledent «*Souvenirs d'un travailleur manuel syndicaliste*», La Pensée universelle, 1978, 224 p., pp. 146-153

13 *La Voix du peuple*, n° 207, janeiro de 1938, p.14-15

da CGT. Em seu guia documentário, Michel Dreyfus<sup>14</sup> explica: “Por razões elementares de segurança, diversos são os detentores de arquivos que se apressaram em fazê-los desaparecer. Os documentos são às vezes enterrados (...). Mais comumente, no entanto, eles eram queimados. Em alguns casos de desordem total, o pânico e a desorganização precipitam a sua perda”. Veremos, num próximo ponto, o caso dos arquivos roubados pelos alemães na sede da CGT em 1940.

A questão dos arquivos da CGT e da criação de um serviço de arquivos se coloca novamente em 1982, por ocasião da mudança da sede situada na Rua Lafayette 213, em Paris, para Montreuil, em Seine-Saint Denis. Na brochura<sup>15</sup> distribuída durante o 42º congresso da CGT sobre a construção da nova Bolsa Nacional do Trabalho, em Montreuil, Georges Séguy explica que “o objetivo é dotar a Confederação, suas Federações e suas diversas organizações de uma ferramenta de trabalho funcional, moderna, plenamente adaptada às suas necessidades e às suas tarefas”. Segundo essa visão, diversos espaços para arquivos foram criados no piso térreo dos edifícios. No momento da mudança para os novos locais, o IHS CGT e o Centro Confederal de Arquivos são criados conjuntamente para garantir a preservação dessa massa considerável de arquivos, com o objetivo de recolher, classificar, preservar e valorizar esse patrimônio.

Já em fevereiro de 1980, Marc Piolot, responsável do Centro Confederal de Educação Operária e futuro secretário-geral do IHS CGT, desenvolve em uma nota suas proposições tendo em vista criar uma estrutura para receber os arquivos: “Este organismo não deve ser o ‘cemitério’ dos documentos recebidos. Só faz sentido se ele for vivo.”

O objetivo então é triplo: evitar a dispersão e a destruição dos arquivos da CGT, colocá-los à disposição dos militantes, como ferramentas de trabalho e fontes de reflexão, e contribuir para o progresso da pesquisa em termos de história social.

Originalmente, o objetivo é conservar os arquivos para os militantes e pelos militantes, a fim de preservar junto a eles os traços da sua atividade, para fazer a sua própria história e transmiti-la às gerações de futuros militantes. O conjunto dos arquivos dos diferentes escalões da CGT é então preservado e centralizado (Confederação, Federações Profissionais, Unidades Departamentais, Locais e Regionais). Este projeto, inicialmente muito ambicioso, se mostra rapidamente impossível de ser realizado materialmente.

---

14 Michel Dreyfus, *Les sources de l'histoire ouvrière, sociale et industrielle en France (XIXème et XXème siècles) : guide documentaire*, Paris, Editions ouvrières, 1987, p. 16

15 *La grande maison de la CGT, brochura do 42º congresso*, Montreuil, 1985 e do 90º aniversário da CGT

Porém, não se tratava apenas de um plano de preservação. Marc Piolot, nessa mesma nota, exprime a sua opinião sobre o tema: *“Nós devemos, em minha opinião, não retirar (...) os arquivos das federações e das unidades departamentais da centralização no plano confederal, [mas] promover junto a elas uma concepção e uma prática mais responsável, fazendo com que elas conservem e administrem seus próprios arquivos.”*

Um princípio é então rapidamente colocado em prática: cada organização da CGT é responsável pelos seus próprios arquivos e apenas os arquivos da Confederação serão objeto das preocupações do IHS CGT. A Confederação, enquanto produtora, fica como proprietária desses arquivos; o IHS CGT os preserva em depósito. Além disso, o IHS CGT auxilia e orienta as organizações da CGT durante o projeto de implementação do seu arquivo.

### **O que são os arquivos confederais?**

Os arquivos confederais são constituídos dos documentos produzidos e recebidos pelas instâncias dirigentes (particularmente a Direção Confederal, o Comitê Confederal Nacional, a Comissão Executiva Confederal), pelos seus dirigentes e pelos diferentes setores de atividade da Confederação (reivindicações, jurídico, econômico, formação sindical...), assim como diversas publicações. Eles são também compostos de documentos audiovisuais, iconográficos, de arquivos eletrônicos e de objetos de material sindical que enriquecem o acervo.

### **A prática da gestão de arquivos no interior da Confederação**

Atualmente, segundo a determinação do IHS CGT, a missão do Centro Confederal de Arquivos é próxima ou quase idêntica à de um serviço de arquivos público. Desde 2007, o recolhimento sistemático de arquivos em papel, nunca depositados no IHS CGT, é introduzido. Não se trata de um serviço de pré-arquivamento. Apenas os arquivos definitivos são recolhidos e representam atualmente cinco quilômetros lineares de documentação.

Um procedimento foi então colocado em prática. Em cada setor de atividade da Confederação, após reunião com o responsável, explicado o objetivo do recolhimento e obtida a sua aprovação, cada produtor de arquivos é identificado individualmente. Ao final de cada encontro individual de sensibilização, é efetuada a transferência de caixas ao IHS CGT.

Para tanto, ferramentas tradicionais de análise e tratamento de arquivos foram elaboradas: entrevistas de avaliação da situação arquivística do produtor, preenchidas conjuntamente entre o arquivista e o produtor durante o encontro de sensibilização; documentos de depósito que substituem os processos verbais de aquisição das caixas depositadas pelo IHS CGT; brochuras de sensibilização intituladas *Arquivos são simples! Pequeno guia para uso dos Espaços e das atividades*

da *Confederação*, distribuídas durante os encontros individuais; bem como a designação de correspondentes em cada Espaço.

O recolhimento começou pelo setor Europa-Internacional. Mais de 600 caixas foram depositadas, classificadas e são hoje acessíveis. Atualmente o recolhimento continua. Mais que uma simples coleta sistemática, trata-se de uma verdadeira política de arquivamento, que foi posta em prática de forma contínua e eficaz.

Um quadro de gestão do conjunto dos arquivos confederais está sendo elaborado a partir de agora. Este projeto nasce de uma dupla necessidade de racionalização e de uma real expectativa por parte dos produtores. Para garantir uma boa gestão dos arquivos e evitar problemas com os quais os setores normalmente se deparam (espaço dos escritórios, saturação dos locais de pré-arquivamento, eliminações precipitadas...), convém instaurar um certo número de procedimentos aos quais eles devem se submeter para organizar os seus arquivos. Como dizia Marie-Pierre Cordier<sup>16</sup> num artigo<sup>17</sup> intitulado *“Arquivar para valorizar a experiência”*, publicado em *Le Peuple*, a publicação oficial da CGT: *“Arquivar não significa preservar tudo ou jogar tudo fora, é saber selecionar respeitando certo número de critérios”*.

Isto permite ter uma visão de conjunto da produção documental da Confederação, estudar o ciclo de vida de seus documentos, avaliar o seu interesse histórico e determinar o seu destino final. Tal documento possibilitará simplificar e racionalizar a gestão dos arquivos atuais, intermediários e definitivos e, sobretudo, avaliar as necessidades de espaços de arquivamento a curto, médio e longo prazo. Além disso, como a realização deste documento é uma obra conjunta entre muitos atores fundamentais, isto permite uma real sensibilização e envolvimento de todos no projeto de arquivamento.

Uma reflexão sobre o processo de preservação dos arquivos eletrônicos no longo prazo também foi iniciada. A fragilidade destes documentos e a dificuldade para reencontrá-los traz uma verdadeira tomada de consciência por parte dos produtores, cientes do perigo de perdas irremediáveis. O quadro de gestão que está em elaboração é misto: ele trata de diferentes suportes, inclusive dos arquivos eletrônicos.

A sensibilização acerca do valor patrimonial dos documentos representa uma parte importante, quase essencial, do trabalho de arquivista. O IHS CGT organiza a cada ano um estágio *“Sensibilização em relação aos arquivos”*,

---

16 Arquivista no IHS CGT de 2002 até fim de 2007.

17 *Archiver pour valoriser l'expérience*, E. Bressol et MP Cordier, *Le Peuple* n° 1636, 11 outubro 2006, p. 24-27

aberto ao conjunto dos afiliados da CGT, no qual são abordadas técnicas arquivísticas. Realizado em uma parte agradável da região parisiense, no centro de formação sindical da CGT, o Centro Benoît Frachon, este estágio aborda em três dias as diferentes fontes de arquivos, seus tratamentos e os métodos básicos para se classificar um conjunto de arquivos. Expositores externos, especializados nas suas áreas, são convidados. Os Arquivos departamentais de Seine-Saint-Denis também participam.

### **Classificação de arquivos confederais**

Entre novembro de 1982 e abril de 1984, *Le Peuple* e *Les Cahiers do Instituto CGT de História Social* publicaram uma série de artigos abordando a questão dos arquivos e particularmente as técnicas de classificação. Esta série de textos era destinada a responder rapidamente às questões de militantes e de organizações da CGT confrontadas com os problemas que o tratamento de arquivos levanta. Uma brochura intitulada *“Arquivar: por quê, como e para quem?”*<sup>18</sup> reúne o conjunto dos artigos, a maioria ainda atuais, como comprova a pertinência de certos títulos: “Princípios de preservação dos arquivos da CGT”, “Diversidade e riqueza dos arquivos da CGT”, ou ainda “Por um tratamento científico dos arquivos da CGT...”

Norma fundamental da Arquivística, o princípio de respeito ao fundo está na origem do trabalho desenvolvido. Em 1983, o arquivista responsável ensina aos sindicalistas que *“a única solução a ser adotada é o respeito aos acervos, prática que diferencia a arquivística das funções da documentação ou da biblioteca. O princípio de classificação deve ser em função das missões e do modo de funcionamento da organização da qual vêm os documentos, e não em função de uma cronologia ou do conteúdo informativo ou temático.”*<sup>19</sup>

Em 2007, o IHS CGT coloca em prática, ao mesmo tempo que o recolhimento, a avaliação contínua. Hoje, torna-se necessário repensar esse sistema, com o objetivo de facilitar a pesquisa dos acervos. Para isso, um quadro de classificação dos arquivos confederais está em construção. Este sistema de classificação, mais prático, tem prioridade sobre a realização de um repertório metódico, muito complicado de realizar.

Paralelamente, um banco de dados, em processo de elaboração, permite a indexação dos arquivos confederais, inspirada no Thesaurus

---

18 *Archiver: pourquoi, comment, pour qui?* Montreuil, Centre confédéral d’archives, maio 1984, 44 p.

19 *Ibidem*

de Informação Política, Econômica e Social,<sup>20</sup> já utilizado pelo Serviço de Documentação Confederal. A utilização de um thesaurus comum permitirá, quando o serviço de arquivos estiver informatizado, efetuar pesquisas por palavra-chave numa base de dados comum aos dois serviços, Arquivos e Documentação.

Em breve, a aquisição de aplicativos de gestão de serviços de arquivos, sobretudo com um módulo de auxílio à classificação, permitirá também padronizar a produção de instrumentos de pesquisa com base na norma ISAD-G, e no formato padrão internacional DTD-EAD.<sup>21</sup>

As prioridades de classificação, bem como o tratamento dos depósitos atuais, são definidas em função das expectativas da CGT (atualidade militante, colóquios do IHS CGT) e de pesquisas universitárias.

### **A divulgação**

Os arquivos definitivos são disponibilizados sem demora, salvo para os documentos relativos à vida privada, conforme estabelece a lei francesa nº 2008-696, de 15 de julho de 2008, relativa aos arquivos. Esta disponibilização dos documentos, no entanto, não deve ser feita em quaisquer condições. Além da proteção às pessoas, a proteção dos próprios documentos é um critério de divulgação.

O público, recebido na sala de leitura com hora marcada, é majoritariamente constituído de estudantes e de pesquisadores universitários, mas também de militantes que tomam cada vez mais consciência da utilidade de explorar o seu próprio patrimônio para construir as suas ações. Cada leitor, recebido individualmente, explica o seu objeto de estudo e seu recorte cronológico. Ele preenche então uma ficha de inscrição. O funcionamento da sala de leitura lhe é então explicado. Apenas as publicações mais consultadas, como *Le Peuple e La Vie Ouvrière* ou ainda a íntegra dos congressos da CGT são de livre acesso na sala de leitura. Para os arquivos e outras publicações, catálogos são colocados à disposição, em versão em papel ou eletrônica. Muitos de nossos instrumentos de pesquisa estão disponíveis no site do IHS CGT, permitindo a realização de pesquisas preliminares.

---

20 *Thésaurus d'information politique, économique et sociale*, Paris, La Documentation française, 1992, 317 p.

21 Nota dos organizadores: As siglas remetem às iniciais de "General International Standart Archival Description – ISAD(G)", "Document Type Definition" (DTD) e a "Encoded Archival Description" (EAD). A Descrição Arquivística Codificada (DTD –EAD) é um padrão de metadados a ser usado com a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD(G).



Os pedidos de pesquisas documentais mais frequentes dizem respeito a temas muito variados como imigração, mulheres, jovens, relações com organizações sindicais estrangeiras...

Em 1990, Henri Sinno,<sup>22</sup> militante responsável pelos arquivos, escreveu nos *Les Cahiers do Instituto CGT de História Social*:<sup>23</sup> “Desde 1982, dezenas de pesquisadores usufruíram da existência do Centro Confederal de Arquivos para suas próprias pesquisas e sem dúvida no futuro eles serão ainda mais numerosos.” De fato, ainda que o serviço de arquivos tenha sido criado originalmente para estar a serviço da CGT, atualmente a expansão exterior do Instituto CGT de História Social é muito importante. Cerca de 140 pedidos de pesquisa são recebidos por ano. Segundo o balanço das atividades realizado pelo responsável pelos arquivos em 2010, dos 140 pedidos, 76 leitores foram recebidos em sala de leitura, dos quais 48 eram novos leitores que nunca antes haviam consultado os arquivos. A título de comparação, em 2003, 38 leitores foram recebidos. Constata-se um interesse notável por parte dos universitários. Em 2010, 48 leitores eram de universidades (estudantes ou pesquisadores majoritariamente em história, sociologia e ciência política), contra 28 sindicalistas.

### **A valorização dos arquivos confederais**

Surgido a partir da constatação da dispersão e da fragilidade das fontes de história operária e social francesa, o Codhos<sup>24</sup> é uma associação, fundada em janeiro de 2001, que agrupa cerca de quarenta membros: sindicatos, organizações, departamentos universitários e serviços de arquivos públicos que têm em comum possuem acervos ou coleções que interessam à história do movimento operário e social. O Codhos se dedica particularmente a produzir instrumentos documentais a partir de acervos de posse de cada organização-membro e a fornecer uma cartografia das fontes disponíveis em história social.

O IHS CGT, enquanto membro do Codhos, participa ativamente de todas as iniciativas da organização. Por exemplo, o Codhos organizou em outubro de 2010, por ocasião dos cinquenta anos das independências de 1960, uma jornada de estudos sobre os arquivos dos sindicatos e partidos políticos franceses, relativos à África e Madagascar, num anfiteatro na Universidade Paris I- Panthéon-Sorbonne. O objetivo era valorizar e divulgar os acervos dos diferentes membros, que são pouco ou quase nada explorados.

---

22 Henri Sinno, militante responsável pelos arquivos de 1982 a 2002

23 *Les Cahiers de l'Institut CGT histoire sociale*, n° 33, março 1990

24 Collectif des centres de documentation en histoire ouvrière et sociale (Coletivo dos centros de documentação em história operária e social)

O IHS CGT apresentou o acervo do companheiro responsável pela formação no setor internacional da CGT, Maurice Gastaud, tratando da criação de uma universidade operária africana na Guiné (1960-1965). Para isso, o acervo foi classificado e elaborou-se um instrumento de pesquisa,<sup>25</sup> que foi distribuído durante a jornada de estudos. A apresentação foi ilustrada com fotografias saídas da Fototeca. Jean Magniadas, antigo membro da Comissão Executiva Confederal e antigo responsável pelo setor econômico, em seguida apresentou o contexto internacional e o papel da CGT.

Esta jornada teve um grande sucesso e foi palco do lançamento de uma base de dados online no site do Centro de História Social do Século XX.<sup>26</sup>

Seguindo esta visão de valorização das fontes, através do Codhos, o IHS CGT foi chamado pela Associação dos Arquivistas Franceses para participar da publicação de um número especial da revista *La Gazette des archives* sobre os arquivos dos sindicatos e movimentos sociais franceses. Nós redigimos um artigo apresentando o papel e o funcionamento do IHS CGT, dos arquivos confederais e da Fototeca.

Além disso, a Universidade de Estrasburgo, que organizava em outubro de 2010 um colóquio intitulado “Apreensões, roubos de arquivos e de biblioteca e lógicas de restituições no século XX,”<sup>27</sup> solicitou ao IHS CGT que fizesse uma exposição numa mesa redonda sobre a problemática dos arquivos da CGT roubados pela ocupação alemã durante a Segunda Guerra Mundial. Como o público era majoritariamente constituído de arquivistas de instituições públicas, a apresentação da especificidade dos arquivos da CGT despertou muito interesse, pois éramos os únicos produtores de arquivos privados a fazer uma exposição sobre o tratamento e a valorização dos arquivos privados roubados. As atas do colóquio foram posteriormente tema de uma publicação.

Enfim, outra forma de valorização dos arquivos confederais é a organização, todos os anos, de visitas ao IHS CGT para estudantes e seus professores que as solicitarem.

Este serviço de arquivos, que em breve completará trinta anos, continua seus esforços de profissionalização. Desde sua criação em 1982, qua-

---

25 Archives africaines des syndicats et des partis français», 8 octobre 2010, Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, Paris.

26 <http://histoire-sociale.univ-paris1.fr/spip.php?rubrique59>

27 “Saisies, spoliations d’archives et de bibliothèques et logiques de restitution au XX<sup>e</sup> siècle”, colóquio organizado pela Universidade de Estrasburgo, pela equipe de pesquisa em história, FARE, Faculté des sciences historiques, l’Institut d’histoire moderne et contemporaine et l’IRICE, em 22-23 de outubro de 2010.

tro arquivistas se sucederam: Françoise Bosman, hoje diretora do ANMT (Arquivos Nacionais do Mundo do Trabalho, em Roubaix), Henri Sinno, militante infelizmente já falecido, Marie-Pierre Cordier, arquivista profissional, hoje nos Arquivos Nacionais, e depois Aurélie Mazet. Há três anos, esta arquivista diplomada, responsável pelos arquivos confederais, exerce também as funções de curadora, de diretora da sala de leitura e de guardiã do patrimônio, administrando todas as etapas da cadeia arquivística.

**OS ARQUIVOS CONFEDERAIS, FONTES PRECIOSAS PARA ESCREVER A HISTÓRIA SINDICAL NA FRANÇA. O CASO DOS ARQUIVOS DA CGT SEQUESTRADOS EM 1940.**

As fontes do sindicalismo são particularmente frágeis. A reativação tardia, na história da CGT, de um serviço de arquivos tem suas consequências. Submetidos às incertezas da atividade militante, às cisões, ao período de clandestinidade, às mudanças, à negligência ou à confusão entre documentos confederais e arquivos pessoais, os arquivos confederais sofreram perdas e destruições irreparáveis.

No entanto, são fontes preciosas para se escrever a história social, econômica e política da França desde o final do século XIX, como mostra, por exemplo, a pesquisa dos arquivos da CGT roubados durante a Segunda Guerra Mundial.

De fato, como muitas outras instituições públicas e privadas vigiadas, a sede da CGT situada no n° 211-213 da Rua Lafayette, no 10° distrito de Paris, foi por diversas vezes vasculhada pela ocupação alemã. Até 1940, a entidade centralizava os arquivos da Confederação e de treze das suas Federações. A biografia<sup>28</sup> de Henri Vieilledent detalha: “*Em agosto de 1940, desmobilizado, ele se dirige à sede da CGT, na Rua Lafayette 211; o imóvel estava vazio (...) dezessete buscas já haviam sido efetuadas, mas como pôde constatar Henri Vieilledent, o ‘cache’ dos arquivos não havia sido visitado*”. Após a derrota francesa em junho de 1940, os arquivos confiscados são enviados por trem à Alemanha. Descobertos pelo Exército Vermelho em Berlim em 1945, eles são considerados como despojos de guerra da URSS, depois enviados às autoridades soviéticas em Moscou, classificados, inventariados e colocados em sigilo sob os cuidados da KGB, como “arquivos especiais”, durante meio século.

Devolvidos à CGT pelo ministério das Relações Exteriores francês no início dos anos 2000, estes arquivos chamados “do sequestro de 1940” estão sendo analisados. Das 600 caixas devolvidas, apenas 270 caixas foram examinadas, são publicáveis e foram divulgadas. O exame exigirá consequentemente

---

28 *Dictionnaire biographique du mouvement ouvrier français*, publicado por Jean Maitron, tomo 43, 1914-1939, p. 202-203

um trabalho de reclassificação segundo as normas ISAD-G. Este acervo é extremamente importante, por um lado para o conhecimento da história da CGT, mas também, por outro, para o conhecimento arquivístico francês, enquanto um patrimônio nacional roubado e posteriormente restituído.

Retratando as múltiplas etapas da CGT até 1940, a análise destes arquivos permite aprofundar o conhecimento sobre um período tumultuado da história do sindicalismo francês, como mostra a tese de Morgan Poggioli *A CGT da Frente Popular a Vichy. Da reunificação à dissolução / 1934-1940*, editada em 2007 pelo IHS CGT.

Sua introdução mostra a riqueza de informações resultantes da sua exploração, *“O acervo do IHS CGT, que constitui uma base arquivística inédita e ainda pouco explorada, oferece perspectivas de pesquisa e deveria permitir a abertura ou a continuação de trabalhos históricos. O aparecimento de novas fontes desta importância é raro e suficiente para despertar o interesse dos pesquisadores e fazer avançar a historiografia do movimento sindical francês.”*

## **QUASE 20 ANOS DE COOPERAÇÃO COM OS ARQUIVOS DEPARTAMENTAIS DE SEINE-SAINT-DENIS**

### **O convênio de parceria**

Em 5 de novembro de 1993, o Conselho Geral de Seine-Saint-Denis e o Instituto CGT de História Social firmam um convênio de depósito com objetivo de estabelecer uma cooperação para a proteção, tratamento, preservação e divulgação do patrimônio arquivístico do movimento sindical produzido pelas organizações da CGT. Os Arquivos Departamentais cumprem assim a legislação francesa, que dá aos serviços públicos de arquivos uma missão de proteção dos arquivos privados que apresentem um interesse público do ponto de vista histórico. Em Seine-Saint-Denis, esta missão é particularmente importante para os arquivos do mundo do trabalho, por conta da identidade deste departamento fortemente marcado pela industrialização e pelas lutas do movimento operário e sindical.

### **Os acervos depositados**

Os acervos depositados são preservados nos Arquivos Departamentais de Seine-Saint-Denis, em Bobigny, que garantem seu processamento definitivo. Cada consulta aos arquivos depende de um pedido direto junto à CGT, única a fornecer uma autorização de acesso e de reprodução. Após autorização, a consulta é feita nos locais dos Arquivos Departamentais.

O IHS CGT detém a propriedade exclusiva dos arquivos, constituídos essencialmente de acervos em papel e de arquivos audiovisuais, depositados para conservação em condições ideais e de valorização.

Alguns exemplos entre os acervos depositados, classificados e disponíveis para consulta: a Federação CGT dos Trabalhadores Têxteis (1891-1978), a Federação Nacional CGT da Alimentação (1887-1975), a Federação CGT das Peles e Couro (1889-1989), o acervo de cinema do setor de Comunicação da CGT, do Centro de Formação Sindical, das organizações de Trabalho e Cultura e Turismo e Trabalho, do Sindicato Francês dos Artistas, de 1936 a 1985, mas também registros da rádio livre “Radio Lorraine Cœur d’Acier” (1979-1981), que hoje estão inteiramente digitalizados.

Por fim, o artigo 4º do convênio trata mais particularmente da valorização dos arquivos e da pesquisa histórica. Foram desenvolvidas diversas formas de ação cultural: parceria com universidades, organização de mesas redondas, de jornadas de estudos, de exposições como a “*Acordos, ligações, desacordos*”, sobre cinema e a CGT em 2001, participações em visitas guiadas e projeções de filmes.

## A FOTOTECA DO IHS CGT

### Sobre o desejo de reunir, preservar e divulgar os acervos fotográficos da CGT

Em outubro de 1999, o Instituto CGT de História Social criou sua Fototeca, administrada por Myriam Gonçalves, arquivista profissional. A ambição é de constituir um lugar de preservação e valorização que permita reunir o conjunto das coleções fotográficas da CGT, das suas organizações e das suas publicações.

Pode-se estimar o conjunto do acervo em mais de 600.000 imagens. Trata-se essencialmente de fotografias coloridas e em branco e preto, positivos e negativos, de diapositivos e de slides.

A maioria destas fotografias foi tirada por fotógrafos profissionais de diferentes tipos (contratados, *freelancers* frequentes ou ocasionais). Alguns grandes nomes da fotografia social constam entre eles. Em menor quantidade pode-se encontrar algumas imagens realizadas por fotógrafos amadores.

Estas fotografias provêm dos serviços iconográficos dos jornais da CGT, como a *Antoinette*<sup>29</sup> e o *La Vie Ouvrière*,<sup>30</sup> mas também de arquivos da Confederação e de certas federações como a Metalúrgica. A coleção mais importante conservada é a do *La Vie Ouvrière*, que representa mais da metade do acervo. As fotos retratam personagens muito diversos da história social, econômica e política da França e do mundo no século XX.

Se, por um lado, elas nos permitem ver a história dos sindicatos através das suas imagens e representações, por outro elas vão muito além do âmbito

---

29 *Antoinette*, revista feminina da CGT (1955-1989).

30 *La Vie Ouvrière*, jornal da CGT, atualmente Nouvelle Vie Ouvrière.

da vida sindical. Os arquivos constituem um testemunho único das condições de vida, de trabalho e das lutas do século passado.

O objetivo da Fototeca é de organizar estes arquivos e de conservá-los nas melhores condições para sua perenidade. Notemos aqui a grande fragilidade das fotografias devido à própria natureza dos materiais e dos produtos químicos utilizados para revelar o filme fotográfico. Eles estão sempre em transformação e necessitam de uma manipulação delicada e condições de armazenamento especiais.

Um projeto de digitalização foi iniciado, permitindo vislumbrar a preservação e a perenização das coleções. Este projeto é acompanhado de uma informatização do tratamento documental das fotografias e do estabelecimento de uma base de dados que tornará uma parte destas coleções acessível ao grande público pela Internet de forma mais rápida e dinâmica.

Militantes, pesquisadores, estudantes ou profissionais de imagem e mídia constituem os principais usuários do acervo.

O acervo da Fototeca foi enriquecido com diferentes coleções de objetos de propaganda sindical ou de divulgação, como uma coleção de cartazes produzidos pela CGT e suas organizações, estimado em mais de 900 unidades e uma coleção de adesivos da CGT estimada em mais de 2.000 unidades.

### **A especificidade de um olhar sindical sobre o mundo do trabalho**

Este acervo se distingue por uma originalidade e uma especificidade particulares, de um olhar sindical, quase “cgtista”, sobre o mundo do trabalho.

Evidentemente, as fotografias rompem com as representações dominantes da fotografia empresarial: aqui não são privilegiados os processos de fabricação, o objeto fabricado, a empresa – e muito menos os seus diretores.

Além disso, apesar de a imprensa sindical não ter sido beneficiada, diferentemente do *L'Humanité*, da prática original dos correspondentes operários, inspirada nos “rabcors”<sup>31</sup> soviéticos, a política de aquisição e enriquecimento do acervo da Fototeca, a ligação de diversos sindicalistas às suas organizações, também a alguns dos seus dirigentes, resultaram na doação de diversas fotografias amadoras, reforçando assim a originalidade do acervo sindical.

---

31 Nota do Tradutor: Abreviação francesa do termo russo utilizado para denominar os correspondentes operários e camponeses.

O conjunto destas fotografias não pode ser estudado ignorando-se os meios de publicação e o contexto social e político das demandas.<sup>32</sup> Se o órgão oficial da CGT, *Le Peuple*, optou por uma diagramação clássica que frequentemente privilegia a escolha de uma só foto para ilustrar um tema, o *La Vie Ouvrière*, no entanto, tirou proveito de um amplo espaço dedicado à fotografia e de uma diagramação inovadora que favorecia as fotos. A partir dos anos 1960, o jornal sindical opta por fotografias em destaque e se dedicará durante os anos 1970 ao desenvolvimento do fotojornalismo.

Podemos tomar dois exemplos significativos, mas não únicos. Willy Ronis, apesar de ser o fotógrafo mais engajado de tipo humanista, fará apenas algumas reportagens para o *La Vie Ouvrière*;<sup>33</sup> já Robert Doisneau foi, contudo, um colaborador assíduo da central sindical de diversas formas: reportagens para o *La Vie Ouvrière*,<sup>34</sup> utilização das suas imagens para compor os materiais de propaganda sindical<sup>35</sup> ou retratos dos membros recém-eleitos à Direção da confederação em 1982.

Enfim, a especificidade deste acervo sindical aparece de maneira evidente no que diz respeito à própria atividade da primeira e mais antiga confederação operária. Onde encontrar, além da Fototeca do IHS CGT, as imagens das “marchas dos desempregados”, que mostram as caravanas da CGT percorrendo a França com os trabalhadores vítimas dos planos de demissões durante os sete anos de Valéry Giscard d’Estaing?

O acervo Imigração apenas revela uma parte da sua riqueza por ocasião da exposição dedicada às representações e à história das favelas em Seine-Saint-Denis<sup>36</sup> e depois por ocasião da sua aquisição pelo Cité nationale de l’histoire de l’immigration (CNHI).<sup>37</sup> Sobre a questão das favelas, pode-se também identificar um olhar especificamente *cglista*. Enquanto que

---

32 Para uma análise de tais documentos, a Fototeca pode assim se basear nos acervos de arquivos em papel da CGT e na sua coleção de jornais.

33 Destaquemos, por exemplo, uma magnífica reportagem sobre a leitura no meio operário e suas bibliotecas, feita pelo CE da Renault, de L’île Seguin à Boulogne-Billancourt, no final dos anos 1960.

34 Em 1975, por exemplo, realiza uma reportagem e uma série de retratos de operários em luta na fábrica Grandin de Montreuil.

35 Por exemplo, para editar cartões postais de luta contra o fechamento da gráfica Chaix em Saint-Ouen em 1974.

36 Exposição itinerante “Imagens e representações das favelas em Seine Saint-Denis (1954-1974)” organizada pelo Conselho geral de Seine Saint-Denis em parceria com a organização Périphérie e o IHS CGT em 2007.

37 A CNHI adquiriu para a sua coleção permanente “*Repères*” os direitos de reprodução de diversas fotografias oriundas da Fototeca.

os fotógrafos de renome geralmente privilegiavam o aspecto selvagem destes espaços ocupados, tirando diversas fotos de mulheres e crianças, reunidos em torno de poços d'água, ou das crianças brincando nos lixões e nos terrenos baldios, os fotógrafos enviados pela CGT insistiam sobre a condição de *trabalhadores* dos homens que habitavam as favelas, mostrando-os, por exemplo, saindo cedo de manhã para as fábricas e canteiros de obras. Estes fotógrafos penetravam geralmente nas favelas graças aos contatos estabelecidos nas fábricas. As questões relativas à representação, aos intermediários e às demandas são, portanto, determinantes. Os melhores testemunhos do Maio de 68 de operários foram feitos pelos fotógrafos enviados pelas organizações sindicais, pois apenas estes fotógrafos podiam entrar no interior das usinas ocupadas.<sup>38</sup>

Certamente este acervo tem valor por suas fotos de greves e manifestações, mas ele é também interessante pelas suas séries sobre trabalho e vida das trabalhadoras e trabalhadores. Ele é o herdeiro da tradição marxista da investigação operária e de uma política da imagem, que desde *Regards a La Vie Ouvrière*, permitiram ao mundo do trabalho ter uma representação de si mesmo.

## AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos a Elyane Bressol, presidente do Instituto CGT de História Social, a Myriam Gonçalves, responsável pela Fototeca do Instituto CGT de História Social e a Jérôme Beauvisage, por terem contribuído com a redação deste artigo.

---

38 Notemos aqui as preciosas e únicas reportagens de Gérald Bloncourt nas fábricas da Renault em Boulogne-Billancourt e de Georges Azenstarck nas fábricas da Citroën em Paris-Quai de Javel que fotografaram para o *La Vie Ouvrière* o dia a dia da ocupação durante Maio de 68.



**QUAIS ARQUIVOS SINDICAIS SOBREVIVERAM?**

Na Grã-Bretanha, existem poucos arquivos sindicais preservados, dentre os produzidos antes do ano de 1825. A legislação decorrente das Leis de Combinação (*Combination Acts*) de 1799-1800 colocou os sindicatos na ilegalidade e, embora os trabalhadores continuassem a se reunir e a se organizar, a manutenção dos seus arquivos viu-se prejudicada. Os arquivos podiam ser confiscados, como de fato foram, e usados como provas em juízo. Em 1824, os Atos foram revogados e o dissídio coletivo restaurado, mas a atitude do Estado permaneceu hostil – particularmente em relação às greves – o que incentivou práticas sigilosas e defensivas nos sindicatos, tais como juramentos secretos por parte de trabalhadores filiados.<sup>2</sup> Isso, juntamente com os baixos níveis de alfabetização existentes, impediu uma melhora na preservação dos arquivos até a segunda metade do século. As Leis entre 1871-1876 trouxeram nova segurança jurídica aos sindicatos e um ambiente mais favorável à manutenção sistemática de arquivos e mais liberdade na distribuição de documentação impressa. Os dados de fichas e cadastros sindicais passaram a ser coletados para fins regulatórios e estatísticos a partir de 1871 pelo *Registry of Friendly Societies* (Registro das Sociedades de Amigos), depois pelo *Board of Trade* (Junta Comercial), a partir de 1895, e, posteriormente, pelo Ministério do Trabalho e demais órgãos do governo.

Ao final do século XIX, muitos sindicatos haviam se tornado organizações estabelecidas e seguras, com estruturas nacionais, regionais, locais e por local de trabalho, que contavam com funcionários, em tempo integral, para registrarem em detalhe as particularidades, atividades e decisões de seus filiados. Esses funcionários precisavam ainda documentar acordos coletivos complexos envolvendo, por exemplo, pagamentos progressivos com base na produção individual (*piece rates*), e administrar todo um conjunto de benefícios previdenciários. Todas essas atividades devem ter gerado um número enorme de documentos, dos quais, no entanto, somente uma

---

1 Bibliotecária do Trade Union Congress (TUC), Londres, Inglaterra. Membro da Sociedade para o Estudo da História do Trabalho e integrante do seu Comitê de Arquivos. Revisão ortográfica de Luzia Luffoux.

2 Em 1834, seis trabalhadores rurais da cidade de Tolpuddle, no condado de Dorset, foram condenados a sete anos de desterro e exilados nas colônias penais da Austrália por solicitarem que novos filiados sindicais prestassem juramento. Após enorme protesto popular, eles foram perdoados e autorizados a voltarem à Inglaterra.

pequena parte sobreviveu. Até mesmo os Webbs, quando escreveram sua clássica história dos sindicatos, reclamavam do desaparecimento de papéis (ao mesmo tempo em que enviavam todos os que descobriam aos arquivos da London School of Economics). As razões corriqueiras por eles apresentadas para o desaparecimento dos papéis – “um incêndio, uma mudança para novas instalações ou o falecimento de um velho secretário”<sup>3</sup> – mantiveram-se como as causas mais comuns para a perda de arquivos históricos no decorrer do século XX. A maioria dos arquivos do *Fire Brigades Union* (Sindicato das Brigadas de Incêndio) do período pré-guerra foi destruída durante os bombardeios de Londres nos anos 1940 e, mais tarde, ironicamente, outros documentos pereceriam num incêndio em seu escritório. Quando um sindicato desaparece em função da perda de filiados em épocas de desemprego, ou em decorrência de mudanças tecnológicas, a menos que seu valor histórico seja reconhecido, é inevitável que seus arquivos e demais registros desapareçam com ele. A partir dos anos 1990 acelera-se o processo de fusões entre sindicatos, o que acarreta a destruição de muitos documentos de seus escritórios, jogados fora como lixo. Durante o processo de fusão sindical para constituição do sindicato dos gráficos, o *Graphical Paper and Media Union*, em 1991, os arquivos referentes aos anos 1866 a 1966 dos *London Bookbinders* (Encadernadores de Livros de Londres) foram resgatados por um funcionário e posteriormente levados à TUC Library Collections (Coleções da Biblioteca da TUC). Hoje, há mais consciência da importância histórica desses arquivos, mas ainda há documentos que se perdem pelas mesmas antigas razões e, até o momento, não há nenhuma estratégia visando assegurar a sobrevivência de informações mantidas em formatos eletrônicos.

## O DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO SOBRE A HISTÓRIA DO TRABALHO

O reconhecimento do valor dos arquivos sindicais e a necessidade de preservá-los receberam novo alento com o crescimento do estudo sobre a história do trabalho. A história do trabalho enquanto disciplina acadêmica se desenvolveu na década de 1960. A *Society for the Study of Labour History* – SSLH<sup>4</sup> (Sociedade para o Estudo de História do Trabalho) foi formada em 1960 após a publicação de “*Essays in Labour History*” (Ensaio em História do Trabalho), em memória de G D H Cole, Asa Briggs e John

---

3 Prefácio em “*The history of trade unionism 1666 – 1920*”, de Sidney e Beatrice Webb. Impresso pelos autores em 1919.

4 <http://www.sslh.org.uk>

Saville. O Boletim da SSLH “apresentava algo do caráter do russo *Samizdat*.<sup>5</sup> Ele circulava de maneira quase clandestina entre, dependendo da visão, entusiastas politicamente motivados ou engajados, estudantes de cursos de educação de adultos, e assim por diante, distante dos lugares onde a história oficial era ensinada, estudada e pesquisada.”<sup>6</sup> O surgimento da obra seminal, “*The Making of the English Working Class*.”<sup>7</sup> (A Formação da Classe Trabalhadora Inglesa) faz surgir toda uma nova geração de historiadores do trabalho. A história do trabalho tornou-se uma disciplina aceita em muitas universidades e a pesquisa floresceu num clima político mais favorável. Entretanto, ao final dos anos 1970, era entendimento de muitos estudiosos que a história do trabalho mantivera-se alheia aos acontecimentos políticos. A disciplina era criticada por sua concentração *stricto sensu* em estruturas sindicais históricas, pela sub-representação da mulher, por não abordar os efeitos do colonialismo e do racismo, e porque seu estudo não abrangia todo o espectro da vida cotidiana. Importantes historiadores foram criticados por renunciar à teoria em favor da coleta de fatos acerca de organizações. Os anos 1980 assistiram o surgimento da “história social” como disciplina rival, ao mesmo tempo em que o colapso da União Soviética parecia corroer a credibilidade de qualquer alternativa socialista, além de colocar em xeque uma análise classista do desenvolvimento histórico.

Essas duras críticas, no entanto, não são inteiramente válidas. Importantes histórias do movimento sindical foram publicadas ao longo dos últimos 50 anos. Os historiadores do trabalho aprenderam muito com a historiografia negra e feminista e com a pesquisa contemporânea das relações industriais. Hoje parece bastante improvável que vejamos a publicação de uma nova história que não enfoque desdobramentos de longo prazo dentro da economia e da política ou não contenha uma apreciação da cultura popular. Outro argumento em seu favor é o de que os especialistas em relações industriais e profissionais de gestão de recursos humanos contemporâneos ter-se-iam beneficiado de uma perspectiva histórica.<sup>8</sup> O estudo das relações industriais é cada vez mais a-histórico – em parte por causa da ofensiva ideológica anti-sindical pós-1979, mas também devido às prioridades de órgãos de fomento

---

5 Nota dos organizadores: Os *Samiztads* eram autopublicações utilizadas por muitos autores russos para distribuírem, clandestinamente, textos proibidos pelo regime stalinista na antiga União Soviética.

6 Editorial, *Labour History Review*, Spring 1996

7 “*The Making of the English Working Class*”, de E.P. Thompson. Gollancz, 1963.

8 Vide o editorial *Historical Studies in Industrial Relations* 1 (março 1996) pp1-10.

de pesquisa acadêmica tais como o *Economic and Social Research Council* (Conselho de Política Econômica e Social). Há uma divisão acadêmica em relação ao estudo do ‘trabalho’, em que o ensino de relações industriais hoje é alocado espacial e curricularmente nos cursos de administração e gestão – e não nos de ciências sociais – com uma concentração na identificação e resolução do “problema do trabalho”.

Além do SSLH, com suas conferências regulares e seu periódico, o *Labour History Review* (Revisão da História do Trabalho), outros importantes recursos para o registro dos debates e da pesquisa atual em história do trabalho são a oficina *History Workshop Movement*<sup>9</sup> e o periódico *Historical Studies in Industrial Relations*. Há ainda as sociedades de história do trabalho escocesa, irlandesa e galesa e sociedades regionais tais como a *North East Labour History Society*.<sup>10</sup>

### QUAIS DOCUMENTOS NECESSITAM SER GUARDADOS?

O Comitê de Arquivos e Recursos da SSLH vem publicando orientações aos sindicatos quanto aos documentos que devem ser mantidos, seja para atender suas próprias necessidades, seja por sua importância para a pesquisa histórica, documentos esses que incluem:

- Atas de conferências, comitês, grupos de trabalho;
- Relatórios ou outros documentos que acompanhem as atas e sejam necessários ao seu entendimento;
- Balanços auditados, inclusive contas impressas;
- Registros de análises de receitas e despesas;
- Correspondência ou arquivos relativos a tópicos relevantes, tais como políticas adotadas, relações com outras entidades ou matérias polêmicas;
- Publicações do próprio sindicato, inclusive relatórios impressos, periódicos, regulamentos, folhetos e boletins impressos, documentos eleitorais e tabelas de preços;<sup>11</sup>
- Publicações efêmeras ou escassas de outras entidades;
- Subgrupos separados, tais como documentos de ex-filiados, dirigentes, organizações afiliadas e de outros órgãos já extintos.
- Fotografias, *banners*, crachás e demais *memorabilia*.

---

9 <http://www.historyworkshop.org.uk>

10 <http://www.nelh.net/index.php>

11 Nota do tradutor: muito provavelmente deve estar se referindo ao preço da mão de obra ou tabela de salários.

Recomenda-se que os sindicatos mantenham somente um número limitado de cópias de certos registros, a exemplo de:

- Registros volumosos de transações financeiras de menor importância;
- Correspondência rotineira que trate, por exemplo, de gestão dos filiados ou preparativos de reuniões de rotina.

No entanto, recomenda-se sempre aos sindicatos que, caso haja poucos documentos antigos de uma dada organização, estes devem ser todos guardados, mesmo que pareçam ser triviais.

### **INSTITUIÇÕES QUE PRESERVAM ARQUIVOS SINDICAIS**

Há vários guias úteis sobre a preservação de arquivos sindicais na Grã-Bretanha.<sup>12</sup> Os **Arquivos Nacionais** são os arquivos oficiais do governo do Reino Unido. Seu acervo inclui não apenas os arquivos de órgãos governamentais importantes, como do Ministério do Trabalho<sup>13</sup>, mas também arquivos relativos a setores importantes da economia e que num dado momento foram de propriedade pública, por exemplo a mineração de carvão<sup>14</sup> e estradas de ferro<sup>15</sup>. Seu guia online de recursos de história do trabalho também inclui outros arquivos no Reino Unido, bem como traz informações sobre outros links e materiais de referência úteis.<sup>16</sup>

Há inúmeras instituições acadêmicas e outras entidades ativamente envolvidas na preservação de arquivos sindicais.<sup>17</sup>

- Bishopsgate Institute (Londres)
- Glasgow Caledonian University
- Hull University Archives
- London School of Economics
- Modern Records Centre, University of Warwick (Coventry)
- National Library of Scotland (Edinburgh)
- National Library of Wales, Welsh Political Archive (Aberystwyth)
- People's History Museum (Manchester)
- TUC Library Collections, London Metropolitan University
- University of Wales (Swansea)
- Working Class Movement Library (Salford)

---

12 Vide Leitura Complementar ao final do trabalho.

13 <http://www.nationalarchives.gov.uk/records/research-guides/ministry-of-labour.htm>

14 <http://www.nationalarchives.gov.uk/records/research-guides/coal-mining.htm>

15 <http://www.nationalarchives.gov.uk/records/research-guides/railway-overview.htm>

16 <http://www.nationalarchives.gov.uk/records/research-guides/labour.htm>

17 Para detalhes sobre contatos, vide *Sources for Labour history in England, Scotland and Wales* at [http://www.sshl.org.uk/index.php?option=com\\_content&view=article&id=19&Itemid=33](http://www.sshl.org.uk/index.php?option=com_content&view=article&id=19&Itemid=33)

O Centro de Arquivos Modernos (*Modern Records Centre*), sediado na Biblioteca da Universidade de Warwick, possui o maior arquivo sindical, inclusive documentos do TUC de 1920-1991.<sup>18</sup>

Todas essas instituições, bem como as bibliotecas e arquivos do movimento sindical, como o *National Cooperative Archive*, *Labour History Archive and Study Centre*, as Coleções Especiais da Universidade Metropolitana de Londres, a Biblioteca do Memorial de Marx, os Arquivos da Universidade Huddersfield e a Biblioteca da Mulher, reúnem-se no Comitê de Arquivos e Recursos da SSLH. O Comitê provê uma importante rede para que os arquivos, bibliotecas e museus que trabalham na área especializada de história do trabalho possam compartilhar experiências e informações, além de lançar projetos próprios visando estimular o interesse no assunto. O Comitê publicou as diretrizes "*Keeping your records: a guide to the location and preservation of archives*", para sindicatos, cooperativas e o Partido Trabalhista, sobre como cuidar dos próprios arquivos e onde depositá-los para salvaguardá-los. O Comitê publicou ainda as diretrizes "*Where do you stand? The landscape of labour history*" sobre como identificar e conservar edifícios e locais ligados à história do movimento sindical.<sup>19</sup>

Muitos arquivos e bibliotecas britânicos de história do trabalho também são membros da Associação Internacional de Instituições de História do Trabalho.<sup>20</sup>

#### **ENCONTRANDO OS ARQUIVOS DE UM SINDICATO OU ORGANIZAÇÃO EM PARTICULAR**

No *National Register of Archives* (Registro Nacional de Arquivos),<sup>21</sup> disponível na página dos Arquivos Nacionais na Internet, é possível localizar nomes de organizações e indivíduos. Nessa mesma página pode-se ainda buscar nomes ou assuntos específicos nos arquivos e coleções por meio do formulário de busca disponível no menu 'Acesso a Arquivos'<sup>22</sup> ou ainda pelo 'Hub de Arquivos'.<sup>23</sup>

#### **A TUC LIBRARY COLLECTIONS**

A Trades Union Congress [TUC] Library Collections constitui umas das mais importantes fontes de pesquisa sobre os mais diversos aspectos do

---

18 <http://www2.warwick.ac.uk/services/library/mrc>

19 Cópias das diretrizes podem ser obtidas em: [http://www.sslh.org.uk/index.php?option=com\\_content&view=article&id=19&Itemid=33](http://www.sslh.org.uk/index.php?option=com_content&view=article&id=19&Itemid=33)

20 <http://www.ialhi.org/index.php>

21 <http://www.nationalarchives.gov.uk/nra/default.asp>

22 <http://www.nationalarchives.gov.uk/a2a/>

23 <http://archiveshub.ac.uk/>

sindicalismo, suas ações ao longo da existência, bem como das ações das pessoas no mundo do trabalho. Por ocasião de seu estabelecimento em 1922, a TUC Library Collections incorporou documentos do Comitê Parlamentar do TUC, do Escritório de Informações do Partido Trabalhista e da Liga Sindical das Mulheres. A TUC Library Collections documenta a rica história da Trades Union Congress (TUC) desde sua fundação em 1868. A TUC participou da criação do estado de bem-estar social e dos serviços públicos de saúde, educação e assistência social. A TUC contribuiu ainda para garantir os direitos legais no emprego e para eliminar a discriminação. O Partido Trabalhista foi fundado pela TUC para que os trabalhadores e trabalhadoras pudessem ter seus próprios representantes no Parlamento. A TUC tem tido importante papel nos assuntos internacionais, e representantes sindicais têm ocupado importantes cargos em órgãos públicos e grupos de assessoria governamental em nível nacional e internacional.

Embora originalmente a TUC Library Collections tenha sido organizada para uso da TUC e de seus sindicatos afiliados, sua especialização a tornou um centro crucial para a pesquisa em ciências sociais. Em 1996, a biblioteca foi transferida da *Congress House*, o edifício-sede da TUC, para sua nova casa na Universidade Metropolitana de Londres, no distrito de North London. Juntamente com a Biblioteca das Mulheres, a TUC Library Collections agora faz parte das Coleções Especiais da Universidade.

A documentação contém livros, panfletos, periódicos e outros materiais produzidos desde 1860 até os dias atuais. Além das publicações e arquivos sindicais, ela inclui outros materiais oficiais originários das várias campanhas e políticas públicas em que a TUC se envolveu. A maior parte do acervo diz respeito ao Reino Unido, mas há documentos sobre outros países, especialmente da Europa, dos Estados Unidos, e da Comunidade Britânica. A TUC detém a propriedade do acervo, que está depositada em empréstimo permanente. A TUC continua a depositar material regularmente, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento de uma ativa política de coleta entre as atuais publicações sindicais e demais publicações relevantes assegura a continuidade da TUC Library Collections enquanto recurso dinâmico tanto para temas de pesquisa histórica quanto para estudos contemporâneos. Em 2011, o acervo ocupa um quilômetro de estantes.

Entre as principais publicações e áreas temáticas do acervo incluem-se:

- Publicações da TUC – coleções completas a partir de 1869;
- Publicações de sindicatos – do Reino Unido e do exterior;
- Publicações do Partido Trabalhista – além de coleções de panfletos do Partido Comunista e de outros grupos políticos e campanhas;
- Relações industriais – documentos sobre condições de trabalho, o desenvolvimento da legislação laboral e do dissídio coletivo, democracia

industrial e greves (dossiês sobre as principais greves, tais como a Greve Geral de 1926 e a Greve dos Mineiros de 1984-85), história do trabalho, por exemplo, o crescimento dos sindicatos a partir de 1870, a reconstrução econômica pós-1945, e a formulação de políticas públicas nas áreas de transporte, saúde e educação;

- Assuntos Internacionais – importantes documentos primários sobre países e eventos particulares, por exemplo, a Revolução Russa, a ascensão do fascismo na Alemanha, a Guerra Civil Espanhola;
- Informação biográfica de figuras notáveis da história do sindicalismo;
- A mulher trabalhadora – organização sindical e condições de trabalho desde a década de 1870 até os dias atuais;
- Questões relativas ao mercado de trabalho, inclusive material histórico e contemporâneo sobre desemprego e políticas de formação;
- Educação de adultos e trabalhadores.

Encontra-se ainda disponível em nosso site uma ampla gama de recursos por assunto.<sup>24</sup>

Posteriormente à sua mudança para a Universidade, a TUC Library Collections assumiu um novo papel e a incorporação no acervo passou a considerar uma gama de usuários diferentes, com uma maior ênfase em pesquisa histórica. Entre outros vários e importantes acervos incorporados destacam-se:

- Biblioteca e Arquivo da Associação para Educação dos Trabalhadores – Esta documentação incluem séries documentais da época de fundação da WEA (Worker's Educational Association) em 1903 (a exemplo de atas do comitê executivo e demais comitês, relatórios anuais, relatórios distritais e periódicos). O Arquivo é importante para qualquer estudo relacionado à educação de adultos e à educação continuada no século XX.
- Coleção Marjorie Nicholson – Marjorie Nicholson trabalhou na Secretaria Internacional do TUC entre 1955 e 1972, e foi autora da obra *"The TUC overseas: the roots of policy"* (Allen & Unwin, 1986). Sua documentação compreende material impresso, recortes de jornais e revistas, documentos internos da TUC, correspondência e outros materiais manuscritos, além de inúmeros livros e panfletos.
- Coleção Gertrude Tuckwell – compreende o período 1890 – 1921, época em que esteve na Liga Sindical das Mulheres. Inclui tanto material impresso (em especial recortes de jornais e revistas, panfletos, e relatórios) como

---

24 <http://www.londonmet.ac.uk/services/sas/library-services/tuc/geninfo.cfm#holdings>



material manuscrito (correspondência e anotações pessoais). Os assuntos cobrem toda uma gama de questões relacionadas aos direitos políticos e laborais da mulher, campanhas contra condições abusivas de trabalho, organização sindical, saúde e segurança, campanhas pró-sufrágio e questões relativas à mulher durante a Primeira Guerra Mundial.

- Arquivo da Labour Research Department Archive, contendo livros de atas, documentos e publicações relativas às atividades de pesquisa desde a sua fundação, em 1912, pela Fabian Society. Inicialmente liderada por figuras como Beatrice e Sidney Webb e George Bernard Shaw, a organização, posteriormente, vinculou-se a várias organizações de base sindical. O Arquivo inclui uma boa coleção de panfletos e publicações efêmeras.

- Acervos de vídeo e fotografia da TUC.

- Arquivos de recortes de jornais e revistas que abarcam importantes eventos políticos e do movimento sindical entre 1918 e 1970.

A página web TUC Library Collections disponibiliza catálogos dos principais arquivos e coleções, e um link com descritivos das coleções menores.<sup>25</sup>

### **O PROGRAMA DE DIGITALIZAÇÃO DA TUC LIBRARY COLLECTIONS**

Após a transferência para a Universidade Metropolitana de Londres, as prioridades tornaram-se a divulgação e o acesso a essa riqueza de arquivos e coleções. Muitas solicitações de verbas para projetos de conservação e divulgação foram atendidas por destacados órgãos públicos, tais como a Biblioteca Britânica, o Fundo Nacional para a Conservação de Manuscritos e o *Heritage Lottery Fund* (Fundo do Patrimônio da Loteria), assim como por diversos fundos privados.

O avanço seguinte foi o de criar cópias digitais dos principais ‘tesouros’ da TUC Library Collections, com quatro propósitos:

- Prover o acesso a preciosos e frágeis arquivos a pessoas com dificuldades financeiras ou de locomoção para visitar a instituição;
- Democratizar o acesso a arquivos raros ou únicos a pessoas que anteriormente jamais haviam entrado em arquivos ou bibliotecas acadêmicas;
- Criar cópias de preservação e segurança, reduzindo a necessidade de manuseio do acervo;
- Criar uma biblioteca online e de fácil acesso aos documentos para o estudo da história do movimento sindical. Embora muito de sua

---

25 <http://www.londonmet.ac.uk/services/sas/library-services/tuc/geninfo.cfm#archives1>

história tenha permanecido desconhecida e inacessível ao público, os sindicatos sempre tiveram e continuarão tendo um papel decisivo nos acontecimentos políticos e sociais da Grã-Bretanha.

Nossa primeira página na web, *The Union Makes Us Strong: TUC History Online*<sup>26</sup> (O Sindicato nos Torna Mais Fortes: História da TUC Online) apresenta uma história do movimento sindical britânico desde os primórdios da organização sindical no começo do século XIX. Introduzido por uma *Linha do Tempo* de quase 200 anos de história social, ilustrada com fotografias, pôsteres e documentos digitalizados. O site tem ainda inúmeros links temáticos para aprendizagem que compreendem:

- A Greve Geral de 1926.
- O manuscrito do romance *The Ragged Trousered Philanthropists* (Os Filantropos de Calças Rotas, em tradução livre) de Robert Tressell – escrito 100 anos atrás e que tem status de um ícone internacional.
- O Arquivo do Fundo de Greve dos Trabalhadores da Fábrica de Fósforos Bryant & May, de 1888, com detalhes pessoais de todos os 700 grevistas.
- Relatórios Anuais de 1868 a 1968 e dos Congressos da TUC, com mais de 18.000 páginas, que recontam os principais eventos e debates políticos da era moderna;

Sites de história surgidos posteriormente, *The Worker's War: the Home Front Recalled* (A Guerra dos Trabalhadores: a chamada da Pátria)<sup>27</sup> e *Winning Equal Pay: the value of women's work* (Igualdade de Remuneração: o valor do trabalho da mulher)<sup>28</sup>, têm utilizado formatos semelhantes, mas acrescentaram história oral e *streaming* de vídeos a seus recursos. Esses sites permitem acessar a voz e a experiência dos trabalhadores e trabalhadoras – fontes primárias de difícil acesso, comparando-se aos registros dos “grandes vultos”. Os filmes e áudio transcritos, os textos com as legendas de imagens e as narrativas acadêmicas dos três sites estão armazenadas num único banco de dados, que podem ser acessados a partir de uma página de Pesquisa Avançada.<sup>29</sup>

## O USO DE FONTES PRIMÁRIAS DIGITALIZADAS

Juntos, os sites dão acesso a cerca de 25.000 cópias digitais de imagens de fontes primárias, que, de outra maneira, seriam difíceis de serem vistas

---

26 <http://www.unionhistory.info>. Financiada pelo New Opportunities Fund e lançada em 2003.

27 [www.unionhistory.info/workerswar](http://www.unionhistory.info/workerswar) Financiado pelo Big Lottery Fund e lançado em 2006.

28 [www.unionhistory.info/equalpay](http://www.unionhistory.info/equalpay) Financiado pelo Fundo Social Europeu e lançado em 2008.

29 <http://www.unionhistory.info/AdvSearch.php>

e lidas. Atualmente, o site tem uma média de 17.000 visitas por mês. Um riquíssimo acervo de material cultural que está disponível no *desktop* de sindicalistas e estudantes. A reprodução desse vasto material em formato impresso seria absolutamente impraticável, além de o formato digital ser mais flexível e permitir a pesquisa e o acesso a links de forma modular para reutilização em contextos múltiplos, bem como para a criação de novos recursos. Tutoriais no site – tanto para escolas quanto para estudantes do movimento sindical – fornecem orientações de como a pesquisa em fontes primárias ‘agrega valor’ para o estudante, permitindo um relacionamento mais próximo com determinado tópico ou período. Esses tutoriais examinam os potenciais usos de módulos específicos, além de fornecerem orientações gerais sobre, por exemplo:

- Interpretação de fotos e quadrinhos.
- Leitura de documentos para verificar como as percepções acerca de uma dada situação em determinada época nortearam ações posteriores.
- Como fontes pessoais, tais como cartas e diários, revelam as motivações de cada indivíduo.
- Exame de questões relativas ao preconceito.
- Fontes primárias digitalizadas podem ser usadas em programas sindicais de educação e formação para:
  - Ilustrar tópicos específicos;
  - Como material de apoio para a elaboração de livros para os cursos e outros materiais didáticos – o uso de imagens e multimídia pode ser mais atraente para os alunos;
  - Como ferramentas organizacionais;
  - Utilização de links e imagens online num único ambiente virtual de aprendizagem.

Entretanto, fazemos notar que os direitos de propriedade de algumas das imagens desses sites não pertencem a TUC e que quaisquer planos para reformatar/republicar essas imagens devem ser precedidos de consulta e autorização.<sup>30</sup>

Nosso projeto de digitalização mais recente – **Britain at Work 1945–1995** – começou em julho de 2011. Trata-se de uma nova iniciativa para recuperar as memórias de pessoas no trabalho entre 1945 e 1995 – homens e mulheres que ajudaram a reconstruir a economia depois da Segunda Guerra Mundial

---

30 Há uma descrição mais completa desse projeto em *Union history online: digitization projects in the Trades Union Congress Library Collections* / Chris Coates. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. *International labor and working class history*; Vol.76, Fall 2009

(1939-1945) e que contribuíram para uma sociedade em rápida mudança. A vida no trabalho durante o meio século compreendido entre 1945 e 1995 foi marcada por diversidade e mudança extremas. E foi marcada ainda pelo crescimento da organização e influência dos sindicatos até seu ápice em meados dos anos 1970. O movimento sindical injetou uma forte corrente democrática nos locais de trabalho britânicos, corrente essa respondida de diferentes maneiras pela administração. Na última parte desse período, surgiram conflitos significativos entre sindicatos e empregadores, vinculados a problemas decorrentes da mudança tecnológica, da desindustrialização e da nova legislação sindical.

**Britain at Work** constituir-se-á em um projeto para a promoção, recuperação e acesso online de pesquisa em história oral compreendendo o período 1945-1995, enfocando pessoas no trabalho em diferentes setores, com particular ênfase em sindicalistas. Entrevistas e material visual coletados por diversos projetos, bem como históricos e outros recursos para aprendizagem, serão disponibilizados num novo site vinculado ao **The Union Makes Us Strong**.

#### **DESAFIOS PARA O FUTURO**

O futuro trará desafios diferentes para a recuperação e preservação dos arquivos produzidos pelos trabalhadores no Reino Unido. O atual clima econômico trouxe uma nova inflexão na filiação sindical, reduzindo-a a 26,6% de todos os empregados. Os sindicatos, tanto locais quanto de escopo nacional, estão fechando sedes utilizadas há muito tempo, seja em razão de fusões seja devido a enxugamentos causados pela recessão. Arquivos acumulados durante décadas muitas vezes se perdem nesse processo. A mesma situação econômica está limitando o financiamento disponível para os arquivos acadêmicos que servem de repositório para a recuperação, preservação e divulgação dos arquivos sindicais.

Ainda falta lidar com a questão da gestão dos arquivos digitais. Isso diz respeito não somente aos documentos, correspondência em e-mail e outros dados internos inéditos ou parcialmente publicados, mas também a relatórios publicados e outras publicações que se encontram disponíveis apenas nos sites dessas organizações e que é comum desaparecerem quando uma determinada campanha, greve ou evento terminam.

Há também desdobramentos mais auspiciosos. O crescente interesse em história da família no Reino Unido levou a uma maior consciência quanto à importância do valor de documentos antigos. Na TUC Library Collections é comum sermos contatados por famílias de militantes sindicais indagando-nos sobre o que fazer com os papéis tão amiúde encontrados após o falecimento de alguém. Os arquivos não mais se restringem à pesquisa acadêmica. O acesso

aos arquivos foi ‘democratizado’: os Arquivos Nacionais e os Arquivos locais encontram-se hoje cheios de gente comum pesquisando o trabalho e as vidas de seus avôs e avós. A digitalização permitiu que documentos de importância nacional, bem como os registros dos trabalhadores e de seus sindicatos, possam ser examinados gratuitamente e online. Projetos de cooperação em história do trabalho, tais como o Projeto HOPE (*Heritage of People’s Europe – Patrimônio do Povo Europeu*),<sup>31</sup> realizado pela Associação Internacional de Instituições de História do Trabalho, teriam sido impossíveis antes do uso generalizado da digitalização. E talvez levem a uma visão menos insular acerca do desenvolvimento das ideias políticas e a uma maior consciência acerca dos movimentos sindicais de outros países.

Londres – Junho de 2011

#### LEITURA COMPLEMENTAR:

*For an international concerted policy of labour history archives digitisation: IALHI, Paris, 14 de fevereiro de 2009. Associação Internacional das Instituições de História do Trabalho, 2009.* Oficina organizada pela IALHI no Centre d’histoire sociale du XX<sup>e</sup> siècle, em Paris, em 14 de fevereiro de 2009.

*Nineteenth century trade union records: an introduction and select guide*, de Humphrey Southall, David Gilbert e Carol Bryce. Historical Geography Research Group, 1994.

Labour and trade union archives. *Archivum: international review on archives*, vol 27. K.G. Saur, 1980.

*Sources for labour history*, de Simon Fowler. 2<sup>a</sup> ed., Public Record Office, 1995. *PRO Readers Guide* 12.

*Trade union and related records*. 6<sup>a</sup> ed. Compilação de John Bennett e Alistair Tough; Edição de Richard Storey. University of Warwick Library, 1991.

Trade unions and their records, de A. Tough. *Archives*, 83, abril de 1990.

*Union history online: digitization projects in the Trades Union Congress Library Collection*, Chris Coates. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. *International labor and working class history*; vol. 76, Fall 2009.

*Warwick guide to British labour periodicals 1790-1970*, de R. Harrison et al. Harvester Press, 1977.

---

31 <http://www.peoplesheritage.eu>

O interesse pela memória se tornou algo recorrente nas últimas décadas. Tal prioridade acabou por suscitar um olhar mais cuidadoso para a questão dos arquivos. Em ambos os casos, o mundo do trabalho não deixou de ser um campo fértil às pesquisas e demais reflexões. Afinal, memória de que? Memória de quem? Ou mesmo, para que? São alguns dos questionamentos que há pouco mais de três décadas vêm sendo comumente postas à mesa quando o assunto ronda um elemento que ainda nos é caro: os arquivos sindicais.

Se o mundo do trabalho mudou drasticamente nas últimas décadas, é bem justo que tenham se modificado também as formas de compreendê-lo e investigá-lo. Não apenas no Brasil, mas num contexto global, as gerações de trabalhadores se tornaram diferentes em aspectos importantes assim como suas instituições representativas. Ao lograrem o desenvolvimento de novas estratégias de luta e resistência aos desafios advindos da escalada mundial neoliberal, os trabalhadores, militantes e sindicalistas precisaram reavaliar sua própria identidade. Para os sindicatos, foi necessário investir cada vez mais em políticas de comunicação, além de ações destinadas a atingir não somente os homens e mulheres do chão de fábrica. O papel da informação e, em sentido estreito, da memória se tornou um capital cultural rico a ser utilizado e mantido em prol de reconhecimento, não somente frente à classe trabalhadora como à sociedade civil organizada. E nesse sentido o arquivo desempenha uma função primordial.

O uso político do passado atende às necessidades daquele(s) que o gerencia(m), da mesma maneira que pode disputar espaço no discurso histórico dominante. Ou seja, o que passa a ser conservado, salvo e legitimado, enquanto memória, se torna parte de um capital cada vez mais importante no campo representativo do político e do social. Ligada à classe, aos militantes e demais atores vinculados às instituições de que fazem parte, a memória parece estar se tornando a cada dia mais indispensável à política de identidade sindical.

De fato, é notório que as discussões sobre as formas de estabelecer o conhecimento sobre o passado e veiculá-lo se aproximaram muito mais do centro dos debates sindicais. De maneira que a afirmação de Todorov se encontra aqui fielmente confirmada: “a lembrança do passado é necessária para afirmar sua identidade” (TODOROV, 2000, p.180).

---

1 Professor Adjunto do Mestrado em História Social da Universidade Severino Sombra (USS) e professor do Instituto de Humanidades da Universidade Cândido Mendes (UCAM).

Nesse mesmo sentido, me parece correto que, ao empreender uma política de arquivos no meio sindical, isso signifique, portanto, responder às dúvidas e descrenças quanto ao futuro da classe trabalhadora e do papel do sindicato no tempo presente. Para Lavabre, o:

[...] fenômeno memorial é, como tal, um desafio, por vezes uma reivindicação; um recurso, notadamente político. Dos quatro cantos do mundo, em especial, nas situações de fortes rupturas ou de fortes mutações políticas e sociais (LAVABRE, 2007: 140).<sup>2</sup>

Se tivermos em mente o passado brasileiro de políticas autoritárias (com Vargas de 1937 a 1945, e durante o regime militar de 1964 a 1985), é possível compreendermos como que durante considerável tempo a memória sindical esteve à margem da própria memória e história do mundo do trabalho no Brasil. Um país marcado por duras políticas econômicas, bem como por uma política interna de exclusão e autoritarismo, na qual a participação crítica das organizações sindicais junto aos programas do Estado era interpretada, por este último, como sendo inaceitável.

Foram diversos os períodos de repressão aos movimentos sindicais não “enquadrados” pelo Estado e que, portanto, representavam uma ameaça. Sindicatos fechados e militantes cassados ou presos fazem parte desta memória, que também foi alijada pela destruição de documentos, arquivos, jornais e demais espécies de produção política e cultural sindicalista. Fotos, atas de reuniões, livros de registros, cartas, ofícios do sindicato, registros econômicos entre outros; nos quais parte de um passado de lutas mantinha-se gravado. E que, nos tempos da repressão, através da destruição e do silêncio, eram também apagados por alguns militantes com o intuito de não constituírem prova contra os seus.

Esses sindicatos estiveram, portanto, num silêncio coagido pela intimidação e censura impostas pelo regime militar. De fato, ao se falar dos momentos de perseguição da classe trabalhadora, de seus sindicatos e militantes engajados contra os governos autoritários, se torna claro o terreno ainda lacunar referente à reconstrução da história desses atores sociais.

A convergência de esforços para se montar um acervo sindical, em muitos casos, dependeu da generosidade de seus militantes mais antigos, ao doarem documentos ou mesmo cederem depoimentos acerca da época. Ainda assim, tais esforços estão longe de suprir tal vaga a que me referi há pouco.

---

2 Tradução livre do autor: “[...] *phénomène mémoriel est, en tant que tel, un enjeu, une revendication parfois, une ressource, notamment politique, aux quatre coins du monde, en particulier dans les situations de fortes ruptures ou de fortes mutations politiques et sociales.*”

No caso do Brasil, a falta de referências materiais para alguns acabaria por contribuir para um sentimento de descontinuidade fortemente instalado nas lembranças e identidades coletivas de homens e mulheres que viveram os duros anos da ditadura e da perseguição política. A ausência dessas referências em diversos casos, mas também as rupturas existentes entre gerações políticas distintas no âmago do combate ao regime militar, compõem uma trajetória própria do sindicalismo brasileiro, na qual a busca pela salvaguarda e preservação da memória parece ser cada vez mais uma necessidade vital para o futuro do movimento, pois, ao recorrerem ao passado como meio de criar subsídios simbólicos para suas ações presentes, incentivam a valorização da memória.

Este é o grande esforço que alguns sindicatos brasileiros vêm realizando hoje através do resgate de seu patrimônio documental, que, fragmentado entre instituições diversas ou perdido nas casas de antigos companheiros, constituem uma valiosa herança. Um patrimônio importante, pois, independentemente dos sindicatos aos quais façamos referência, os documentos produzidos e mantidos por esta ou aquela instituição constituem parte de sua história e, portanto, patrimônio vital para preservação da memória e para compreensão de suas experiências históricas.

A concepção e o uso dos arquivos sindicais, portanto, não se restringiriam apenas à forma de uma espécie de “relicário”; onde informações sobre as atividades e vidas ligadas às respectivas instituições representativas dos trabalhadores estariam ali guardadas e protegidas. Ela poderia atuar, igualmente, enquanto meio de produção do conhecimento, engendrando a própria imagem sindical, em constante revisão e confrontação nos dias atuais, devido às próprias intempéries internas e externas do mundo contemporâneo.

Estes dois pontos constituem formas de “usos políticos do passado” (HARTOG e REVEL, 2001). Duas maneiras que, para além de uma memória dita coletiva, possibilitam a propagação de uma memória transgeracional (POMIAN, 2000).

Notadamente, durante os debates atuais (onde se destacam as comunicações realizadas ao curso do seminário<sup>3</sup> do qual este artigo faz parte), tem sido possível compreender o quanto uma política orgânica de arquivos pode desempenhar um papel importante no contexto histórico atual: o de “dar sentido” ao processo de desenvolvimento político das instituições (CERUTTI; FAYET; PORRET; 2006: 14) e de seus integrantes ao longo da duração. Não obstante, em diferentes países os

---

3 Referente à mesa redonda “Arquivos sindicais: as experiências internacionais”; ocorrida durante o 2º Seminário Internacional Mundo do Trabalho e seus Arquivos, ocorrido no Arquivo Nacional (Rio de Janeiro, Brasil) entre os dias 30, 31 de março e 1º de abril de 2011.



acervos existentes nos sindicatos, centrais e confederações compõem um vasto e importante registro de atuações dos seus movimentos sociais.

Neste sentido, o fenômeno da “cultura da memória” (HUYSSSEN, 2000), iniciado na segunda metade do século XX, transversaliza diferentes espaços. Ao se instalar no mundo do trabalho, através da mobilização de trabalhadores e de suas instituições representativas, o desejo de memória se mostrou como algo indissociável do próprio processo de questionamento e crise da identidade vivida pela classe trabalhadora recente; que ora mais cedo ora mais tarde havia passado pelo mesmo fenômeno de mudanças ocorridas no capitalismo mundial.

O mundo do trabalho na França ou no Brasil, entre tantos outros países, passou pelas mesmas crises. Logicamente, as formas como se deram e como foram combatidas obedecem às singularidades de suas experiências históricas. Mas ainda assim, o desafio da reestruturação produtiva, da flexibilização do trabalho e da crise sindical atrelada à baixa adesão e à crise de identidade da classe trabalhadora foram presentes em ambos os países.

Logicamente, as respostas a isso se dariam de maneiras adequadas às realidades de cada local, respeitando culturas e políticas existentes. Portanto, no tocante à memória, creio ser correto afirmar que a corrida aos arquivos, quando não a pressa em construí-los, obedece a uma necessidade cada vez maior; e que em certa medida explica o tempo em que vivemos: a era da informação. E, nesse sentido, seria igualmente correto afirmar que a busca pela institucionalização da memória através dos sindicatos e centrais representativas dos trabalhadores representou uma “necessidade de disputa pelo espaço político e social através do exercício e manutenção de sua própria historicidade” (PIMENTA, 2010: 227).

### **EXPERIÊNCIAS CRUZADAS: OLHARES ENTRE BRASIL E FRANÇA**

Podemos identificar em diferentes países, ao longo das últimas décadas, um claro elemento político na valorização da memória. O primeiro fator de interesse que creio ser importante sinalizar é que a memória e o papel do arquivo no espaço sindical francês tomavam forma e prioridade coincidentemente a partir do final dos anos setenta. Um momento de crise em relação ao sindicalismo francês e de criação da Lei Nacional de Arquivos na França, em 1979.<sup>4</sup> Onde sua importância para o debate da historiografia

---

4 A lei de arquivos de 1979, *loi du 3 janvier 1979 (n° 79-18)*, foi consolidada com o intuito de reconhecer o valor histórico dos arquivos de propriedade privada juntamente com os públicos. Possibilitaria oferecer às análises ligadas à história social, cultural, política e econômica, uma importante contribuição em meio ao desenrolar de intensas questões relacionadas às dúvidas e revisões inferidas tanto à própria identidade nacional como às condições da historiografia francesa do pós-guerra.

naquele mesmo período se tornava indelével, pois outorgava aos arquivos privados (anteriormente excetuados da história nacional ou da memória coletiva francesa) um crescente valor histórico e, portanto, de patrimônio.

Ali, a valorização do arquivo tomava seu corpo ao passo que as incertezas quanto ao futuro tornavam-se mais espessas e indecifráveis.

O segundo mostrava que tais atividades acompanhavam um processo de modernização e desenvolvimento de novas estratégias sindicais - algo que anos mais tarde estaria presente na experiência brasileira através de alguns sindicatos ligados à corrente militante do novo sindicalismo. Onde a ideia de uma política de memória e de preservação de arquivos sindicais e militantes se vinculava a um discurso de busca pela salvaguarda da identidade da classe trabalhadora e de sua memória coletiva; convergindo para um processo *institucionalizante* do que seria a memória daquele sindicato, associação ou confederação.

O passado, elemento de valor ascendente num cenário de inúmeras dissoluções e incertezas, passaria a obter especial importância para os que não encontram segurança no futuro. Afinal, entre fins da década de 1970 e os primeiros anos dos 1980, estas instituições sindicais buscavam, apesar de seus inúmeros desafios,<sup>5</sup> não ficar à margem da construção historiográfica vigente.

Para tal, se fazia necessário construir seu próprio conhecimento a partir dos próprios mecanismos políticos, informacionais e intelectuais. Nesse sentido, cabe ressaltar que tanto a Confederação Geral do Trabalho (CGT) como a Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT) possuíam uma clara intenção de se legitimarem frente ao espaço público e político através de suas trajetórias históricas e militantes.

Este é o caso, por exemplo, da Confederação Geral do Trabalho (CGT) que já entre os anos de 1980 e 1982 buscará em paralelo à sua breve dissonância com o governo Mitterrand, à evasão de quadros militantes importantes de sua organização e, mais tardar, até mesmo à falência ideológica do comunismo, pensar a construção de um departamento de arquivos *confederais* e de um Instituto de História Social com o intuito de construir uma memória atuante enquanto agente legitimador, de militância, e no espaço público da sociedade.

Além da CGT, há também o caso da Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT) que poucos anos após, já em 1985, criava em sua estrutura

---

5 Os diferentes processos vividos nos países centrais, tendo como principais deste eixo os Estados Unidos da América (EUA); o Reino Unido; a Itália e a França, nos quais o enfraquecimento sindical se tornou mais visível, se alargaram ao longo da década de oitenta pelo resto do continente Europeu e, para alguns países periféricos - como é o caso do Brasil - chegariam aos anos noventa com intensa força solapando o movimento sindical daqueles países.

permanente o serviço de arquivos confederais e *interfederais* com objetivos similares. Tais políticas de memória adquiriram maior expressão a partir dos anos oitenta, pois era neste mesmo ato que o câmbio, de orientação política, no tocante à importância e utilidade dos arquivos franceses – fossem eles públicos ou privados – se concatenava com demais mudanças, igualmente profundas.

O interesse crescente pelos arquivos privados corresponde a uma mudança de rumo fundamental na história das práticas historiográficas. Dois fatores, ligados aliás um ao outro, me parecem ser capazes de esclarecer o gosto pelo arquivo privado. O primeiro é o impulso experimentado pela história cultural e, mais particularmente, a multiplicação dos trabalhos sobre os intelectuais. O segundo está vinculado à mudança da escala de observação do social, que levou, sobretudo pela via da micro-história e da antropologia histórica, a um interesse por fontes menos seriais e mais qualitativas (PROCHASSON, 1998: 7).

Assim se delineava um novo cenário de pesquisas no mundo sindical. Permeado por questões ligadas ao debate sobre a identidade nacional e ao patrimônio industrial; e fortalecidas através da valorização do testemunho e da fonte oral, onde os arquivos de propriedade privada (nesses se enquadrariam os sindicais) passariam a oferecer às análises ligadas à história social, cultural, política e econômica uma grande contribuição à paisagem historiográfica da “nova história”.

Neste escopo a instituição sindical passaria não apenas a possuir um papel de destaque devido à natureza privada de seus arquivos, como franquearia um novo leque de ações ligadas ao próprio debate histórico referente à classe trabalhadora e à militância.

Não há dúvida de que, no caso exposto, o interesse pelos arquivos privados, principalmente ligados às trajetórias militantes, possuía um claro valor para a historiografia contemporânea. Todavia, a apropriação do discurso histórico pelas próprias instituições sindicais aponta para alguns fatores de grande importância.

No contexto pragmático, é clara a intenção de controle da informação que circularia no espaço público. O arquivo sindical, militante, *confédéral*, não mais seria apenas um lugar de depósito, morto. Para tal se tornava necessário geri-lo. Programar estratégias, práticas e ferramentas que pudessem assegurar a reprodução das informações, salvaguardando-as, da maneira adequada à imagem pública daquela instituição. Dessa forma, seria correto afirmar que, para além da função de guardiões, estes arquivos em sua atividade atuam como “comunicadores da informação” (BLAI; ENNS, 1989-1990: 56) em seu espaço orgânico, mas também nos demais espaços da sociedade civil.

Ainda assim, tal busca pela participação no processo de construção historiográfica não foi atuação exclusiva dessas confederações e de seus sindicatos. O Estado também desempenhou um importante papel neste processo. De fato, a idealização de um Centro de Arquivos do Mundo do Trabalho (CAMT), em 1983, apontava para um Estado cada vez mais sensível às necessidades de uma política direcionada aos arquivos privados e, sobretudo, à necessidade de evitar o desmembramento de centenas de fundos, coleções e demais materiais.

No caso brasileiro, como já se apresentou brevemente na primeira seção deste capítulo, em muitas oportunidades a preservação da memória dependeu profundamente das ações dos próprios militantes, ao passo que resistiam ao próprio Estado.

Durante o início da década de 1980 a preservação de memória, os registros das mobilizações realizadas e demais documentos de potencial histórico futuro se restringiam à dependência, de uma forma geral, de ações individuais e por vezes altruístas.

[...] surgiu um pouco como *hobby* [...] Não tenho curso acadêmico, mas eu sempre tive essa... Paixão pela Memória. [...] A cada momento que eu ia para uma Assembleia no Sindicato, e não pegavam papel que se distribuía, eu pegava uma pasta! [*risos*] Então isso estava na minha alma, entendeu? Essa coisa da memória... Assim como quando eu era adolescente, que pegava jornal, e recortava aquelas matérias; golpe militar, por exemplo, tinha um monte em casa. Vivia recortando jornal e guardando em casa, amontoando papel... Minha família ficava doida comigo porque eu só guardava papel (BARGAS, 2006: 01 junho).

Dependiam, portanto, menos de uma agenda institucional e política mantenedora dessas necessidades. A experiência do ex-sindicalista não foi diferente daquelas pelas quais muitos outros companheiros passaram, principalmente durante os tempos difíceis do Regime Militar.

Enfim, a repressão, a censura e o silêncio não impediram que os sobreviventes lembrassem o passado, mas colaboraram para que tais registros muitas vezes não se concretizassem. Nesse contexto do regime militar, o futuro era também o tempo da amnésia, onde o uso do esquecimento (YERUSHALMI, 1988) era essencial.

O desafio do arquivo para o meio sindical brasileiro ao longo dos anos de exceção foi, sobretudo, um desafio político, no qual a constatação da falta de “equilíbrio” (BAUSSANT, 2006: 22) pela limitação que sua memória através do controle e perseguição dos órgãos repressores trouxe grandes desafios nas décadas seguintes. Um claro sintoma desse período se apresenta através

do fato de que muito do que se pôde salvar da destruição (documentos, cartas, fotos, depoimentos e demais materiais) acabou sendo acolhido por universidades, arquivos e centros de pesquisa e ensino, onde essas fontes nutririam suas atividades ligadas à história social e oral, além das ciências sociais, férteis no Brasil naquele período.

Dentre muitos arquivos e órgãos do campo acadêmico atuantes hoje no Brasil, destacamos, entre outros, a contribuição do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e do próprio Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), ambos em 1974; além do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), criado em 1987.

Contemporaneamente ao surgimento do AEL, em Campinas, surgiam também em São Paulo diferentes instituições não-acadêmicas voltadas à pesquisa e, principalmente, à formação sindical e popular; valorizando igualmente o cuidado com os registros, a memória de diversos movimentos sociais ligados ao espaço urbano e rural. São eles: o Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV); o Instituto Cajamar (criado em 1986 para apoiar a formação da CUT) e a Oboré,<sup>6</sup> que desempenhou auxílio valioso de gestação de políticas de comunicação no *habitus* dos movimentos sociais e de trabalhadores desde fins dos anos setenta. Estes grupos fizeram parte de uma rede de apoio ao movimento sindical brasileiro daquela década, possibilitando conjuntamente com as iniciativas acadêmicas universitárias o acesso ao conhecimento por parte dos quadros sindicais que buscariam sempre que possível conscientizar a base e fazê-la identificar-se com o movimento.

Tal apoio foi preponderante para os trabalhos futuros. Assim como foi valiosa a ação de militantes que, mesmo fora do Brasil contribuíram para a salvaguarda de uma memória importante do movimento operário brasileiro. A experiência do *Archivio Storico del Movimento Operaio Brasiliano* (ASMOB), criado nos anos setenta e mantido na Itália por iniciativa de exilados brasileiros até 1994,<sup>7</sup> aponta para o fato de que a memória sindical brasileira sempre esteve sob a ameaça de seu desvanecimento.

---

6 Empresa voltada à formação e auxílio a departamentos de imprensa e demais meios e ferramentas de comunicação criadas no âmbito dos movimentos populares, de sindicatos e associações de trabalhadores. Criada em 1978 através de uma cooperativa de jornalistas e demais personagens do meio artístico e militante, atua ainda hoje com ampla inserção nos movimentos sociais e demais sindicatos e outras instituições que compõem o largo e diversificado Mundo do Trabalho.

7 Para mais informações ver: <http://www.cedem.unesp.br/novosite/asmob.htm>

Após a redemocratização, muito se fez em relação à política de arquivo em instituições como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e alguns de seus sindicatos filiados. Ainda assim, ainda há mais o que fazer. Durante os anos noventa eventos realizados com o apoio da própria CUT visavam a formação de uma massa crítica no âmbito sindical.

Eventos como o “Seminário sobre Memória e História Oral”, realizado em novembro de 1992, com a participação de agentes da área acadêmica para debater e discutir textos com os inscritos na intenção de formá-los minimamente para a concepção do valor da história e da memória para a estrutura sindical.

Com o objetivo de apontar subsídios para o Programa Nacional de Memória e Documentação da CUT e debater a importância e viabilidade do trabalho com a História Oral, para resgate e sistematização da memória da CUT. (JORNAL DA CUT – SP, 1992: n° 79).

Em setembro de 1993, outro evento, no qual a instrumentalização teórica e prática dos grupos formados para atuação frente à composição de uma “Política de Memória e Documentação” visava uma criação de arquivos nos espaços militantes. Tornava-se claro certo “desejo arquivístico” através do posicionamento quanto ao valor político que deveria ser outorgado à memória sindical.

Na pauta do último encontro era evidente a intenção mais pragmática quanto aos resultados dali obtidos: estabelecer uma “Política de Memória e Documentação”, com o objetivo de possibilitar que o movimento sindical atuasse como porta-voz de sua própria história. Ou seja, o de viabilizar o acesso à informação pela sociedade, tornando-a pública e desenvolvendo uma rede entre diversos setores empresariais, universitários e sindicais; estimulando militantes, capacitando-os, e contribuindo com o desenvolvimento de pesquisas em áreas acadêmicas ou não.

## **NOVAS TECNOLOGIAS E NOVOS DESAFIOS**

O acesso às informações se tornou o passo a ser exaustivamente trabalhado. E ainda o é, frente aos constantes debates que vêm tomando a cena e às novas tecnologias a serviço de muitos.

Aliado ao trabalho de memória sindical, a expansão de tecnologias e métodos de uso dos meios digitais, o tema “memória” passou a compor um diferente campo de ação dos sindicatos e, nesse sentido, de preservação arquivística: o espaço eletrônico e virtual.

Sabemos que atualmente dispomos de tecnologias e meios eletrônicos capazes de ajudar na luta contra o esquecimento; possibilitando ao homem comum e aos grupos sociais o poder de estocar informações e disseminá-

las com a mesma amplitude e velocidade com as quais as adquiriram. O *ciberespaço* e suas tecnologias dependentes talvez tenham mesmo possibilitado uma expansão da memória em proporções exponenciais. Hoje já é possível apontarmos casos de sindicatos que possuem o *ciberespaço* como uma de suas principais portas de acesso e de saída. E que através delas veiculam grande quantidade de informações a respeito de suas atividades junto à sociedade, caracterizando uma clara expansão da experiência sindical e militante no espaço público e democrático (Cf. PIMENTA, 2010).

Nesse bojo, arquivos históricos podem ser disponibilizados ao grande público. Documentos e materiais digitalizados, que fazem parte de uma memória sindical, se disseminam atendendo também a uma função pública da história.

Função esta que, aliada ao incremento da tecnologia virtual, possibilita que se dissemine essa ideia de “segurança” contra a destruição, o esquecimento, num lugar (não tangível do ponto de vista material como são as prateleiras de arquivos, os livros e caixas de papéis) onde essa memória aparentemente “salva” encontra novos formatos estabelecidos através das imagens e dos *hipertextos*.

Não seria, portanto, a informatização sindical parte do desenvolvimento da própria cultura operária contemporânea, assim como é o processo de informatização global, elemento da cultura mundial hoje? De certo que sim. No entanto cabe perseverarmos todos no debate contínuo sobre tais práticas, que são ainda muito novas e que podem também constituir uma possível memória frágil frente à realidade muito mais complexa.

O problema estaria na possibilidade de reduzirmos a memória a cada *clique* do *mouse*; acreditando numa ferramenta que, assim como a memória mesma, não poderia apreender em seu domínio tudo o que foi vivido pelo homem, sua coletividade ou mesmo suas instituições ao longo da história. Afinal, tal cautela pode servir de aliada contra o que Huyssen (2000) disse ser a “sedução da memória”.

Neste íterim, pode-se perceber que os meios de controle da informação são de fato diversos. E, tendo em mente a questão da memória e os desafios postos quando o campo de pesquisa é o próprio arquivo, as experiências deflagradas durante os anos oitenta, na França e no Brasil, se estendem até hoje enquanto campo importante a ser investigado quando o assunto é mundo do trabalho.

## FONTES

BARGAS, Osvaldo Martines. (2006, 01 junho). **Entrevista concedida a Ricardo Medeiros Pimenta**. O entrevistado é ex-dirigente sindical do ABC, ex-militante da JOC, ex-secretário de relações internacionais da CUT nacional e (na ocasião da entrevista) Chefe de Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego, MTE – Brasília, DF.

JORNAL da CUT SP. “Seminário Debate Memória e História Oral” **Jornal da CUT SP**. out/nov/92 ano II, nº 79. CDeM/SMABC.

## REFERÊNCIAS

BAUSSANT, Michèle. *Du Vrai au Juste: la mémoire, l'histoire et l'oubli*. Laval: PUL, 2006.

BLAIS, Gabrielle; ENNS, David. Intensificando o ‘nobre sonho: programação política nos arquivos canadenses. *ACERVO: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, p. 55-68, v. 4, n. 2, jul./dez. 1989 – v. 5, n.1, jan./jun. 1990.

CERUTTI, Mauro, FAYET, Jean-François, PORRET, Michel. *Penser l'archive*. Lausanne: Éditions Antipodes (coll. “Histoire”), 2006.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HARTOG, François. REVEL, Jacques. *Les usages politiques du passé*. Paris: EHESS, 2001.

HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LAVABRE, Marie-Claire. *Paradigmes de la mémoire. Transcontinentales : sociétés, idéologies, système mondial*. nº 5. *Fondation Maison des Sciences de L'Homme*. Paris: Armand Colin, 2007.

PIMENTA, Ricardo Medeiros. *Memória e legitimidade no mundo sindical: usos políticos do passado no circuito Brasil e França (1970-2010)*. [Tese, Doutorado em Memória Social] Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

POMIAN, Krzysztof, “Memória”, in: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: IN-CM, 2000; vol. 42, pp. 507-516.

PROCHASSON, Christophe. “‘Atenção: Verdade!’ Arquivos Privados e Renovação das Práticas Historiográficas” In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Editora FGV, vol. 11, nº 21, 1998.

TODOROV, Tzvetan. *Mémoire du mal, tentation du bien : enquête sur le siècle*. Paris: Robert Laffont, 2000.

YERUSHALMI, Yosef H. “*Reflexions sur l'oubli*”, In: *Usages de l'oubli (Colloque de Royaumont)*, Paris: Ed. du Seuil, 1988.



Como é sabido, o México experimentou a maior e mais intensa reforma agrária das muitas que têm acontecido na América Latina. Foi um processo que se iniciou em 1915 e terminou oficialmente em 1992, quando o governo do presidente Salinas de Gortari declarou formalmente finalizada a distribuição de terras e pôs fim a um processo que se identificava, pelo menos na retórica oficial, com a própria revolução mexicana. Ao longo desse período foram distribuídos mais de 100 milhões de hectares de terras aos camponeses, correspondentes a quase metade do território nacional e a 2/3 do total das propriedades rurais do país. Como resultado, se formaram 30 mil *ejidos* e comunidades camponesas que incluíram mais de 3 milhões de indivíduos.<sup>2</sup>

A reforma lançada em plena fase da guerra civil durante a revolução de 1910, buscava satisfazer as demandas de terra de centenas de comunidades camponesas que haviam sido despojadas dos seus locais de produção pela expansão da agricultura capitalista das grandes propriedades e por outros fenômenos ligados tanto a movimentos de modernização conservadora no campo, como ao próprio crescimento demográfico das populações camponesas. Essas demandas encontraram a sua formulação política no chamado Plano de Ayala, levantado em 1911 por Emiliano Zapata e respaldado pelas forças armadas do seu Exército de Libertação do Sul, um dos principais grupos de combatentes que convergiram para formar o que tem se convencionalmente denominado “A Revolução Mexicana”. O Plano de Ayala exigia a devolução, às comunidades, das terras que haviam sido incorporadas pelas fazendas, fosse por meio de procedimentos jurídicos, amparados pelas leis liberais das décadas de 1850, que liberavam para o mercado as terras das corporações, entre as quais foram incluídas as terras das comunidades camponesas, fosse pelas simples medidas de força. O substrato ideológico das leis era, desde já, liquidar com os resquícios do antigo regime colonial, as corporações e as agremiações que haviam resistido aos preceitos da legislação republicana e converter a nação num imenso conjunto de indivíduos-cidadãos, por meio dos títulos individuais de terras que antes foram de uso coletivo. Há que advertir, no entanto, que o fenômeno denunciado pelo plano, isto é, a desapropriação das terras camponesas pelas grandes fazendas, não foi o processo generalizado que os primeiros ideólogos pós-revolucionários da

---

1 Centro de Estudios Históricos, El Colégio de México, DF, México.

2 Warman, “A reforma agrária mexicana: uma visão ao longo prazo”, disponível em [www.fao.org/docrep/006/j0415t/j0415t90.htm](http://www.fao.org/docrep/006/j0415t/j0415t90.htm). Consultado em 07.03.2011.

questão agrária e muitos estudiosos de épocas mais recentes quiseram presenciar. Foi, porém, um problema localizado, que em ocasiões pôde ser enfrentado e freado pela força jurídica das comunidades.

O processo de partilha – ou de “devolução” de terras – começou em 1915 com a promulgação da primeira lei agrária por parte do governo provisório de Venustiano Carranza, como uma medida de justiça social e uma estratégia para diminuir e neutralizar os zapatistas. Era uma lei que procurava a ‘restituição’, às comunidades camponesas, das terras que as grandes fazendas haviam incorporado e convertido em próprias, transformando nesse mesmo processo milhares de camponeses em trabalhadores permanentes (semi-assalariados) das grandes propriedades. De certa maneira, a lei significava fazer retroceder o *status quo* da década de 1910 a momentos anteriores à aplicação das Leis de Reforma de meados do século XIX. Não se pode esquecer o magnífico apóstrofe do clássico livro de John Womack, *Zapata y la Revolución mexicana*: “Esta é a história de um grupo de camponeses que, como não queriam mudar, fizeram uma revolução”. Efetivamente, o fato de ‘restituir’ manifestava o intento de devolver ao seu devido curso, a seu curso natural, um processo que fora desviado pelas manipulações que os fazendeiros e seus advogados fizeram das leis de 1856/57, por mais que a lei de 1915 declarasse explicitamente não tratar-se de “Reviver as antigas comunidades”.<sup>3</sup> De qualquer modo, era uma justificativa historicista da revolução, uma das muitas que convergiriam para construir o que veio a denominar-se a ‘ideologia da revolução mexicana’.

No entanto, a modalidade de partilha via ‘restituição’ logo se revelou inadequada para atender à grande demanda de terras por parte das comunidades camponesas sublevadas. Por um lado, muitas das comunidades demandantes não tinham mais os títulos de propriedade originais, necessários para provar o desalojamento e fundamentar a restituição; por outro lado, o slogan central do Plano de Ayala, “A terra para quem nela trabalha”, desenhava um imaginário muito mais amplo que a simples restituição de terras usurpadas. Efetivamente, “a terra para quem nela trabalha” era uma mensagem direta para os ‘peões aprisionados’, os trabalhadores permanentes das grandes propriedades. Tratava-se de reconverter em camponeses os que perderam essa condição, ao se transformarem em peões das fazendas, seja pela desapropriação das terras comunais, seja pela movimentação migratória, ou pela própria explosão demográfica de finais do século XIX, produto eles mesmos da modernização agrária. Ao se detectar o limitado número de pedidos de ‘restituição’, também resultado de uma burocratização

---

3 Lei de Dotações e Restituições de 6 de janeiro de 1915, parágrafo 9°.

excessiva dos trâmites para comprovar o desalojamento e aumentar a pressão dos camponeses para o acesso à terra, formou-se uma ‘via dupla’. Por meio desta, aqueles processos de restituição que não eram finalizados por falta de documentos e que originalmente deviam voltar ao começo, para iniciar então como trâmites de dotação, seguiam automaticamente ao estágio de dotação desde o ponto em que fora declarada a sua improcedência.<sup>4</sup> Este foi o mecanismo central para prover de terra os povos e núcleos de populações que não a possuíam ou que não puderam comprovar a sua posse legal.

A Lei de 1915 constituiu a base de uma gigantesca construção de legislação agrária, que manteve a terra como propriedade da nação e a cessão em usufruto para uma corporação civil, o *ejido*, porém, criou uma imensa burocracia de *ejidos*, de chefes políticos e a crescente corrupção. Tanto a legislação quanto a burocracia que ela engendrou produziram quilômetros e mais quilômetros de papéis que alimentaram processos de petições de terras que, muitas vezes, continham documentos que remontavam o caso aos séculos XVI e XVII. A isso se somaram disposições da Comissão Nacional Agrária que estabeleceram uma série de procedimentos que deviam ser considerados, até chegar à tardia resolução definitiva do processo, assinada pelo próprio presidente da república. Tudo isto, no seu esforço de limitar os inúmeros conflitos surgidos pela modalidade da dotação, que, por meio dos julgamentos sumários dos chefes revolucionários de determinada região, concediam terras de maneira provisória, como medidas de emergência.

Além de papéis e burocratas, corrupção e novas fontes de poder dos caciques políticos, a reforma agrária deu lugar a uma série importante de instituições, – para efeito deste artigo – num dos extremos, estiveram as Comissões Locais Agrárias, filhas legítimas da Comissão Nacional Agrária, e no outro extremo foi criado o Arquivo, pela mesma lei de janeiro de 1915. A Nacional Agrária tinha a incumbência de facilitar os trâmites de restituição, formando um corpo de funcionários encarregados de localizar a documentação original necessária para comprovar a propriedade da terra por parte dos povoados demandantes. Essa tarefa devia ser realizada no Ramo de Terras do Arquivo Geral (e Público) da Nação, fundado nos primeiros anos da República. Assim, o Arquivo Geral da Nação (AGN) converteu-se desde sua instalação no principal depositário da documentação agrária colonial, entre ela um grande número de títulos de propriedade. Desde as primeiras regulamentações, um dos seus objetivos primordiais era “garantir de uma maneira autêntica e perpétua os títulos e documentos relacionados

---

4 Comissão Nacional Agrária, circular núm. 24, de 8 de junho de 1917.

ao sagrado direito à propriedade [...].”<sup>5</sup> A partir da década de 1870, o AGN acrescentou às suas tarefas de depósito da memória do Estado (pois a documentação resguardada era basicamente a produzida pelas dependências governamentais) a prestação de serviço às comunidades agrárias, como era a consulta e reprodução manuscrita de títulos primordiais e outros documentos com valor jurídico demonstrativos de direitos de propriedade. Essas transcrições, resgatadas por emissários das comunidades frequentemente acompanhados por advogados interioranos, serviram, inúmeras vezes, para que povoados ameaçados de desalojamento pelas grandes fazendas levassem seus pleitos aos juizados e detivessem o avanço dos latifundiários sobre suas terras. Isto obrigou o AGN a promover a pronta incorporação de funcionários capacitados para entender línguas indígenas, tanto escritas quanto faladas, e para decifrar a escrita do século XVI, isto é, facilitar a formação de paleógrafos essencialmente autodidatas. E também levou à criação, em 1867, do ramo de *Buscas*, constituído basicamente pelo histórico das solicitações de procura de títulos e demais documentos vinculados à propriedade da terra.

O AGN esteve fechado durante um dos períodos mais agudos da fase armada da revolução de 1910, entre inícios de 1914 e finais de 1915, mas, a partir desta data, a sua importância para as lutas camponesas viu-se elevada ao máximo, pelo início do processo de restituição de terras aos povoados. Efetivamente, sua reabertura foi determinada com o intuito específico de atender aos assuntos relativos à questão agrária, o que mereceu do diretor do Arquivo o seguinte comentário: “Ao Departamento de Terras tem se dado especial preferência, tanto porque nele acode diretamente o público em solicitação de seus documentos, quanto pelo papel importantíssimo que desempenha na resolução do problema agrário.”<sup>6</sup>

As Comissões Locais, criadas, como disse, pela Lei Agrária de 1915, uma para cada entidade da federação, foram encarregadas de receber as petições tanto de restituição de terras para povoados e comunidades que alegavam sua perda, quanto as de dotação para os que não as possuíam. Começaram a funcionar a pleno vapor em 1920 e, a partir desse momento, acumularam uma quantidade enorme de documentos exigidos pela legislação relativa à distribuição agrária. Esses documentos foram empregados basicamente pelos povoados interessados e pelas dependências governamentais, encarregadas de fazer tramitar as demandas de dotação e/ou de ampliação de *ejidos*, ou de

---

5 José María Lafragua, *Reglamento do Arquivo Geral da Nação*. México, Ministérios de Relações Exteriores e Interiores, 1846, cit. em Cayetano Reyes García, *Catálogo do Arquivo de Buscas*, vols. 1-42. México, Arquivo Geral da Nação, 1981, v. 1, p. xi.

6 Arquivo Geral da Nação, *Breve história do Arquivo Geral da Nação*. México, AGN, 1994, p. 21.

encaminhar aos juizados pleitos de inconformidade por decisões de primeira instância relativas à distribuição. Dessa maneira, as iniciativas de busca das comunidades foram constituindo um novo arquivo, porém, desta vez, um arquivo peculiar. Efetivamente, à diferença do Arquivo Geral da Nação, que continha os documentos do Estado e das classes que os dirigiam, o novo arquivo agrário que se formava com o processo de distribuição da terra reunia a história documental da maior classe subalterna do México.

A procura de documentos que comprovassem os direitos dos povoados deu lugar a um processo ‘popular’ de revisão historiográfica e arquivística sem precedentes, que recuperou materiais referentes às mudanças da sociedade agrária mexicana como nunca antes ocorrera. Procuradores, advogados, diversos funcionários das comissões agrárias, representantes das comunidades e muitos outros se lançaram, a partir de finais de 1915, a revirar depósitos documentais, arquivos de cartórios, juizados e tribunais, na busca de qualquer documento que pudesse servir de prova ou contraprova do desalojamento; como pouco tempo depois o fariam os assistentes dos grandes escritórios de advogados encarregados de defender os interesses dos grandes proprietários, cujas terras encontravam-se sob ameaça de desapropriação.<sup>7</sup> Se partirmos da premissa de que todo arquivo reflete situações de classe, é evidente que a revolução mexicana, e sobretudo a revolução agrária, mudou a estrutura e a aparência do arquivo durante os anos vinte, quer dizer, *revolucionou o próprio Arquivo* ao convertê-lo não só no centro de uma investigação massiva realizada pelos povos índio - camponeses, como também, ao dar-lhe cada vez mais a qualidade de depositário da memória e da legitimidade das comunidades camponesas. Isto é, a Revolução revolucionou o Arquivo, para que o Arquivo servisse de fundamento à Revolução (e a arquivasse).

No entanto, a partir da segunda metade da década de 1930, a reforma agrária, ao mesmo tempo em que vivia uma de suas fases mais radicais e violentas, começou a correr paralela aos primeiros passos da industrialização. Simultaneamente, o regime pós-revolucionário deu uma virada radical na sua política para o campo, que desde inícios da década de 1920 estivera baseada em projetos de mudança cultural como instrumentos de integração das massas índio-camponesas à nação – o que gerara, entre outras coisas, um campo muito amplo de investigações sociais sobre a questão agrária. A partir de 1936, no entanto, optou-se pela alternativa corporativa, por meio da incorporação de centenas de pequenas e médias uniões regionais por parte

---

7 Palacios, G. “As restituições da revolução”, em *Estudos camponeses no Arquivo Geral Agrário*, v. 3, México, Ciesas/RAN, 2002, p. 136.

da gigantesca Confederação Nacional Camponesa (CNC), que em 1938 se converteria num dos 'setores' do Partido da Revolução Mexicana, sucessor do Partido Nacional Revolucionário, fundado em 1929, e antecessor do Partido Revolucionário Institucional, o PRI, que surgiria em 1946.

O processo de industrialização, iniciado nos anos após a segunda guerra, atraiu de maneira quase completa a atenção dos acadêmicos e deixou a "questão camponesa" no terreno movediço das lutas corporativistas e da política dos *ejidos*, isto é, nos labirintos burocráticos e nada transparentes da CNC. O interesse pelos problemas agrários decaiu, uma vez que as evidências empíricas, como as teorias de toda ordem, sinalizavam para a industrialização, a urbanização e o surgimento de uma classe operária, como eixos prioritários da ação governamental e da pesquisa social que se gerava a partir delas, e chegou a seu ponto mais baixo em meados da década de 1980, durante a violenta crise econômica naqueles anos. Uma das propostas para minimizar a crise, que logo se converteu num problema estrutural da economia e da sociedade mexicanas, foi a reforma do Artigo constitucional 27, que desde 1917 regulamentava a distribuição agrária. A reforma simplesmente liquidou o processo de distribuição iniciado em 1915 e, uma vez que a medida procurava criar mecanismos de segurança jurídica para os assentados e pequenos proprietários, foram ampliadas as atribuições do Registro Agrário Nacional, o RAN (criado em 1928), que recebeu uma autonomia considerável. As suas principais atribuições eram:

1. Dar assistência técnica aos assentados e comunidades que queriam delimitar as suas terras, bem como para fracionar e transferir o que superasse o limite da pequena propriedade;
2. Manter um registro e controle da posse da terra do *ejido* e comunal;
3. Manter um registro das atas das assembleias dos assentados e comunais que decidam sobre delimitação, destino e designação de terras, emissão de certificados de direitos por parcelas e de uso comum;
4. Inscrever certificados e títulos que amparem direitos sobre terras de uso comum e parcelas, assim como títulos primordiais das comunidades etc.

Em 1995, como parte da ampliação dos encargos do Registro Agrário Nacional criou-se o Arquivo Geral Agrário por iniciativa de um grupo de acadêmicos 'inseridos' no setor agrário do aparelho do Estado, apoiados por centros públicos de pesquisa em ciências sociais.<sup>8</sup> A partir desse ano começou a transferência dos montes de documentos depositados nas diversas

---

8 O principal incentivador da ideia foi Arturo Warman, um prestigioso antropólogo, à época Secretário de Reforma Agrária, respaldado pelo Centro de Investigaciones y Estudios Superiores em Antropología Social, CIESAS. A equipe organizadora do Arquivo foi dirigida pela Dra. Teresa Rojas Rabiela, ex- diretora do CIESAS.

dependências do Setor Agrário, tanto na capital da república como nos estados da federação. O antigo Arquivo Central transferiu mais de 5 milhões de expedientes, e outros milhões foram transferidos desde os arquivos de algumas das maiores Comissões Locais, ainda que muitas delas mantivessem seus acervos nas capitais dos estados. A fundação do Arquivo Geral Agrário (AGA) tinha como objetivo não só a concentração, catalogação e disposição para a consulta desses milhares de documentos, mas, sobretudo estimular a retomada da pesquisa acadêmica em temas agrários, incorporando inclusive aquelas perspectivas que foram substituindo os estudos ‘clássicos’, isto é, os enfoques culturais, ambientais, de identidade, de gênero, análise de discurso, de representações etc. etc.

De fato, como é sabido, a partir da queda do Muro de Berlim e da extinção do bloco soviético e seus socialismos ‘reais’, se instalaram no campo da história e das ciências sociais correntes revisionistas que tendiam a recuperar temas e objetos de pesquisa que foram, de alguma maneira, suprimidos pela hegemonia epistemológica implantada pelo marxismo. O estudo da questão agrária, que já sofrera os embates da industrialização e da urbanização e cuja importância diminuía também pelo papel pouco edificante que os teóricos marxistas atribuíam aos camponeses na revolução e no futuro socialista, caiu em desgraça. O contexto geral também contribuía para o abandono do campo: nesses anos, México deixara de ser um país predominantemente rural e integrou-se ao Tratado de Livre Comércio da América do Norte, era membro da OCDE e o regime vendera com sucesso a ideia de que já éramos parte integrante do Primeiro Mundo.

Assim, a fundação do AGA tentava reverter a decadência da participação do mundo rural na agenda da pesquisa social – em meio, ademais, de uma crise profunda do campo mexicano, devido a uma série de fenômenos que não cabem nesta apresentação, porém podem ser resumidos no minifúndio e no estado paupérrimo do homem do campo, sobretudo o que fora objeto da reforma agrária. E era, ao mesmo tempo, um esforço por manter a questão agrária viva na própria agenda do debate político nacional. Era um arquivo que concentrava a história de um processo completo, que havia chegado ao fim – ainda que permanecessem milhares de litígios ainda sem solução – e que, portanto, oferecia a oportunidade hipotética de realizar pesquisas que buscassem dar uma visão geral da questão agrária no México. E que também oferecessem novos caminhos para enfrentar os diversos problemas da população rural mexicana a partir das perspectivas locais, da análise micro. Isto devido fundamentalmente a que o Arquivo não foi organizado de acordo com critérios de consulta elaborados pela arquivologia moderna (cronológicos, temáticos etc.), senão, de acordo com os padrões estabelecidos

pela própria questão agrária e com requisitos de localização que atendiam aos interesses dos povoados e dos burocratas encarregados dos trâmites da distribuição. Isto significa que a documentação está organizada pelo nome da fonte da qual provém, isto é, *ejidos*, comunidades ou, quando muito, por municípios, o que condiciona e conduz por caminhos específicos a pesquisa. Há, por exemplo, expedientes abertos em 1925 por determinada comunidade, que têm documentos que retrocedem a disputa pela terra ao século XVII e continuam engrossando até 1960, quando chega finalmente a resolução presidencial que liquida o assunto. Ao lado disto, os diversos acervos que convergiram para formar o Arquivo Geral foram manipulados nas suas sedes anteriores, nem sempre obedecendo a critérios comuns. Desta forma, por exemplo, documentos que pareciam ter um valor histórico específico, como mapas, títulos primordiais e, em geral, materiais de origem colonial, foram separados dos seus expedientes e reunidos em uma seção especial.

Finalmente, o Arquivo Geral constituiu-se de 31 Grupos Documentais de base temática: Ampliação de *ejidos*; Mudança de autoridades dos *ejidos*; Certificados de direitos agrários; Circulares do Departamento de Assuntos Agrários; Colônias; Concessão pecuária; Diário Oficial da Federação; Ditames e Acordos do Corpo Consultivo Agrário;<sup>9</sup> Documentos históricos; Dotação e acesso às águas; Dotação de terras; Dotação de *ejidos* de unidades individuais; Desapropriação de bens de *ejidos*; Fusão e divisão de *ejidos*; Inatingibilidade agrícola; Inatingibilidade agropecuária; Inatingibilidade pecuária; Livros de Atas de Sessões do Corpo Consultivo Agrário; Novos centros de população assentada; Nulidade e cancelamento de certificados agrícolas, pecuários e agropecuários; Pagamento de propriedade rural e indenizações; Desmembramento do *ejido*; Permutas de bens dos *ejidos*; Coleção de planos; Privação de direitos de assentados e novas adjudicações; Reconhecimento, titulação e confirmação de bens comunais; Resoluções presidenciais; Restituição de terras; Terrenos da zona de urbanização; Títulos parcelários; Terrenos nacionais. O grupo mais importante, pelo menos em termos de volume, é o de Dotação de Terras, que contém 36.400 expedientes com informações de 1918 até hoje.

Como disse, uns dos propósitos centrais da organização do Arquivo Geral Agrário era propiciar um novo interesse pelo estudo da questão

---

9 Criado em 1934, por ocasião da primeira reforma do Art. 27 constitucional, para examinar os ditames relativos à distribuição agrária emitidos por instâncias inferiores e assessorar o presidente da República no momento da resolução final do caso. Até recentemente, o CCA elaborava ditames sobre as resoluções da Secretaria da Reforma Agrária antes que passassem à assinatura presidencial



agrária e promover e incentivar pesquisas sobre a história do campo mexicano aproveitando os enfoques posteriores à perda de importância do materialismo histórico. Um primeiro conjunto de pesquisas foi iniciado por uma equipe formada simultaneamente no início do inventário e catalogação do Arquivo, a que foram se agregando pesquisadores(as) convidados(as), incluindo defensores de tese de mestrado e doutorado que elaboraram e finalizaram seus trabalhos de graduação usando os materiais do Arquivo. Entre 1998 e 2002, período no qual se manteve a equipe original à frente do Arquivo, foram publicados 17 volumes, dos quais 10 são catálogos e guias de alguns dos fundos mais importantes, 5 correspondem a coleções de estudos realizados no acervo do Arquivo e 2 são reimpressões de obras capitais sobre o camponês mexicano, como o *Catecismo Agrário* de Julio Cuadros Caldas, um intelectual colombiano, que se uniu ao exército zapatista, foi agente confidencial de vários personagens do primeiro escalão dos governos revolucionários durante a década de 1920, dirigente de ligas agrárias, e que acabou sendo expulso do México em 1936 por diversas rivalidades.

O projeto de pesquisas acadêmicas ligadas ao AGA foi finalizado em 2002 com a mudança de prioridades da Secretaria da Reforma Agrária, da qual dependia o Arquivo Geral Agrário, por meio do Registro Agrário Nacional. A partir desse momento, o AGA voltou a ser um instrumento para a resolução jurídica do 'retraso' agrário, isto é, liquidar os milhares de casos que ainda se encontravam em tramitação, no momento da liquidação oficial da Reforma Agrária (1992), e deixou de ser uma fonte privilegiada para estudos da história da condição camponesa no México. De certo modo, houve um retrocesso aos anos anteriores à centralização da informação, pois o Arquivo fora, justamente, uma tentativa de abrir o enorme volume de documentos acumulados pelo processo de distribuição da terra para outras instâncias que não as meramente burocráticas, como havia sido até 1998. No entanto, a difusão atingida pelas obras publicadas na Coleção Agrária, se não foi suficiente para provocar uma avalanche pelos acervos do AGA, pelo menos conseguiu que todo e qualquer pesquisador e/ou estudante de pós-graduação, particularmente de universidades norte-americanas, interessados em questões do campo, comessem a frequentar o arquivo e a servirem, eles próprios, como corrente de transmissão da importância de seus fundos.

A combinação da riqueza do material depositado no AGA e das novas temáticas da historiografia contemporânea deve dar como resultado estudos muito inovadores, que possam abrir, por sua vez, novas linhas de investigação. Não obstante, ao que parece, nada será suficiente para deter a ofensiva dos governos que têm se instalado no México desde o final da década de 1980, e para os quais a pesquisa em humanidades e ciências sociais é custosa,

perigosa e, portanto, de duvidosa utilidade. O Arquivo Geral Agrário tem se reduzido, na sua essência, a uma dependência de trâmites; o Arquivo Geral da Nação clama há décadas por uma nova sede ou pela urgente modernização da atual e pelo aumento e capacitação dos seus funcionários, e um dos novos acervos, dos mais frequentados pelas riquezas que oferece às novas temáticas, o Arquivo da Água, está prestes a ser fechado. Tudo isto no contexto dos ostentosos e inócuos festejos do bicentenário, que, em lugar de valorizar as instituições que custodiam a documentação que mantém parte importante da memória da independência e da revolução, converteram-se numa espécie de disneylândia pseudopatriótica para um manipulado regozijo popular. Ah! E inaugurou-se, isto sim, com grande alarde no Palácio Nacional, sede do Poder Executivo desde a época do reinado, a *Galeria Nacional*, para cultivar a visão da chamada história de bronze, a dos heróis e as suas batalhas, seus canhões e suas intrigas palacianas. A exposição montada para a inauguração foi denominada, com ironia talvez involuntária, *México 200 anos. A Pátria em construção*, como se o México fosse, após dois séculos, uma página web, assim, em construção.

O que há, porém, que conservar e sobre o que me parece ser motivo de reflexão, num universo de questões de primeira importância difíceis de abranger, é a saída do Arquivo para dar passo ao Museu. A apresentação perfeitamente planejada, controlada e dirigida para substituir a pesquisa, também planejada, sim, mas soberana e de resultados imprevisíveis. É claro que arquivo e museu se contrapõem e se relacionam em muitas outras formas, e nem todas viciosas. No entanto, fica aqui a proposta – e a suspeita.

**11 | ENTRE A MEMÓRIA CAMPONESA E A MEMÓRIA OPERÁRIA:  
EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO COM ENTREVISTAS E ARQUIVOS  
EM TERRITÓRIOS COMUNS AOS TRABALHADORES RURAIS E AOS OPERÁRIOS**

**José Sergio Leite Lopes<sup>1</sup>**

A experiência de pesquisa dos antropólogos sociais está relacionada historicamente ao estudo da organização social de grupos contemporâneos através do trabalho de campo com observação direta e entrevistas. Assim, por força da prática profissional, a memória da dominação e da resistência, com as nuances e as ambiguidades da vida real, aparece com força nas entrevistas e histórias de vida de indivíduos e grupos sociais pertencentes ao mundo dos trabalhadores, rurais e urbanos. Este também é o caso de sociólogos que se utilizam de métodos etnográficos e sociográficos, como é o caso de historiadores do tempo presente que lidam com história oral. A preocupação com a organização de arquivos, mais presente entre os historiadores, tem se estendido a outros profissionais das ciências sociais, bem como aos grupos sociais pesquisados, como demonstra o presente seminário.

**O PROJETO MEMÓRIA CAMPONESA E CULTURA POPULAR**

Venho trazer aqui inicialmente o relato da experiência com o projeto intitulado “Memória Camponesa”, envolvendo o Museu Nacional, o Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com apoio de outras instituições, e coordenado pelo Prof. Moacir Palmeira. Este projeto privilegiou em caráter emergencial a manifestação de depoimentos de testemunhas da resistência do campesinato e dos trabalhadores rurais brasileiros, sob a forma presencial em seminários organizados em diversos estados da federação. Tais seminários foram filmados; este registro está sendo organizado e será distribuído para centros universitários e movimentos sociais interessados, bem como confeccionada uma página na internet. A introdução do texto de apresentação do projeto assim se inicia:

“O projeto Memória Camponesa tenta responder a manifestações de militantes sindicais, de outros movimentos e de alguns estudiosos de várias partes do país. A ideia é, como ponto de partida de uma investida maior para resgatar a “memória camponesa” no Brasil e, como uma espécie de teste da sua possibilidade, realizarmos um conjunto de seminários, reunindo

---

1 Professor e pesquisador do Museu Nacional-UFRJ – Rio de Janeiro.

as lideranças de trabalhadores rurais ‘pré-64’ e que atuaram no período de resistência à ditadura militar, para relatarem suas experiências de luta.”

A primeira frase já se refere a uma demanda de memória que se expressa através de membros de movimentos sociais e por estudiosos envolvidos com a história do campesinato e dos trabalhadores rurais. O caráter de urgência desta demanda tem por base o fato demográfico da alta probabilidade de falecimento próximo dos membros das gerações que presenciaram as origens do movimento camponês nos anos entre 1945 e 1964, bem como de testemunhas da resistência à ditadura militar. Em virtude desta demanda coletiva, pensou-se na realização de depoimentos públicos feitos em espaços universitários, sindicais ou de instituições da sociedade civil, segundo as possibilidades da organização dos encontros nos diferentes estados. O desaparecimento progressivo destas gerações de testemunhas diretas se conjuga com uma conjuntura em que se faz necessário reativar a importância da temática diante de um relativo esquecimento na produção acadêmica e na agenda pública. Volto a citar os termos em que o texto de apresentação do projeto coloca o argumento:

“Paradoxalmente, a importância da grande inflexão representada pela presença dos camponeses na história recente do Brasil não tem merecido a atenção devida por parte dos estudiosos. Alguns trabalhos sérios foram feitos, mas ainda estamos longe de uma compreensão mais completa desse processo. Ao lado disso, os registros escritos e iconográficos permanecem dispersos, desorganizados e sem a conservação devida. Mas, sobretudo – e este é o ponto que requer atenção mais urgente, as primeiras gerações engajadas nessas lutas estão em processo de desaparecimento e, com elas, uma parte importante de sua história.”

Após um período de relativa visibilidade pública do movimento sindical de trabalhadores rurais nos anos de mobilização que coincidem com o declínio da ditadura nos últimos anos da década de 70 e durante os anos 80 e, nas duas últimas décadas, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, observa-se este relativo esquecimento acima mencionado. De fato na história brasileira a visibilidade dos trabalhadores do campo foi conquistada com muito esforço.

“Até a segunda metade dos anos 1950, os trabalhadores rurais inexistiam socialmente. Apesar das numerosas ações de protesto e de alguns movimentos de certa monta envolvendo os pobres do campo, é só a partir de meados daquela década, com a criação das ligas camponesas e dos sindicatos rurais (depois, sindicatos de trabalhadores rurais), que os trabalhadores rurais passam a ser reconhecidos como uma “categoria”, que passam a ser aceitos como interlocutores de outras categorias e do próprio Estado. É só a partir

daí que se tornam também objeto de políticas públicas reais ou virtuais. Conseguir que fosse feito o Estatuto do Trabalhador Rural, que as entidades de representação dos camponeses pudessem existir legalmente, que os trabalhadores rurais fossem incluídos no sistema de previdência, que, já no governo militar, fosse editado o Estatuto da Terra e que alguns dos obstáculos maiores às desapropriações fossem sendo contornados (embora nem sempre de modo definitivo); construir um movimento sindical de âmbito nacional e, mais recentemente, movimentos (também de âmbito nacional) como os dos trabalhadores sem terra, tudo isso significou transformar os trabalhadores rurais não apenas numa “categoria social” reconhecida, mas num ator político de primeira linha. Num momento em que muitos achavam que era coisa do passado, a reforma agrária foi um dos grandes divisores de água da Constituinte de 1988. E, nos anos mais recentes, quando muitos vaticinavam o desaparecimento do campesinato, as mobilizações dos trabalhadores rurais sem terra tornaram-se a grande referência para as lutas sociais no país.”

Uma das características históricas do movimento dos trabalhadores rurais é o fato de ter como mola propulsora a luta por sua inclusão como ente coletivo portador de direitos sociais, quando este horizonte já era uma realidade para trabalhadores urbanos e industriais. As alegadas especificidades e complexidades das relações sociais no campo foram utilizadas como argumento para a protelação da aplicação aos trabalhadores rurais da legislação do trabalho que ia se constituindo entre os anos 30, 40 e 50 do século passado. A protelação se repetia nos momentos críticos de introdução e aplicação de novas leis, tais como os decretos de sindicalização, os de limitação da jornada de trabalho (nos anos 30), o decreto do salário mínimo e a CLT (nos anos 40), assim como na Constituinte de 1946. Em 1954, quando o Ministro do Trabalho João Goulart do governo eleito de Getúlio Vargas é demitido, por causa das repercussões políticas de forte aumento do salário mínimo após anos de compressão, estaria presente também a causa de tratativas para a possível extensão das leis sociais ao campo.

Esta decalagem temporal entre a implantação de direitos sociais para os trabalhadores urbanos (pelo menos dos anos 30 em diante) e para os trabalhadores rurais (a partir de 1963), trouxe consequências para as características da forte mobilização camponesa dos anos 50 e 60 (e com repercussões que atravessam o período da ditadura militar). Em grande parte era de proveniência do campesinato que se formavam as novas gerações de trabalhadores industriais, e a diferença de estatuto entre os dois grupos de trabalhadores evidenciava-se para os primeiros através da comunicação estabelecida entre eles através de seus laços de parentesco. Em várias regiões do país o recrutamento de trabalhadores rurais era essencial na formação da

mão de obra de indústrias regionais. E a grande migração para São Paulo nos anos 50 a 70, formando um contingente massivo de operários de origem rural, fornecia uma experiência com direitos sociais que não escapava à percepção da população rural nas suas áreas de procedência.

Desta forma, ao contrário da implantação das leis sociais na indústria, que não se deram simultaneamente a uma grande mobilização dos trabalhadores urbanos<sup>2</sup>, no campo, aquela implantação retardada o foi em resposta a fortes mobilizações que reuniam ao mesmo tempo reivindicações de melhorias econômicas (ou de minoração da pobreza) com anseios de uma cidadania negada. Por isso, a recuperação, para a memória social, das informações e percepções daqueles que viveram aquele período, cortado pelo golpe militar de 1964, apresenta um caráter estratégico ainda nos dias de hoje. Este mesmo impulso fez com que o movimento sindical dos trabalhadores rurais tivesse uma capacidade de recuperação poucos anos após o golpe e pudesse ir se consolidando de forma silenciosa e pouco visível aos olhos da opinião pública no período que vai de 1966-68 (quando se rearticulam sindicatos e CONTAG) até 1979 (quando se iniciam movimentos sociais de grande envergadura pública como a greve dos canavieiros de Pernambuco).<sup>3</sup>

Em virtude desta importância do período de formação do movimento sindical e associativo dos trabalhadores rurais para a memória dos trabalhadores do país em geral, é que o projeto Memória Camponesa foi concebido, no embalo de um reiterado esquecimento dos trabalhadores rurais em eventos de celebração da democracia.

Com esta iniciativa esperamos resgatar uma memória, que, mesmo durante os eventos que relembaram os 40 anos do Golpe Militar, ficou esquecida [este projeto foi iniciado em 2004]. Tendo em vista a importância do movimento camponês no Brasil, pesquisadores de diversas instituições, sindicalistas, ex-assessores, lideranças dos movimentos se uniram para fortalecer e realizar essa empreitada.

---

2 Mobilizações operárias ocorreram mais fortemente entre o final dos anos 10 e o início dos anos 20, não simultâneas à implantação das leis dos anos 30 e 40. Ainda se pode encontrar mobilizações operárias entre os anos 30 e 35, mas desde então até o Estado Novo o descompasso entre possibilidade de mobilização simultânea à promulgação de leis se acentua, contribuindo para o mito da “outorga” dos direitos, de cima para baixo, do Estado para os cidadãos, sem a participação destes. O “insolidarismo” da população brasileira presente na literatura dos pensadores sociais deste período acaba justificando a produção de um sindicalismo “oficial.”

3 Para retratar esse momento de “invisibilidade” do movimento sindical de trabalhadores rurais e salientar sua existência e sua “descoberta” através do trabalho de campo, ver Moacir Palmeira, “Desmobilização e Conflito”, Revista Cultura e Política, do CEDEC, 1974.

O projeto foi iniciado em 2004, com a realização de um primeiro seminário no Rio de Janeiro em outubro daquele ano. Seguiram-se seminários realizados no Rio Grande do Norte (janeiro de 2005), Pernambuco (janeiro de 2005), Paraíba (abril de 2006), Ceará (setembro de 2006), Paraná (abril de 2007), Rio Grande do Sul (setembro de 2007), São Paulo (novembro de 2008) e Goiás (dezembro de 2008). Os quatro primeiros seminários foram realizados nos estados que se situavam entre os de maior mobilização camponesa nos anos que antecederam 1964. O Rio de Janeiro sediava o Distrito Federal nos anos 50 e era assim uma caixa de ressonância de movimentos que se davam na periferia da capital em municípios da área metropolitana. Pernambuco foi palco da origem das ligas camponesas e de forte sindicalização de trabalhadores rurais no início dos anos 60. Desde 1945 houve, nesse estado, tentativas de organização camponesa como extensão de movimentos até então implantados em setores de trabalhadores urbanos. Durante o governo de Miguel Arraes o estado foi pioneiro na aplicação da legislação trabalhista ao campo. A FETAPE, federação sindical local, reconstituiu-se rapidamente após o golpe de 64, através da ascensão de lideranças formadas em grande parte pela Igreja Católica, que substituíram as lideranças anteriores perseguidas, mantendo um espírito de luta equivalente em novas circunstâncias. Esta federação sindical teve grande importância na construção da CONTAG, confederação nacional, desde 1968. As ligas camponesas tiveram forte presença na Paraíba. No Rio Grande do Norte importante trabalho de formação de sindicatos foi feito pela Igreja Católica.

Os seminários seguintes foram feitos em estados que, na sua maior parte, também estiveram entre os de maior mobilização camponesa nos anos que antecederam 1964. São Paulo sediava a ULTAB, primeira tentativa de articulação nacional das lutas dos trabalhadores rurais; em Goiás, os enfrentamentos de Trombas e Formoso e, no Paraná, os conflitos no norte e no oeste do estado tiveram repercussão nacional; no Rio Grande do Sul, a ação da Igreja Católica competia com as ocupações de terra, fazendo com que as organizações dos trabalhadores do campo se multiplicassem. O Ceará, se não esteve entre os estados mais conflagrados naquele período, seria um dos estados de conflitos mais duros nos anos que se seguiram à ditadura militar, associando experiências religiosas e sindicais com tentativa de guerrilha nos anos 70.

Os seminários se organizaram a partir de articulações estaduais, ancoradas na universidade, e envolveram entidades de classe, órgãos governamentais (federais, estaduais, municipais), organizações dos trabalhadores, movimentos sociais. A programação final de cada seminário foi autônoma, a partir da realidade concreta de cada estado, mas teve como denominador comum a realização de mesas nas quais foram registrados os depoimentos

das lideranças convidadas. Priorizando a ideia de reunir e disponibilizar informações sobre as lutas camponesas no Brasil, esses depoimentos foram gravados tanto em áudio como em imagem, resultando de cada encontro um vídeo editado. O material produzido a partir destes seminários está sendo distribuído entre as instituições participantes e interessadas, e será construído um banco de dados com as informações obtidas, tornando-o disponível aos estudiosos do tema.

Entendemos que a realização dos seminários seria ainda pouco para se ter relatos de maior profundidade. O segundo passo seria então ir entrevistar (usando roteiros que, ao mesmo tempo que garantissem a coleta de informações básicas de todos, permitissem que fosse contemplada a diversidade dos casos) aquelas lideranças em seus locais de moradia. Isto foi feito em 2007 em Pernambuco e no Rio Grande do Norte. Foram feitas filmagens dessas entrevistas, contemplando as trajetórias e histórias de vida destas ex-lideranças. Esse material ainda será editado para a feitura de um DVD à parte.

Em 2008 foi produzido o CD “Lutando e Cantando: música e política dos trabalhadores rurais de Pernambuco” por Renata Menezes e colaboradores no interior do projeto Memória Camponesa e Cultura Popular.

A ideia de constituir essa forma de registro parte da constatação de que a luta política dos trabalhadores rurais sempre esteve acompanhada de um aspecto lúdico e criativo, que se manifesta em músicas, poemas, desafios de viola etc., os quais constituem uma expressão significativa de sua memória e identidade. Tanto por seu caráter expressivo, como por suas capacidades mobilizadoras, esse repertório constitui um material importante para ser registrado e divulgado entre os trabalhadores, os sindicatos e federações, e também entre pesquisadores, universidades e audioteclas do país. (Esta atividade específica do projeto esteve sob a coordenação de Renata Menezes, do PPGAS / Museu Nacional / UFRJ, com a colaboração do sr. José Gonçalves da Silva, educador, ex-assessor educacional da CONTAG e possuidor de um grande acervo de músicas do movimento sindical de trabalhadores rurais (MSTR) e de Edmundo Pereira, etnomusicólogo da UFRN e organizador da coleção Documentos Sonoros do Museu Nacional).

Após um período inicial de consulta a acervos, tanto na CONTAG como nas federações estaduais, os responsáveis pelo projeto chegaram à conclusão de que o maior volume de material sobre o tema desejado encontrava-se na FETAPE, em Pernambuco. Além disso, essa federação produziu um caderno de músicas para o seminário de Memória Camponesa realizado naquele estado em 2005, que servirá de ponto de apoio para a seleção do repertório do CD. Possui também um grupo articulado de voluntários do movimento que trabalham na “animação” de encontros e campanhas.



Outros critérios foram estabelecidos para orientar o processo de produção do disco. As músicas nele contidas foram selecionadas não apenas ou principalmente com referência a qualidades estéticas, mas também quanto à sua relevância para o MSTR, ou seja, com referência aos usos sociais que foram e são feitos desse repertório, tanto no processo educacional (nos “trabalhos de conscientização”, no uso das letras para reflexão em grupo), como nas “campanhas salariais”, em que os cânticos têm uma importante função de mobilizar os trabalhadores para a ação política.

O projeto Memória Camponesa e Cultura Popular teve como núcleo inicial a realização dos seminários registrados em audiovisual acima mencionado, bem como o trabalho de entrevistas com lideranças em seus locais de trabalho. Mas ele agrega também outras atividades reunidas sob a rubrica de “cultura popular”, como foi o caso da produção do CD Lutando e Cantando. E a extensão à memória de operários de origem rural é outro caso que a rubrica “cultura popular” pretende incluir. Tal foi o caso do filme Tecido Memória, do qual fui um dos diretores.

O filme *Tecido Memória* teve um desenvolvimento paralelo ao projeto Memória Camponesa e acabou entrando nele pela rubrica cultura popular, cultura operária, memória de operárias e operários têxteis de origem camponesa. Ele foi sendo gestado, desde 2003, a partir da volta prolongada de dois pesquisadores (eu mesmo e Rosilene Alvim, do IFCS-UFRJ) a um grupo de trabalhadores estudados trinta anos antes e que apresentavam uma demanda de memória equivalente àquela manifestada pelos ex-dirigentes do movimento de trabalhadores rurais para o projeto Memória Camponesa.

Os trabalhadores têxteis de Pernambuco tiveram uma presença importante na industrialização daquele Estado, e sua história diz muito sobre a história da industrialização e da formação da classe trabalhadora no Brasil em boa parte do século XX. Eles constituem-se num caso interessante de obreirização que parte de fontes rurais; em sua maioria eles foram operários de origem camponesa. Com o processo de desindustrialização ocorrido naquele estado entre os anos de 1990 e a primeira metade dos 2000, atingindo em particular as indústrias têxteis, o grupo remanescente de ex-operários expressava uma forte demanda de memória a ser repassada às novas gerações.

Informados do início do projeto Memória Camponesa (seu primeiro seminário tendo ocorrido no final de 2004 no Rio de Janeiro, enquanto nós estávamos em Recife), e tendo participado da organização dos dois seminários seguintes no Rio Grande do Norte e em Pernambuco no início de 2005, nós propusemos aos sindicalistas têxteis iniciar um processo de filmagem a partir de um seminário no dia 1º de maio em Paulista – PE, cidade originada de uma grande companhia de fiação e tecelagem e centro principal desta demanda de memória com a qual

interagíamos. O seminário foi proposto no molde dos realizados no projeto Memória Camponesa. Somente no início de 2006 reunimos as condições necessárias à filmagem em várias cidades com uma presença importante de tecelões: Paulista, Recife, Escada, Camaragibe e Moreno. De tal forma que já pude aproveitar desta experiência com os tecelões para filmar as ex-lideranças dos trabalhadores rurais em seus locais de moradia em Pernambuco para o projeto Memória Camponesa junto com Moacir Palmeira em fevereiro de 2007.

Participante do projeto Memória Camponesa e também pesquisador de situações de memória operária, pude usufruir desta dupla experiência para potencializar os dois projetos. Por um lado portador da experiência de pesquisa com grupos operários de origem camponesa, pude acumular um material historiográfico em documentação escrita que complementava as entrevistas e as histórias de vida – o que pode ser útil no exame correspondente com relação aos propósitos do projeto de memória camponesa. Como será útil a experiência de realização de direção de um documentário acabado para os propósitos de edição do material dos seminários e das entrevistas realizadas in loco para o Memória Camponesa.

Certamente que a feitura de Tecido Memória não seguiu os cânones dos processos sucessivos e ordenados de produção de um filme. Ele seguiu as conveniências da reunião de circunstâncias favoráveis para o desencadeamento de filmagens com poucos recursos:

- 1- a presença dos pesquisadores nas proximidades da área por um longo período em que foram sendo criadas as circunstâncias para a concretização do registro fílmico a partir de uma demanda de memória audiovisual por parte do grupo operário – e em que os pesquisadores, tendo feito investigações na área e produzido livros a respeito, faziam parte dessa memória;
- 2- a proximidade do fim desta estadia dos pesquisadores (como professores visitantes);
- 3- a disponibilidade para o trabalho voluntário do fotógrafo e documentarista Celso Brandão arregimentado com base numa experiência anterior de colaboração (no seu filme Memória da Vida e do Trabalho, de 1986, nas vilas operárias em torno de Maceió, que contou com a participação dos pesquisadores);
- 4- a retomada do trabalho, um ano depois, das primeiras filmagens (que foram feitas no início de 2006), com a reunião de pequenos recursos para o trabalho de montagem por jovens especialistas (duas montadoras ao longo do tempo) no Rio de Janeiro; montagem esta que foi sendo acompanhada pelos 3 diretores do filme (os dois pesquisadores e o documentarista-fotógrafo, que se deslocou de Maceió para o Rio);

5- a formação, ao longo de alguns meses de trabalho intenso nos anos de 2007 e 2008, de uma equipe solidária de dois pesquisadores-diretores; um fotógrafo-diretor e duas montadoras (assim como o acionamento de pesquisadores de imagens) com uma divisão social do trabalho menor que a usual na rotina do trabalho profissional das produções cinematográficas do gênero.

Com efeito, a partir de um roteiro genérico, e de uma decupagem prévia pouco seletiva, foi sendo feito um trabalho artesanal envolvendo montagem, reelaboração especificadora de roteiro e decupagem, assim como eventuais novas idas a campo para filmagens (em outubro de 2007 e fevereiro de 2008), e para pesquisa e busca de arquivos pessoais e institucionais de imagens; feitas nos intervalos dos períodos de montagem. Essa concentração autárquica de trabalho acabou dando seus frutos na interação entre a transmissão do conteúdo histórico e etnográfico por parte dos pesquisadores; a experiência do documentarista e a sensibilidade estética do fotógrafo; o profissionalismo, o conhecimento das novas tecnologias de edição e a sensibilidade rítmica das montadoras de gerações mais jovens relativamente aos diretores.

No filme, foram feitas algumas opções:

- a) pela montagem do discurso coletivo (“efeito jogral” com 9 personagens) dos trabalhadores;
- b) o mínimo de cartelas iniciais explicativas de texto escrito, em contraposição à ausência de narrador em off ao longo do filme;
- c) não explicitação da presença dos pesquisadores-filmadores no filme (ao contrário da tendência em muitos documentários que incorporam a explicitação reflexiva), em respeito ao caráter de privilegiamento da devolução;
- d) sequenciamento de falas (e/ou falas e imagens) como efeito dominó de continuidade lógica. Alguns dilemas podem advir destas escolhas.

Quanto à última questão, por exemplo, o privilegiamento da sequência lógica por tema às vezes entra em conflito com a sequência histórica factual. Por outro lado, o filme traz recursos diferentes do texto escrito acadêmico; por exemplo, as citações de imagem – o uso das fotografias e filmes documentais outros – podem não corresponder à realidade geográfica delimitada e ser uma ilustração por semelhança e por sensibilidade ao contexto do filme. No uso da música, por outro lado, forte propiciador de emoção, procuramos ser mais “realistas”, escolhendo trechos musicais que têm a ver com o universo retratado.

Essa experiência fez aumentar nosso acervo de pesquisa com trabalhadores industriais situados no meio rural (como os operários das usinas de açúcar) ou dele originários (como os tecelões e tecelãs) iniciado

desde o início dos anos de 1970. Houve a incorporação de uma grande quantidade de material imagético, material este que havíamos secundarizado no passado. A demanda de memória por parte dos trabalhadores com quem mantivemos contato ao longo dos anos, tendo se manifestado mais recentemente, nos levou a um processo intenso de registro audiovisual de novos depoimentos e entrevistas, bem como de reunião de documentos e material imagético. Este é um processo paralelo que ocorreu tanto com a feitura do Tecido Memória e o material proveniente das pesquisas anteriores de que participei, por um lado, como, por outro lado, com as atividades do Memória Camponesa e o acervo proveniente das pesquisas coordenadas por Moacir Palmeira desde os anos de 1970. De forma que resolvemos enfrentar a organização de nossos acervos de pesquisa acumulados desde aqueles anos mencionados. Juntamente com Renata Menezes constituímos um núcleo no PPGAS-MN-UFRJ (Núcleo de Antropologia da Política, Religião e Trabalho – Nanport, ampliando tematicamente o anterior Núcleo de Antropologia da Política) que enfrentasse de imediato esta finalidade. Para isso apresentamos um projeto de organização de acervos de forma conjunta com o Arquivo do Movimento Operário do Rio de Janeiro (AMORJ-IFCS-UFRJ) e o Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (MSPP-CPDA/UFRRJ), que têm mais experiência na área do que nós (o AMORJ desde 1987; o MSPP desde 2003, nós a partir de 2010) iniciando uma rede de arquivos de trabalhadores rurais e urbanos.

O acervo do Nanport, portanto, inicia-se na constituição do PPGAS, em 1968, crescendo ao longo dos anos 70, 80 e 90, com o material de sucessivas pesquisas, coletivas ou individuais, sobre campesinato, trabalhadores rurais e operários de origem rural, bem como sobre suas formas de organização social, sindical e política e suas manifestações culturais. Desdobrando as iniciativas das atividades desenvolvidas em torno do projeto Memória Camponesa e da Cultura Popular e do filme Tecido Memória, trata-se, neste projeto, de viabilizar a organização e a disponibilização de documentos acumulados em quatro décadas de pesquisa. Este acervo envolve o trabalho de vários pesquisadores que passaram pelo PPGAS-Museu e hoje estão em outras instituições.

Vamos voltar à questão evocada da demanda de memória e, por conseguinte, à chamada devolução dos resultados de pesquisa ao próprio grupo pesquisado, fato este que está na própria origem dos projetos de registro audiovisual, acima citados. O documentário aparece como um produto de devolução, com valor adicionado, de pesquisa. Linguagem aparentemente mais adequada do que a linguagem escrita acadêmica (teses e livros — no máximo relíquias para a história local espontânea), que é hostil ao público de tra-

balhadores. Exibição e discussão coletiva, reprodutibilidade mais imediata. (Fotos do planejamento no sindicato, fotos do livro penduradas na parede).

Mas a lógica da demanda por memória do grupo social pesquisado, fazendo com que representantes do grupo participem do planejamento e do desenrolar da pesquisa e da organização da atividade de registro, potencializa as qualidades de “sociologia espontânea” do grupo. Há aí uma passagem de depoentes a organizadores de pesquisa e de material produzido, incluindo informações de agentes sociais conexos ao grupo social, como por exemplo o patronato e o Estado. Assim, a procura por parentes da família patronal, por antigos empregados de confiança do patronato, por fotografias e documentos, tais como fichas de pessoal, como o testamento do patrão ancestral, e outras relíquias mobilizou os pesquisadores nativos.

O fato da defasagem temporal de vinte a trinta anos entre a introdução da lei de sindicalização para os trabalhadores urbanos (e industriais) em 1931 (ou os direitos com a CLT em 1943) e a introdução correspondente para os trabalhadores rurais, em 1963, faz com que a memória de uma história pertinente a determinados grupos acabe tendo uma maior ou menor extensão para trás.

Com os trabalhadores têxteis de Pernambuco se produziu uma memória pertinente remontando às proximidades dos anos de 1930. A este tempo social da história incorporada destes trabalhadores, existe um material documental escrito ou imagético em arquivos que lhe é complementar. Após períodos de trabalho de campo na segunda metade dos anos de 1970, quando recolhemos entrevistas e histórias de vida de tecelões e assim tivemos acesso à sua história incorporada, pudemos estabelecer conexões entre fenômenos e processos por aquele meio relatados e uma grande quantidade de documentação escrita. Pudemos cruzar relatos e notícias de jornal, assim como com os relatórios anuais de empresas aos acionistas. A partir de uma resposta do presidente do sindicato dos trabalhadores de Paulista a acusações de preguiça dos operários com aumentos salariais feitas no relatório de 1949 da CTP, pudemos ter a data da publicação do relatório na imprensa local naquele ano e procurar em torno da mesma data nos outros anos, e assim recompor a série histórica dos relatórios desde 1907. Práticas utilizadas pela empresa, relatadas pelos operários, como o aliciamento de famílias de trabalhadores no campo entre os anos 30 e 50 do século passado, foram comparadas com o silêncio ou o texto de despistamento dos relatórios (falando da procura espontânea pelos trabalhadores do interior). Já nas fichas de pessoal daquele período pudemos constatar no seu reverso anotações indiciárias da prática do recrutamento: “família X do ano Y”. Das referências a greves, pudemos ter acesso às notícias de jornal e ampliar as informações sobre tais acontecimentos. Da série histórica

do jornal Folha do Povo (e seus nomes sucedâneos) do PCB entre 1945 e 1964 pudemos acompanhar informações de ativistas sobre acontecimentos da dominação patronal no cotidiano das fábricas e da cidade, assim como do movimento de trabalhadores. Ali encontramos conexões entre o chamado movimento operário dos anos 40, 50 e 60 e tentativas de organização do campesinato, desde as ligas camponesas dos arredores de Recife dos anos 40, o apoio de ligas sobreviventes nos anos 50 a fundos de greve operários, até efemérides como a participação de uma filha de Francisco Julião sendo eleita Miss Folha do Povo num concurso anual dos anos 50 organizado por aquele jornal. E com a volta ao mesmo campo em meados dos anos 2000, pudemos ter acesso a uma fonte inacessível no período de pesquisa anterior: os arquivos do DOPS localizados no Arquivo Público estadual.

O acesso a esses arquivos de pesquisa assim construídos é do interesse desta demanda de memória manifestada pelos próprios grupos sociais. Assim como o DIEESE desde os seus inícios sistematizava dados sócio-econômicos dos trabalhadores, o fazia também com dados das empresas, como balanços e outras informações. A vontade de acesso a esse conjunto de informações pertinentes também se manifesta da parte dos demandantes e produtores da memória oral ameaçada de desaparecimento. No caso da cidade de Paulista, centro de nossa pesquisa no passado e também do documentário recente, a casa grande patronal tornou-se alvo de uma demanda de tombamento por parte da população trabalhadora diante da ameaça de sua venda pela companhia para a instalação de uma filial das Lojas Americanas. A casa patronal e seus jardins simbolizam paradoxalmente ao mesmo tempo a dominação que ali se estabeleceu durante todo o século XX, mas também os movimentos de resistência que também fazem parte do reverso da mesma história. Mas o movimento de tombamento se defronta com a necessidade de contemplar tecnicamente uma produção voltada para o conteúdo de memória que teria o centro cultural almejado como destino para a casa-grande.

Essas são as reflexões provisórias a respeito de uma experiência de construção de arquivos de documentos de pesquisa etnográfica e historiográfica recentemente estimulada pelo interesse crescente manifestado pelos grupos pesquisados pela participação na construção de sua memória e por sua divulgação no contexto de uma disputa implícita pela memória social transmitida.

## Recomendações, Propostas e Moções

O 2º Seminário Internacional “O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos” com o tema “Memória e Resistência”, promovido pelo Arquivo Nacional do Brasil e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), foi realizado nos dias 30, 31 de março e 1º de abril de 2011, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (NEAD/MDA). A organização do seminário esteve a cargo do Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Única dos Trabalhadores, Centro de Referências das Lutas Políticas no Brasil (1964 – 1985) – Memórias Reveladas – do Arquivo Nacional, Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista, Memorial da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais da Universidade Federal de Pernambuco e do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referências sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. A secretaria do seminário esteve a cargo do Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT.

O seminário promoveu conferências, palestras e debates sobre acervos dos trabalhadores e de entidades operárias, rurais, sindicais e populares, nacionais e internacionais, que preservam essa documentação. Também incluiu nessas discussões os acervos de entidades governamentais de interesse para os trabalhadores. Os participantes discutiram as particularidades que envolvem a organização, preservação e o tratamento desses acervos e a sua divulgação. Além dos palestrantes convidados, foram feitas dezessete comunicações, sendo que dez versaram sobre implantação de arquivos e centros de documentação, organização e disponibilização de fundos e coleções. As outras sete comunicações abordaram questões que possibilitam o conhecimento de formas de resistência dos trabalhadores e de suas lutas por garantia de direitos. Quinze comunicações vieram do Brasil, abrangendo quase todas as regiões brasileiras, à exceção da Região Norte, e duas comunicações vieram da Argentina. Durante o seminário foram oferecidos dois minicursos: “Introdução à organização de centros de documentação e memória” e “Identificação de tipologias documentais em acervos dos trabalhadores”. Por fim, ocorreram lançamentos de publicações e a realização de uma mostra de filmes sobre aspectos da vida e da luta dos trabalhadores

por melhores condições de trabalho, direitos fundamentais, dignidade, cidadania e democracia. Os filmes representaram a Argentina, o Brasil e a Espanha.

O seminário contou, em suas mesas de trabalho, com a presença de profissionais da Argentina, do Brasil, da Espanha, da França, do México e de Portugal. Participaram do evento 175 brasileiros, representando os seguintes estados: Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo; e o Distrito Federal, e 11 seminaristas internacionais representando os demais países citados anteriormente. Foram 186 participantes de um total de 203 inscritos no evento. Cada um dos dois minicursos foi frequentado por 50 pessoas, e dezenas de interessados assistiram à mostra de filmes. No último dia do evento houve o lançamento das seguintes publicações: “Retrato da repressão política no campo: Brasil (1962 – 1985) Camponeses torturados, mortos e desaparecidos”, de Marta Ciocari e Ana Carneiro, e “A tessitura dos direitos: patrões e empregados na Justiça do Trabalho, 1953 – 1964”, de Larissa Rosa Corrêa, o qual contou com a presença das autoras. Também foi lançada a edição eletrônica do livro “O mundo dos trabalhadores e seus arquivos”, organizado por Antonio José Marques e Inez Terezinha Stampa, publicado originalmente em 2009, como resultado do I Seminário Internacional. Essa edição eletrônica está disponível no site dos promotores do seminário.

Todo o evento foi extremamente bem sucedido na sua organização e na representatividade alcançada, graças à qualidade das palestras, comunicações e debates, ao interesse pelos minicursos, à temática dos filmes exibidos na mostra e à relevância dos assuntos tratados nos livros lançados. O seminário, portanto, atingiu plenamente os objetivos propostos, superando a edição anterior em atividades paralelas, número de inscritos e participantes.

Na Sessão Plenária Final, depois de expostos, sucintamente, os debates ocorridos durante as mesas de trabalho, foram aprovadas recomendações e propostas dirigidas aos promotores, organizadores, entidades representadas e seminaristas. Também foram aprovadas duas moções.

### **Recomendações e propostas**

- Considerando a avaliação extremamente positiva do evento, os participantes solicitam expressamente aos promotores do seminário a sua continuidade a cada dois anos;
- Realizar durante o 3º Seminário Internacional “O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos”, e em outras oportunidades entre a promoção dos seminários bienais, eventos de capacitação nas áreas de gestão documental, preservação da memória e difusão de informações direcionadas aos arquivos do mundo dos trabalhadores da cidade e do campo;



- Incluir no próximo seminário palestras e discussões sobre a organização e o tratamento dos acervos audiovisuais, dos acervos digitais e também de outros registros da memória dos trabalhadores;
- Incentivar projetos de registros orais e audiovisuais sobre a memória dos trabalhadores e de recuperação e preservação do seu patrimônio imaterial;
- Considerar para o próximo seminário a divulgação de experiências relativas a arquivos de entidades anarquistas, empresariais de interesse dos trabalhadores, de sindicatos filiados às diversas centrais sindicais, de oposições sindicais, de partidos políticos e de órgãos governamentais que se relacionam com o mundo dos trabalhadores;
- Continuar o processo de implantação do projeto Censo dos Arquivos Sindicais;
- Ter um espaço no próximo seminário para que, paralelamente ao evento, sejam exibidas experiências de preservação, organização e disponibilização ao público de acervos do mundo dos trabalhadores;
- A CUT e as demais centrais sindicais devem estimular os sindicatos e federações a elas filiadas a implantarem políticas de gestão documental e preservação da memória, bem como de divulgação e disponibilização de seus acervos históricos ao público;
- Na organização do próximo seminário internacional deve-se incentivar a presença de representantes da Região Norte do Brasil, bem como focar a história dos trabalhadores na região e sua relação com a questão ambiental;
- Incluir nas discussões do próximo seminário as seguintes temáticas: saúde e trabalho e meio-ambiente e trabalho;
- Considerando o desenvolvimento tecnológico e informacional, os organizadores do seminário internacional devem buscar a elaboração de uma ferramenta web, colaborativa e mais dinâmica do que um site, para:
  - a) promover, de modo continuado, o intercâmbio de informações e a construção de novos saberes relacionados aos acervos do mundo dos trabalhadores;
  - b) favorecer o intercâmbio com os centros de pesquisa que se dediquem a investigações sobre o mundo dos trabalhadores;
  - c) estimular a cooperação com organismos internacionais voltados a esse campo;
  - d) difundir informações sobre boas práticas arquivísticas;
  - e) divulgar fontes de financiamento para a preservação e organização de acervos referentes ao mundo dos trabalhadores.

**MOÇÕES APROVADAS NA SESSÃO PLENÁRIA OCORRIDA  
NO DIA 1º DE ABRIL DE 2011, DURANTE O 2º SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
O MUNDO DOS TRABALHADORES E SEUS ARQUIVOS – MEMÓRIA E RESISTÊNCIA**

**Moção pela abertura dos arquivos da ditadura**

Neste dia 1º de abril de 2011, completam-se 47 anos do golpe civil-militar no Brasil. Infelizmente, as atividades que rememoram esse dia ainda são restritas ao público acadêmico, a estudiosos e familiares das vítimas do governo ditatorial. O Brasil ainda não analisou este passado recente de forma aprofundada. Há um esquecimento, ou um apaziguamento, construído, propositado. A abertura dos arquivos da ditadura é passo indispensável ao avanço do estudo e da compreensão do período. Assim, os participantes da sessão plenária final do 2º Seminário Internacional *O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos – Memória e Resistência* manifestam apoio à reivindicação da abertura dos arquivos da Ditadura Civil-Militar brasileira, em defesa da Justiça e do direito à memória e à verdade.

**Moção em defesa do acervo e da memória da Justiça do Trabalho**

Os participantes do 2º *Seminário Internacional O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos – Memória e Resistência* apóiam o Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho em suas ações para que o acervo da Justiça do Trabalho seja considerado um patrimônio histórico do povo brasileiro. Por isso, pedem a imediata suspensão das sistemáticas eliminações de autos de processos judiciais findos no âmbito da Justiça do Trabalho, na medida em que eles são elementos de prova e preservação de direitos dos trabalhadores e de sua memória. Recomendam que seja implantado um programa de gestão documental e preservação da memória na Justiça do Trabalho e nos demais ramos do Poder Judiciário.

Rio de Janeiro, 1º de abril de 2011.

## **2º SEMINÁRIO INTERNACIONAL O MUNDO DOS TRABALHADORES E SEUS ARQUIVOS MEMÓRIA E RESISTÊNCIA**

Rio de Janeiro - Brasil  
30 e 31 de março e 1º de abril de 2011

### **LOCAL**

Arquivo Nacional  
Praça da República, 173 – Centro  
Rio de Janeiro – Brasil

### **PROGRAMAÇÃO**

**1º dia – 30/3 – quarta-feira**

**8h – Início do credenciamento e entrega de materiais**

**9h às 10h – Abertura**

**Coordenação:** Quintino Severo – secretário-geral da Central Única dos Trabalhadores

- Saudação de Jaime Antunes da Silva – diretor-geral do Arquivo Nacional do Brasil
- Saudação de Artur Henrique da Silva Santos – presidente da Central Única dos Trabalhadores
- Saudação de Darby Ygayara – presidente da Central Única dos Trabalhadores do Rio de Janeiro

**10h às 12h30 – Conferências – Arquivos, memória e resistência**

**Coordenação:** Elina Pessanha – Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil

- Antonio González Quintana – Archiveros sin Fronteras – Madri – Espanha
- Daniel Aarão Reis – Universidade Federal Fluminense – Rio de Janeiro – Brasil

**12h30 às 14h – Almoço**

**14h às 17h – Primeira mesa – O Estado e os arquivos dos trabalhadores**

**Coordenação:** Luiz Anastácio Momesso – Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais da Universidade Federal de Pernambuco – Recife – Brasil

- Guillermo Palacios – Centro de Estudos Históricos – Colégio do México – Cidade do México – México

- Benito Schmidt – Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul e Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre – Brasil
- Pedro Penteado – Direção-Geral de Arquivos de Portugal e Universidade Nova de Lisboa – Lisboa – Portugal

**17h30 às 20h30 – Minicurso – Introdução à organização de centros de documentação e memória**

Célia Reis Camargo – Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

**17h30 às 20h – Mostra de filmes sobre os trabalhadores e a resistência aos regimes militares**

\*\*\*

**2º dia – 31/3 – quinta-feira**

**9h às 12h30**

**Sessão de comunicações I – Arquivo e memória dos trabalhadores da cidade e do campo**

**Coordenação:** Antonio José Marques – Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Única dos Trabalhadores – São Paulo – Brasil

**Sessão de comunicações II – Resistência dos trabalhadores na cidade e no campo**

**Coordenação:** Inez Stampa – Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) Memórias Reveladas – Rio de Janeiro – Brasil

**12h30 às 14h – Almoço**

**14h às 17h**

**Segunda mesa – Arquivos sindicais: as experiências internacionais**

**Coordenação:** Ricardo Medeiros Pimenta – Instituto de Humanidades da Universidade Candido Mendes – Rio de Janeiro – Brasil

- Annie Kuhnunch – Confederação Francesa Democrática do Trabalho – Unidade de Documentação Arquivística – Paris – França
- Graciela Córscico – Central dos Trabalhadores Argentinos – Centro de Documentação e Biblioteca – Buenos Aires – Argentina
- Aurélie Mazet – Instituto de História Social da Confederação Geral do Trabalho – Paris – França
- Christine Coates – TUC Library Collections – Central Sindical Inglesa e Universidade Metropolitana de Londres – Londres – Inglaterra

**17h30 às 20h30**

**Minicurso – Identificação de tipologias documentais em acervos dos trabalhadores**

André Porto Ancona Lopez – Faculdade de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília – Brasília – Brasil

**17h30 às 20h**

**Mostra de filmes sobre os trabalhadores e a resistência aos regimes militares**

\*\*\*

**3º dia – 1/4 – sexta-feira**

**9h às 12h30**

**Terceira mesa – Memória e resistência dos trabalhadores na cidade e no campo**

Coordenação: Leonilde Servolo de Medeiros – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil

- Maria Aparecida de Aquino – Universidade Presbiteriana Mackenzie – São Paulo – Brasil
- Maria do Socorro Rangel – Universidade Federal do Piauí – Teresina – Brasil
- Ludmila da Silva Catela – Arquivo Provincial da Memória de Córdoba e Universidade Nacional de Córdoba – Córdoba – Argentina
- José Sergio Leite Lopes – Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil

**12h30 às 14h – Almoço**

**14h às 15h**

**Lançamentos de publicações**

- *Retrato da repressão política no campo: Brasil (1962-1985)* – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos, de Marta Ciocari e Ana Carneiro. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
- *O mundo dos trabalhadores e seus arquivos*, de Antonio José Marques e Inez Terezinha Stampa (org.). Rio de Janeiro, Arquivo Nacional; São Paulo, Central Única dos Trabalhadores (edição eletrônica)

**15h às 17h30**

**Plenária final – Relatório dos coordenadores de mesa e recomendações**

Coordenação: Jaime Antunes da Silva – Arquivo Nacional – Rio de Janeiro – Brasil

**18h30 às 22h – Coquetel de encerramento**

## **Promoção**

Arquivo Nacional  
Central Única dos Trabalhadores

## **Organização**

Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Centro de Documentação e Memória, Universidade Estadual Paulista

Centro de Documentação e Memória Sindical, Central Única dos Trabalhadores

Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas, Arquivo Nacional

Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais, Universidade Federal de Pernambuco

Memorial da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul, Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

## **Apoio**

Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, Ministério do Desenvolvimento Agrário - NEAD

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO

## **Comissão organizadora**

Antonio José Marques, Centro de Documentação e Memória Sindical, Central Única dos Trabalhadores

Benito Bisso Schmidt, Memorial da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul

Célia Reis Camargo, Centro de Documentação e Memória, Universidade Estadual Paulista

Elina Pessanha, Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Inez Stampa, Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas, Arquivo Nacional

Jacy Barletta, Centro de Documentação e Memória, Universidade Estadual Paulista

Leonilde Servolo de Medeiros, Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Luiz Anastácio Momesso, Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais, Universidade Federal de Pernambuco

## **Direção Executiva Nacional da CUT – 2009/2012**

Presidente	Artur Henrique da Silva Santos
Secretário-Geral	Quintino Marques Severo
Secretário de Administração e Finanças	Vagner Freitas de Moraes
Secretária de Combate ao Racismo	Maria Júlia Reis Nogueira
Secretária de Comunicação	Rosane Bertotti
Secretário de Formação	José Celestino Lourenço (Tino)
Secretária da Juventude	Rosana Sousa de Deus
Secretária de Meio Ambiente	Carmen Helena Ferreira Foro
Secretária da Mulher Trabalhadora	Rosane da Silva
Secretário de Organização e Política Sindical	Jacy Afonso de Melo
Secretário de Políticas Sociais	Expedito Solaney Pereira de Magalhães
Secretário de Relações Internacionais	João Antonio Felício
Secretário de Relações do Trabalho	Manoel Messias Nascimento Melo
Secretária da Saúde do Trabalhador	Junéia Martins Batista

### **Diretores/as Executivos/as**

Antônio Lisboa Amâncio do Vale  
Aparecido Donizeti da Silva  
Dary Beck Filho  
Elisângela dos Santos Araújo  
Jasseir Alves Fernandes  
Julio Turra Filho  
Pedro Armengol de Souza  
Rogério Batista Pantoja  
Shakespeare Martins de Jesus  
Valeir Ertle

### **Conselho Fiscal – Efetivos**

Joice Belmira da Silva  
Pedro de Almeida dos Anjos  
Waldir Maurício da Costa Filho

### **Suplentes**

Marlene Terezinha Ruza  
Rubens Graciano  
Sergio Irineu Bolzan

COLOFON

Imprensa Nacional



Promoção



Apoio

